

***TIM Participações S.A. e
TIM Participações S.A. e
empresas controladas***

***Informações Trimestrais
30 de junho de 2016***

TIM PARTICIPAÇÕES S.A.
INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
30 de junho de 2016 e 2015

Índice

Balancos Patrimoniais	3
Demonstrações do Resultado.....	5
Demonstrações do Resultado Abrangente.....	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	9
Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	11
Demonstrações do Valor Adicionado.....	13
Comentário de Desempenho	14
Notas Explicativas às Informações Trimestrais	36
Relatório de Revisão dos Auditores Independentes	112
Parecer do Conselho Fiscal	114
Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais.....	115
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	116

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

Balancos Patrimoniais
30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		06/2016	12/2015 (Reapresentado)	06/2016	12/2015 (Reapresentado)
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	35.794	24.763	3.318.412	6.100.403
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	491.318	599.414
Contas a receber de clientes	6	329	329	2.743.937	2.858.089
Estoques	7	-	-	172.803	141.720
Dividendos a receber	13	-	469.013	-	-
Impostos e contribuições indiretos a recuperar	8	-	-	846.429	924.624
Impostos e contribuições diretos a recuperar	9	21.938	21.911	330.122	329.722
Despesas antecipadas	11	2.129	15	643.265	210.056
Operações com derivativos	39	-	-	63.046	608.915
Arrendamento mercantil – Leasing	16	-	-	2.231	1.969
Outros ativos		16.275	26.720	358.002	265.334
		76.465	542.751	8.969.565	12.040.246
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes	6	-	-	28.453	24.861
Impostos e contribuições indiretos a recuperar	8	-	-	790.591	817.676
Impostos e contribuições diretos a recuperar	9	-	-	183.112	170.521
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	132.026	14.526
Depósitos judiciais	12	81.627	73.825	1.213.328	1.106.041
Despesas antecipadas	11	7.606	57	63.068	55.234
Operações com derivativos	39	-	-	155.947	490.659
Arrendamento mercantil – Leasing	16	-	-	200.063	197.966
Outros ativos		-	-	12.298	12.117
		89.233	73.882	2.778.886	2.889.601
Investimentos	13	16.563.728	16.375.821	-	-
Imobilizado	14	-	-	10.362.494	10.667.348
Intangível	15	157.556	157.556	10.298.501	9.959.193
		16.810.517	16.607.259	23.439.881	23.516.142
Total do ativo		16.886.982	17.150.010	32.409.446	35.556.388

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

Balancos Patrimoniais
30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		06/2016	12/2015 (Reapresentado)	06/2016	12/2015 (Reapresentado)
Circulante					
Fornecedores	17	5.935	4.071	2.498.537	3.734.556
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	893.533	2.326.186
Arrendamento mercantil – Leasing	1 e 16	-	-	74.481	38.592
Operações com derivativos	39	-	-	67.518	109.512
Obrigações trabalhistas		1.342	1.723	210.299	199.373
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	20	270	317	486.392	501.768
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	21	19	46	265.177	213.880
Dividendos a pagar	25	64.517	524.779	64.517	524.779
Autorizações a pagar	18	-	-	481.380	467.687
Receitas diferidas	22	-	-	855.337	1.043.239
Outros passivos		7.606	7.587	6.684	7.292
		79.689	538.523	5.903.855	9.166.864
Não Circulante					
Exigível a longo prazo					
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	5.332.692	5.600.250
Operações com derivativos	39	-	-	62.466	-
Arrendamento mercantil – Leasing	1 e 16	-	-	1.672.520	1.579.914
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	20	-	-	107	103
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	21	-	-	250.753	243.151
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	115.417	120.730
Provisão para processos judiciais e administrativos	23	3.041	4.403	403.978	415.611
Plano de pensão e outros benefícios pós emprego		-	-	1.275	1.275
Provisão para futura desmobilização de ativos	24	-	-	21.820	31.609
Autorizações a pagar	18	-	-	745.394	690.285
Receitas diferidas	22	-	-	1.094.104	1.098.689
Outros passivos		29.761	29.762	30.574	30.585
		32.802	34.165	9.731.100	9.812.202
Total Passivo		112.491	572.688	15.634.955	18.979.066
Patrimônio líquido					
Capital social	25	9.866.298	9.866.298	9.866.298	9.866.298
Reservas de capital		1.443.151	1.442.097	1.443.151	1.442.097
Reservas de lucros		5.270.410	5.270.409	5.270.410	5.270.409
Ajustes de avaliação patrimonial		(4.356)	1.887	(4.356)	1.887
Ações em tesouraria		(3.369)	(3.369)	(3.369)	(3.369)
Lucros acumulados		202.357	-	202.357	-
Total do Patrimônio Líquido		16.774.491	16.577.322	16.774.491	16.577.322
Total do passivo e do patrimônio líquido		16.886.982	17.150.010	32.409.446	35.556.388

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

Demonstrações do Resultado
Nos períodos findos em 30 de junho de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora			
		2ºTRI/2016	06/2016	2ºTRI/2015 (Reapresentado)	06/2015 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	27	-	-	-	-
Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	28	-	-	-	-
Lucro bruto		-	-	-	-
Despesas operacionais					
Comercialização	29	-	-	-	-
Gerais e administrativas	30	(4.376)	(10.277)	(6.161)	(10.264)
Resultado da equivalência patrimonial em controladas	13	79.119	212.029	947.475	1.268.088
Outras receitas (despesas), líquidas	31	4	130	763	416
		<u>74.747</u>	<u>201.882</u>	<u>942.077</u>	<u>1.258.240</u>
Lucro operacional		74.747	201.882	942.077	1.258.240
Receitas (despesas) financeiras					
Receitas financeiras	32	988	1.990	1.622	3.053
Despesas financeiras	33	(1.286)	(1.515)	(209)	(372)
		<u>(298)</u>	<u>475</u>	<u>1.413</u>	<u>2.681</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		74.449	202.357	943.490	1.260.921
Imposto de renda e contribuição social	34	-	-	-	-
Lucro líquido do período		74.449	202.357	943.490	1.260.921
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R\$ por ação)					
Lucro básico por ação	35	0,0308	0,0836	0,3898	0,5210
Lucro diluído por ação	35	0,0308	0,0837	0,3898	0,5209

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

Demonstrações do Resultado
Nos períodos findos em 30 de junho de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado			
		2ºTRI/2016	06/2016	2ºTRI/2015	06/2015
				(Reapresentado)	(Reapresentado)
Receita operacional líquida	27	3.820.151	7.674.497	4.360.542	8.911.849
Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	28	<u>(2.004.722)</u>	<u>(3.953.745)</u>	<u>(2.223.461)</u>	<u>(4.538.314)</u>
Lucro bruto		1.815.429	3.720.752	2.137.081	4.373.535
Despesas operacionais					
Comercialização	29	(1.117.627)	(2.321.575)	(1.228.802)	(2.472.109)
Gerais e administrativas	30	(305.337)	(633.180)	(273.493)	(551.620)
Outras despesas, líquidas	31	<u>(102.588)</u>	<u>(264.720)</u>	<u>737.482</u>	<u>555.188</u>
		<u>(1.525.552)</u>	<u>(3.219.475)</u>	<u>(764.813)</u>	<u>(2.468.541)</u>
Lucro operacional		289.877	501.277	1.372.268	1.904.994
Receitas (despesas) financeiras					
Receitas financeiras	32	1.171.870	2.015.309	163.039	857.518
Despesas financeiras	33	<u>(1.336.673)</u>	<u>(2.248.933)</u>	<u>(197.977)</u>	<u>(967.077)</u>
		<u>(164.803)</u>	<u>(233.624)</u>	<u>(34.938)</u>	<u>(109.559)</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		125.074	267.653	1.337.330	1.795.435
Imposto de renda e contribuição social	34	(50.625)	(65.296)	(393.840)	(534.514)
Lucro líquido do período		74.449	202.357	943.490	1.260.921
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R\$ por ação)					
Lucro básico por ação	35	0,0308	0,0836	0,3898	0,5210
Lucro diluído por ação	35	0,0308	0,0837	0,3898	0,5209

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

Demonstração do Resultado Abrangente
Nos períodos findos em 30 de junho de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

			Controladora	
	<u>2ºTRI/2016</u>	<u>06/2016</u>	<u>2ºTRI/2015</u>	<u>06/2015</u>
			(Reapresentado)	(Reapresentado)
Lucro líquido do período	74.449	202.357	943.490	1.260.921
Outros componentes do resultado abrangente				
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado	-	-	-	-
Hedge de Fluxo de caixa	10.063	(6.243)	-	-
Total do resultado abrangente do período	<u>84.512</u>	<u>196.114</u>	<u>943.490</u>	<u>1.260.921</u>
Atribuível aos:				
Acionistas da Companhia	<u>84.512</u>	<u>196.114</u>	<u>943.490</u>	<u>1.260.921</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

Demonstração do Resultado Abrangente
Nos períodos findos em 30 de junho de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Consolidado			
	2ºTRI/2016	06/2016	2ºTRI/2015	06/2015
			(Reapresentado)	(Reapresentado)
Lucro líquido do período	74.449	202.357	943.490	1.260.921
Outros componentes do resultado abrangente				
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado	-	-	-	-
Hedge de Fluxo de caixa	10.063	(6.243)	-	-
Total do resultado abrangente do período	84.512	196.114	943.490	1.260.921
Atribuível aos:				
Acionistas da Companhia	84.512	196.114	943.490	1.260.921

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido
Nos períodos findos em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

Descrição da Conta	Nota	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Ações em tesouraria	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros / Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
				Reserva legal	Reserva para expansão				
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (reportado)		9.866.298	1.442.097	619.513	5.006.618	(3.369)	1.887	-	16.933.044
Ajuste de exercícios anteriores		-	-	-	(355.721)	-	-	-	(355.721)
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (ajustado)		9.866.298	1.442.097	619.513	4.650.897	(3.369)	1.887	-	16.577.323
Total do resultado abrangente do período									
Lucro líquido do período								202.357	202.357
Hedge de fluxo de caixa							(6.243)		(6.243)
Total do resultado abrangente do período		-	-	-	-	-	(6.243)	202.357	196.114
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas									-
Opções de compras de ações	26		1.054						1.054
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas		-	1.054	-	-	-	-	-	1.054
Saldos em 30 de junho de 2016		9.866.298	1.443.151	619.513	4.650.897	(3.369)	(4.356)	202.357	16.774.491

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido
Nos períodos findos em 30 de junho de 2015
(Em milhares de reais)

Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Ações em tesouraria	Ajustes de Avaliação	Lucros / Prejuízos	Total do Patrimônio
			Reserva legal	Reserva para				
Saldos em 31 de dezembro de 2014 (reportado)	9.866.298	1.344.470	515.956	3.596.376	(3.369)	2.303	-	15.322.034
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	(370.020)	-	-	-	(370.020)
Saldos em 31 de dezembro de 2014 (ajustado)	9.866.298	1.344.470	515.956	3.226.356	(3.369)	2.303	-	14.952.014
Total do resultado abrangente do período								
Lucro líquido do Período							1.260.921	1.260.921
Aumento de Capital								-
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	-		-	1.260.921	1.260.921
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas								
Opções de compras de ações		2.102						2.102
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	2.102	-	-		-	-	2.102
Saldos em 30 de junho de 2015 (ajustado)	9.866.298	1.346.572	515.956	3.226.356	(3.369)	2.303	1.260.921	16.215.037

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESAS CONTROLADAS**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONTROLADORA

Nos períodos findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora	
		06/2016	06/2015
			(Reapresentado)
Atividades Operacionais			
Lucro antes do IR e CSSL		202.357	1.260.921
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Resultado de equivalência patrimonial	13	(212.029)	(1.268.088)
Provisão para processos judiciais e administrativos		(1.437)	294
Atualização monetária sobre depósitos e processos judiciais e administrativos		(555)	(334)
Opções de compra de ações		(1.067)	267
Redução (aumento) dos ativos operacionais			
Impostos e contribuições a recuperar		(27)	(494)
Dividendos recebidos		489.013	385.835
Depósitos judiciais		(7.021)	(1.518)
Despesas antecipadas		(9.678)	-
Outros ativos		10.460	602
Aumento (redução) dos passivos operacionais			
Obrigações trabalhistas		(381)	(602)
Fornecedores		1.863	2.326
Impostos, taxas e contribuições		(73)	7
Pagamentos de processos judiciais e administrativos		(150)	(341)
Outros passivos		18	24
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		<u>471.293</u>	<u>378.899</u>
Atividades de investimentos			
Títulos e valores mobiliários		-	(13)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>-</u>	<u>(13)</u>
Atividades de financiamentos			
Dividendos pagos		(460.262)	(360.405)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		<u>(460.262)</u>	<u>(360.405)</u>
Aumento em caixa e equivalentes de caixa, líquidos		<u><u>11.031</u></u>	<u><u>18.481</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		<u>24.763</u>	<u>43.455</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		<u><u>35.794</u></u>	<u><u>61.936</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESAS CONTROLADAS**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO
Nos períodos findos em 30 de junho de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado	
		06/2016	06/2015
Atividades Operacionais			(Reapresentado)
Lucro antes do IR e CSLL		267.653	1.795.435
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização		1.860.823	1.643.891
Ganho na venda de ativo imobilizado baixado - Torres	1b	(37.029)	(917.548)
Valor residual de ativo permanente baixado		6.576	1.463
Juros das obrigações decorrentes de descontinuidade de ativos	24	589	2.725
Provisão para processos judiciais e administrativos	23	147.272	152.283
Atualização monetária sobre depósitos e processos judiciais e administrativos		9.788	11.034
Juros, variação monetária e cambial s/ empréstimos e outros ajustes financeiros		318.816	318.092
Juros incorridos - leasing passivo	33	118.837	44.838
Juros incorridos - leasing ativo	32	(12.594)	(11.803)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	29	140.517	116.064
Opções de compra de ações	26	1.055	2.103
Redução (aumento) dos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes		(18.810)	314.959
Impostos e contribuições a recuperar		113.574	(59.486)
Estoques		(31.083)	(63.575)
Despesas antecipadas		(441.043)	(393.300)
Depósitos judiciais		(79.934)	(19.683)
Outros ativos		(86.406)	11.539
Aumento (redução) dos passivos operacionais			
Obrigações trabalhistas		10.926	25.309
Fornecedores		(1.256.255)	(1.534.880)
Impostos, taxas e contribuições		(162.635)	(279.135)
Autorizações a pagar		57.117	(338.796)
Pagamentos de processos judiciais e administrativos	23	(196.046)	(180.787)
Receita diferida		(247.595)	(51.929)
Outros passivos		(80.735)	(53.784)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		403.378	535.029
Atividades de investimentos			
Títulos e valores mobiliários		108.096	(4.190)
Caixa recebido na venda de ativo imobilizado	1b	109.624	1.897.277
Adições ao ativo imobilizado e intangível		(1.678.165)	(2.071.602)
Obrigações decorrentes de desmobilização de ativos		(7.077)	(36.712)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(1.467.522)	(215.227)
Atividades de financiamentos			
Novos empréstimos		500.000	-
Amortização de empréstimos		(2.035.790)	(608.164)
Pagamento de leasing financeiro		(93.253)	(25.788)
Recebimento de leasing financeiro		10.234	9.219
Dividendos pagos		(460.262)	(360.405)
Operações com derivativos		361.224	274.467
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(1.717.847)	(710.671)
Redução em caixa e equivalentes de caixa, líquidos		(2.781.991)	(390.869)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		6.100.403	5.232.992
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		3.318.412	4.842.123

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

Demonstrações do Valor Adicionado
Nos períodos findos em 30 de junho de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>06/2016</u>	<u>06/2015</u>	<u>06/2016</u>	<u>06/2015</u>
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Receitas				
Receita operacional bruta	-	-	11.362.259	13.467.540
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(140.517)	(116.064)
Descontos concedidos, devoluções e outros	-	-	(788.510)	(1.313.591)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>10.433.232</u>	<u>12.037.885</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	-	-	(2.188.237)	(2.996.683)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.817)	(3.244)	(1.498.618)	(814.592)
	<u>(4.817)</u>	<u>(3.244)</u>	<u>(3.686.855)</u>	<u>(3.811.275)</u>
Retenções				
Depreciação e amortização	-	-	(1.860.823)	(1.643.891)
Valor adicionado líquido produzido	<u>(4.817)</u>	<u>(3.244)</u>	<u>4.885.554</u>	<u>6.582.719</u>
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	212.029	1.268.088	-	-
Receitas financeiras	1.990	3.053	2.015.309	857.518
	<u>214.019</u>	<u>1.271.141</u>	<u>2.015.309</u>	<u>857.518</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>209.202</u>	<u>1.267.897</u>	<u>6.900.863</u>	<u>7.440.237</u>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	4.040	5.006	431.937	419.995
Remuneração Direta	3.909	4.392	269.238	298.405
Benefícios	234	492	100.889	85.955
F.G.T.S.	97	99	27.353	28.149
Outros	(200)	23	34.457	7.486
Impostos, taxas e contribuições	1.192	1.512	3.667.765	4.484.705
Federais	1.176	1.498	1.250.339	1.770.359
Estaduais	-	-	2.409.152	2.703.460
Municipais	16	14	8.274	10.886
Remuneração de Capitais de Terceiros	1.613	458	2.598.804	1.274.616
Juros	1.495	353	2.247.075	965.429
Aluguéis	118	105	351.729	309.187
Remuneração de Capital Próprio	202.357	1.260.921	202.357	1.260.921
Dividendos	-	-	-	-
Lucros retidos	202.357	1.260.921	202.357	1.260.921
	<u>209.202</u>	<u>1.267.897</u>	<u>6.900.863</u>	<u>7.440.237</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. anuncia seus Resultados Consolidados do Segundo Trimestre de 2016

- **Abrindo Vantagem na Cobertura 4G:** 579 cidades, mais do que o dobro do segundo colocado
- **Cobrando o país com 4G:** 64% da população urbana coberta
- **Usuários de 4G atingem a marca de 11,2 milhões de linhas** ou >17% do total de usuários. O tráfego 4G representou, em junho, 24% da utilização total de dados
- **A penetração de smartphones alcançou ~70% em maio/16**, bem acima dos 59% no 2T15
- **O ARPU total cresceu 7% A/A**, segundo trimestre consecutivo de crescimento
- **A Receita Inovativa manteve um sólido crescimento de dois dígitos, 19,1% A/A**, impulsionando os Serviços de Dados a representarem 45% da receita líquida de serviços móveis (+7pp em comparação com o 2T15)
- **A receita líquida fixa manteve um sólido desempenho, crescendo 15,1% no 2T16**
- **Expansão da margem EBITDA normalizada para 31,5% no 2T16** (em comparação com 29,5% no 2T15)

	DESCRIÇÃO	2T16	2T15	%A/A	1T16	%T/T
Operacional	Base de Clientes ('000) ²	63.960	74.600	-14,3%	67.269	-4,9%
	Pré-pago	50.231	61.061	-17,7%	53.721	-6,5%
	Pós-pago	13.729	13.540	1,4%	13.548	1,3%
	Penetração de Smartphones (%) ³	69,7%	59,5%	10,2p.p.	68,8%	0,9p.p.
Financeiro (R\$ milhares)	Receita Líquida Total	3.820.151	4.360.542	-12,4%	3.854.346	-0,9%
	Receita Líquida de Serviços	3.570.260	3.791.956	-5,8%	3.618.655	-1,3%
	Receita Líquida Móvel Inovativa	1.369.734	1.150.283	19,1%	1.318.371	3,9%
	Receita Líquida Fixa	183.172	159.165	15,1%	180.845	1,3%
	Custos da Operação Normalizados ¹	(2.616.062)	(3.073.232)	-14,9%	(2.692.050)	-2,8%
	EBITDA Normalizado ¹	1.204.089	1.287.311	-6,5%	1.162.295	3,6%
	Margem EBITDA Normalizada ¹	31,5%	29,5%	2,0p.p.	30,2%	1,4p.p.
	Lucro Líquido Normalizado ¹	47.409	307.847	-84,6%	127.907	-62,9%
Investimentos Reportados	975.006	1.184.410	-17,7%	710.235	37,3%	

¹ Normalizado para venda de torres no 2T16 e 2T15 e custos temporários de RH e G&A no 1T16

² Base interna jun/16

³ Mai/16

DESEMPENHO FINANCEIRO

RECEITAS OPERACIONAIS

DESCRIÇÃO	2T16	2T15	% A/A	1T16	% T/T
R\$ Milhares					
Receita Bruta	5.623.766	6.642.746	-15,3%	5.738.493	-2,0%
Receita de Serviços	5.243.026	5.747.703	-8,8%	5.387.853	-2,7%
Receita de Produtos	380.740	895.043	-57,5%	350.640	8,6%
Impostos e descontos	(1.803.615)	(2.282.204)	-21,0%	(1.884.147)	-4,3%
Impostos e descontos s/ receita de serviços	(1.672.765)	(1.955.747)	-14,5%	(1.769.198)	-5,5%
Impostos e descontos s/ venda de produtos	(130.849)	(326.457)	-59,9%	(114.950)	13,8%
Receita Líquida	3.820.151	4.360.542	-12,4%	3.854.346	-0,9%
Receita de Serviços	3.570.260	3.791.956	-5,8%	3.618.655	-1,3%
Serviços Móveis	3.387.088	3.632.791	-6,8%	3.437.810	-1,5%
Assinatura e Utilização	1.189.458	1.391.227	-14,5%	1.197.219	-0,6%
SVA - Serviços de valor agregado	1.510.473	1.366.729	10,5%	1.479.526	2,1%
dos quais Rec. Serv. Móveis Inovativos	1.369.734	1.150.283	19,1%	1.318.371	3,9%
Longa Distância	361.906	458.105	-21,0%	387.400	-6,6%
Interconexão	243.896	358.304	-31,9%	298.014	-18,2%
Outras Receitas	81.356	58.426	39,2%	75.652	7,5%
Serviços Fixos	183.172	159.165	15,1%	180.845	1,3%
Receita de Produtos	249.891	568.586	-56,1%	235.691	6,0%

A performance da receita total de -12% A/A apresenta uma recuperação quando comparado ao desempenho do 1T16 (-15%). O ritmo de queda da receita está suavizando na medida em que as receitas dos serviços tradicionais e de aparelhos reduzem sua pressão, enquanto que as receitas de SVA mantêm sua tendência positiva. No entanto, estas melhorias não foram suficientes para superar as tendências de queda dos negócios em geral, pois (i) a economia continua em um período difícil apesar de mostrar os primeiros sinais de melhora, (ii) houve um trimestre completo com corte da VU-M, (iii) continuidade na migração da receita de voz para os dados. Em resumo, a **Receita Líquida chegou a R\$3.820 milhões no 2T16.**

A análise da Receita Líquida e outros destaques são apresentados a seguir:

A receita líquida de assinatura e utilização encerrou o 2T16 com queda de 14,5% A/A, impactada, principalmente, pela contínua migração do uso de voz para o uso de dados. Os minutos de uso (MOU) totalizaram 118 minutos no 2T16, estável em relação ao ano passado confirmando a adesão ao novo portfólio e à sua franquia *off-net*. De forma sequencial, esta linha ficou praticamente estável em relação ao 1T16 e melhorou o desempenho A/A apresentado no 1T16 (-18,2%).

+ 11%
Receitas de SVA
(A/A)

A receita líquida de Serviços de Valor Agregado (SVA) cresceu 10,5% A/A no 2T16 à medida que a receita inovativa (serviços de conectividade + conteúdo & outros SVA) se tornou mais relevante no resultado. Embora o negócio de SMS continue tendo um impacto negativo sobre a linha de SVA total, a **Receita Inovativa cresceu 19,1% A/A 2T16**, mantendo um forte crescimento, mesmo com uma base comparativa mais desafiadora. A receita de SVA continua melhorando a sua participação, tanto na receita líquida de serviços móveis, quanto na receita do negócio gerado, alcançando, respectivamente, 44,6% e 48,1%. O crescimento da receita de SVA representa um impacto positivo para a margem EBITDA da Companhia, pois possui uma margem de contribuição maior em comparação ao uso de voz.

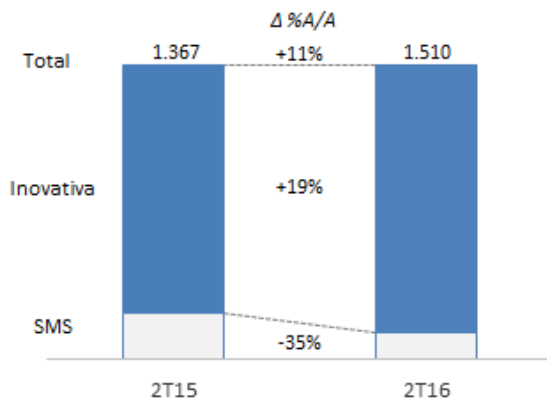
COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO

A estratégia da TIM de migrar os clientes para a tecnologia 4G, aumentar a penetração dos smartphones e também o lançamento do novo portfólio com pacotes maiores de dados estimularam o crescimento das Receitas Inovativas. O BOU (*bytes de uso*) cresceu ~77% em Maio/2016 quando comparado ao 2T15.

+19%
Receitas
Inovativas
(A/A)

Análise da Receita Bruta de SVA

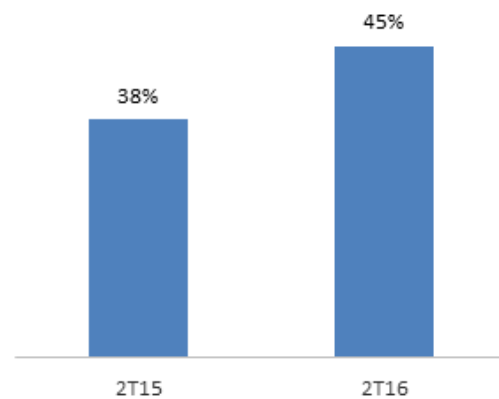
(R\$Milhões)



Fonte: Companhia

SVA sobre a Receita Bruta

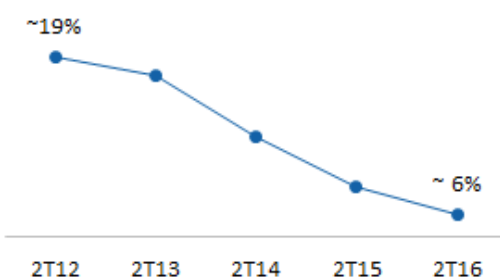
% sobre a receita de serviços móveis



A linha de Longa Distância é a linha mais impactada dentre as receitas tradicionais, visto que está fortemente exposta à migração do uso de voz para o uso de dados. **No 2T16, este fluxo de receita apresentou uma queda de 21,0% A/A.** A comoditização dos serviços de LD está acelerando e impactou este desempenho nos últimos trimestres.

Exposição VU-M sobre a Receita

(% sobre a Receita Líq. de Serviços)



Fonte: Companhia

A receita líquida de interconexão caiu 31,9% A/A no 2T16 refletindo um trimestre com pleno impacto de redução da tarifa VU-M (Tarifa de Terminação Móvel), da contínua mudança na dinâmica do tráfego total de voz e da redução de mensagens SMS. As receitas de interconexão diminuíram em aproximadamente R\$114 milhões A/A no segundo trimestre, o que representa uma relevante tendência de queda para a receita de serviços móveis no período. Como consequência de consecutivos cortes de interconexão, combinados com a migração de voz para dados, a incidência da VU-M na

receita líquida de serviços tem diminuído significativamente a cada trimestre, **atingindo seu nível mais baixo no 2T16 em aproximadamente 6%.**

Excluindo os efeitos do corte de VU-M, **a Receita Líquida de Serviços Móveis teria caído 3,4% em vez de 6,8%.**

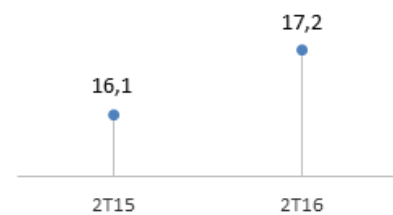
Outras receitas líquidas móveis registraram um crescimento sólido de 39,2% A/A no 2T16, influenciado, principalmente, pelo aumento na receita de compartilhamento de rede.

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO

O ARPU (receita média por usuário) se manteve em R\$17,2 no 2T16, alta de 7,0% A/A, repetindo o nível apresentado no 1T16. Esta é uma confirmação dos impactos positivos provenientes do novo portfólio, à medida que os clientes gastam mais em dados e a base de valor aumenta em todos os segmentos (pré-pago, controle e pós-pago). A ARPU de SVA mostrou mais uma vez um crescimento sólido de ~27% A/A.

ARPU

(R\$)



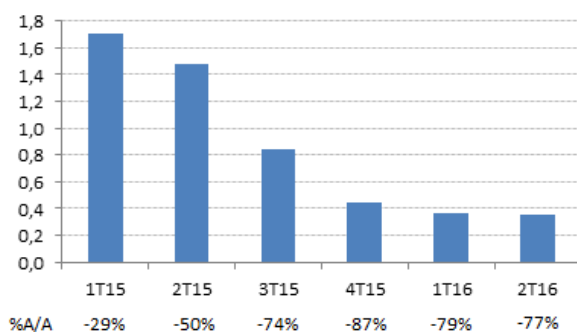
Fonte: Companhia

A receita líquida de serviços fixos cresceu 15,1% A/A, um sólido segundo trimestre. Este resultado confirma que as operações fixas estão mantendo um bom desempenho apesar de um ambiente macro difícil.

A receita líquida de produtos caiu 56,1% no período, porém, mais uma vez, com uma melhor margem (receitas de produtos - CMV), devido à mudança de estratégia de aparelhos que se concentra mais em valor do que em volume.

Vendas de Aparelhos

(mil unidades e %A/A)



Fonte: Companhia

A tendência recente no volume de aparelhos é uma combinação deste movimento estratégico com os desafios macroeconômicos e a volatilidade cambial. No trimestre, as vendas caíram 77% A/A, para 358 mil unidades, enquanto o preço médio aumentou 83% A/A, no mesmo período. Conforme entramos na segunda metade do ano, a base de comparação se tornará menos desigual, conforme mostra o gráfico à esquerda. Apesar de tudo, a penetração de smartphones atingiu 70% da base total ao final de Maio/2016.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

DESCRIÇÃO	2T16	2T15	% A/A	1T16	% T/T
R\$ Milhares					
Custos Normalizados¹ da Operação	(2.616.062)	(3.073.232)	-14,9%	(2.692.050)	-2,8%
Custo de pessoal	(218.959)	(263.437)	-16,9%	(271.791)	-19,4%
Comercialização	(852.395)	(958.170)	-11,0%	(895.254)	-4,8%
Rede e interconexão	(965.956)	(937.666)	3,0%	(985.650)	-2,0%
Gerais e administrativos	(141.690)	(128.850)	10,0%	(137.094)	3,4%
Custo de mercadorias vendidas	(272.576)	(637.249)	-57,2%	(254.360)	7,2%
Provisão para devedores duvidosos	(69.160)	(59.524)	16,2%	(71.356)	-3,1%
Outras receitas (despesas) operacionais	(95.326)	(88.337)	7,9%	(76.544)	24,5%
Custos Normalizados¹ da Operação Ex-CMV	(2.343.486)	(2.435.983)	-3,8%	(2.437.690)	-3,9%
Custos Reportados da Operação	(2.579.034)	(2.155.685)	19,6%	(2.733.363)	-5,6%

¹ Normalizado para venda de torres no 2T16 e 2T15 e custos temporários de RH e G&A no 1T16

Os Custos Totais Normalizados continua apresentando melhor desempenho, apesar de algumas pressões contrárias à tendência geral de queda. Os principais fatores para o desempenho do Opex deste trimestre foram: (i) ações ininterruptas no escopo do Programa de Eficiência da TIM e (ii) alteração da estratégia do negócios de aparelhos, iniciada em 2015.

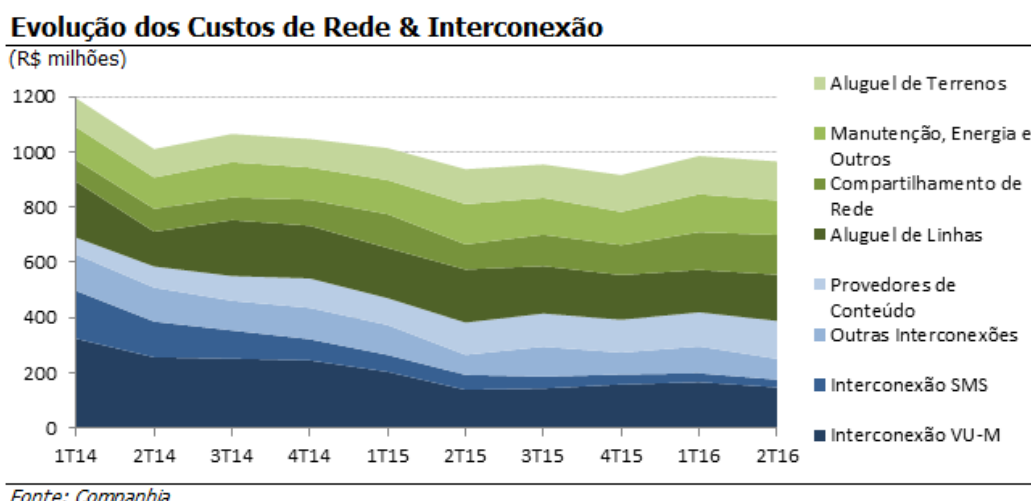
COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO

A análise das despesas operacionais para o 2T16 é apresentada da seguinte forma:

No escopo do pilar de Redimensionamento & Eficiência da Organização, do Plano de Eficiência da Companhia, a TIM começou no 1T16 um programa de demissões, o que levou a uma redução de 6,4% na força de trabalho em comparação ao 2T15, alcançando um número total de 12.104 colaboradores ao final do trimestre. **Este processo de reestruturação levou a uma queda nas Despesas de Pessoal, no 2T16, de 16,9% A/A.**

As despesas com Vendas & Marketing apresentaram queda de 11,0% A/A no 2T16, repetindo o desempenho sólido do 1T16, apesar do aumento dos custos relacionados a ações de *rebranding*. Esta dinâmica é uma consequência da (i) redução robusta em despesas de comissionamento devido a ajustes na estratégia de remuneração e menores adições brutas (-19,3% A/A) e (ii) redução nas despesas de FISTEL de instalação, que apresentaram queda de 9,9%, após adições líquidas negativas de 3,3 milhões de linhas no trimestre.

Custos de Rede & Interconexão cresceram 3,0% A/A no trimestre, ilustrando as mudanças significativas na dinâmica desta linha. À medida que a VU-M perde sua importância, as tendências que sustentam os outros custos começam a aparecer de maneira mais nítida, como fica claro no gráfico abaixo.



-13%
Custos de Linhas Alugadas (A/A)

Os custos relacionados à rede subiram 3,9% A/A, apesar de mais uma redução sólida nas despesas com as linhas alugadas (-12,9% A/A). Estes custos são explicados principalmente pelos custos de compartilhamento de rede que aceleraram juntamente com esta mesma linha de receita, como mencionado acima, e as despesas de aluguel de terrenos dos sites.

Os custos de interconexão cresceram 1,7% A/A, embora tenham apresentado queda de 7,3% em relação ao 1T16. Este desempenho é consequência do (i) aumento dos custos relacionados com os provedores de conteúdo (Serviços de Valor Agregado), que aumentam com a expansão dos serviços de dados e (ii) aumento do tráfego *off-net*, em meio a um impacto total do corte na VU-M.

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO

As despesas Gerais & Administrativas (G&A) aumentaram 10% A/A no 2T16, apesar de uma redução das taxas de aluguel relacionadas à conclusão da mudança da sede. As despesas G&A são explicadas principalmente por uma base de comparação baixa, especificamente no 2T15. Não obstante, no 2T16, as despesas G&A também foram impactadas por despesas com serviços de consultoria. Esta linha continuará a ser uma área-chave dos esforços dentro do Programa de Eficiência da TIM para garantir a materialização da economia.

Como mencionado antes, a mudança na estratégia do negócio de aparelhos, implementada em 2015, juntamente com o ambiente macro, continuam a influenciar o **Custo das Mercadorias Vendidas na direção de uma redução significativa de -57,2% A/A no 2T16, encerrando o primeiro semestre com queda de 59%**.

No 2T16, **as Provisões para Devedores Duvidosos (PDD) aumentaram 16,2% A/A, apresentando, ao mesmo tempo, queda de 3,1% na comparação trimestral**. Apesar do ambiente macro difícil e dos esforços crescentes para aquisição de clientes pós-pagos, a TIM tem conseguido manter uma percentagem de Provisões para Devedores Duvidosos/Receita Bruta em níveis muito saudáveis (1,2%), repetindo a relação do primeiro trimestre.

Outras Despesas Operacionais Normalizadas cresceram 7,9% A/A no 2T16 (excluindo os ganhos do processo de venda de torres: R\$918 milhões no 2T15 e R\$37 milhões no 2T16, mais detalhes na seção seguinte). O aumento ocorreu em função de uma baixa base de comparação para os impostos FUST/FUNTTEL especificamente no 2T15.

Os Custos de Aquisição de Clientes (onde SAC = subsídio + comissionamento + total de despesas com publicidade) chegaram a R\$32,4 por adição bruta no 2T16, um aumento de 5,0% A/A, devido aos custos mais elevados de publicidade, apesar da redução no comissionamento.

A relação SAC/ARPU (indicando o *payback* por cliente) alcançou 1,9x no 2T16, mostrando estabilidade em relação ao 2T15.

1,9
Payback
(meses)

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO

DO EBITDA AO LUCRO LÍQUIDO

	DESCRIÇÃO	2T16	2T15	% A/A	1T16	% T/T
	R\$ Milhares					
Normalizado ¹	EBITDA	1.204.089	1.287.311	-6,5%	1.162.295	3,6%
	Margem EBITDA	31,5%	29,5%	2,0pp	30,2%	1,4pp
	Depreciação & Amortização	(951.241)	(832.591)	14,3%	(909.582)	4,6%
	Depreciação	(528.431)	(455.628)	16,0%	(500.220)	5,6%
	Amortização	(422.809)	(376.963)	12,2%	(409.362)	3,3%
	EBIT	252.848	454.720	-44,4%	252.713	0,1%
	Margem EBIT	6,6%	10,4%	-3,8pp	6,6%	0,1pp
	Resultado Financeiro Líquido	(164.802)	(34.937)	371,7%	(68.822)	139,5%
	Despesas financeiras	(292.674)	(257.035)	13,9%	(291.931)	0,3%
	Receitas financeiras	129.832	223.158	-41,8%	226.594	-42,7%
Variações cambiais, líquidas	(1.961)	(1.060)	84,9%	(3.485)	-43,7%	
Lucro antes dos impostos	88.046	419.783	-79,0%	183.891	-52,1%	
Imposto de renda e cont. social	(40.637)	(111.935)	-63,7%	(39.488)	2,9%	
Lucro Líquido	47.409	307.847	-84,6%	127.907	-62,9%	
Reportado	EBITDA	1.241.117	2.204.857	-43,7%	1.120.983	10,7%
	Margem EBITDA	32,5%	50,6%	-18,1pp	29,1%	3,4pp
	Depreciação & Amortização	(951.241)	(832.591)	14,3%	(909.582)	4,6%
	EBIT	289.877	1.372.267	-78,9%	211.400	37,1%
	Resultado Financeiro Líquido	(164.802)	(34.937)	371,7%	(68.822)	139,5%
	Lucro antes dos impostos	125.074	1.337.330	-90,6%	142.578	-12,3%
	Imposto de renda e cont. social	(50.625)	(393.839)	-87,1%	(14.671)	245,1%
	Lucro Líquido	74.449	943.490	-92,1%	127.907	-41,8%

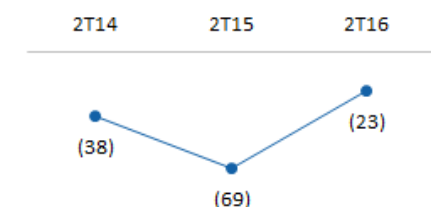
¹ Normalizado para venda de torres no 2T16 e 2T15 e custos temporários de RH e G&A no 1T16

EBITDA

O EBITDA normalizado (excluindo o impacto do processo da venda de torres) apresentou queda de 6,5% A/A no 2T16, confirmando que o 1T16 foi o pior desempenho anual (-13,5% A/A). A diminuição do EBITDA ocorreu em função de uma combinação de efeitos que ainda estão pressionando o desempenho no curto prazo: (i) declínio nos serviços tradicionais e receitas entrantes, (ii) maiores custos relacionados com serviços de consultoria e (iii) maior provisão para devedores duvidosos. Do lado positivo, a margem de aparelhos continua diminuindo seu impacto (-R\$23 milhões no 2T16 em comparação a -R\$69 milhões no 2T15) e os serviços inovativos estão em um ritmo sólido, ao passo que as receitas tradicionais estão reduzindo a pressão.

Margem de Aparelhos

(R\$ milhões)

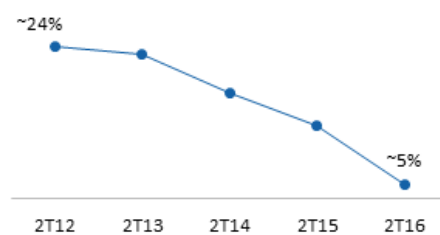


Fonte: Companhia

Considerando os esforços contínuos do Plano de Eficiência da TIM e a atualização das suas metas, a economia se tornará mais clara. Por exemplo, este trimestre já ocorreram economias nas despesas com pessoal, devido ao programa de demissão que ocorreu no 1T16, e economias adicionais foram geradas com a mudança da sede.

Exposição VU-M sobre o EBITDA

(% sobre o EBITDA Normalizado)



Fonte: Companhia

A incidência da VU-M no EBITDA normalizado caiu mais uma vez, atingindo o seu nível mais baixo em ~5% no 2T16. Se excluíssemos os efeitos do corte de VU-M, o EBITDA normalizado teria caído 3,7% em vez de 6,5%.

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO

D&A/EBIT

No 2T16, Depreciação e Amortização aumentaram 14,3% A/A em virtude da maior depreciação dos equipamentos de rede e maior amortização de softwares. Este desempenho segue nossa intensificação na implantação do Capex nos últimos anos, embora seja esperado um aumento mais suave nos próximos trimestres. Como consequência, o **EBIT normalizado apresentou queda no 2T16 para R\$253 milhões**.

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

No 2T16, o Resultado Financeiro Líquido piorou em relação ao mesmo período do ano passado (-R\$165 milhões no 2T16 em comparação a -R\$35 milhões no 2T15), principalmente devido a (i) maiores despesas financeiras afetadas pelo *leaseback* após a venda das torres, e (ii) uma redução na receita financeira em virtude do desempenho ruim dos investimentos em dólares (destinados a cobrir os investimentos indexados a USD) e um efeito MTM negativo.

IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

No 2T16, Imposto de Renda e Contribuição Social Normalizados diminuíram para R\$40 milhões em comparação com R\$112 milhões no 2T15, basicamente em decorrência da redução do lucro tributável.

LUCRO LÍQUIDO

No 2T16, o Lucro Líquido Normalizado diminuiu para R\$48 milhões, comparado a R\$308 milhões no 2T15, ao passo que o Lucro Líquido reportado somou R\$74 milhões. O LPA (Lucro por Ação) normalizado atingiu R\$0,02 no 2T16 (em comparação a R\$0,13 no 2T15).

CAPEX

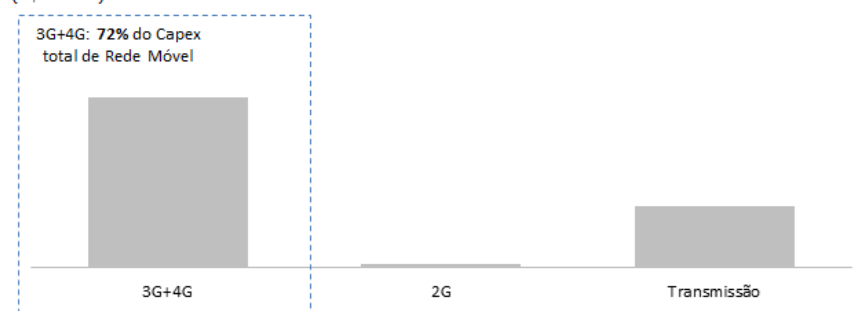
No 2T16, o Capex totalizou R\$975 milhões, uma aceleração em relação ao 1T16 (R\$710 milhões), porém uma redução de 17,7% em relação ao 2T15. Levando em conta os 6 primeiros meses de 2016, o Capex totalizou R\$1.685 milhões, uma redução de 20,1% em relação ao mesmo período do ano passado, explicado por uma combinação de negociações com fornecedores e otimização de alguns projetos.

R\$975 mi
80% para
infraestrutura



Distribuição do Capex de Rede Móvel no 2T16

(R\$Milhões)



Fonte: Companhia

O ciclo de Capex atingiu seu pico em 2015 e, conforme começamos a reduzir a partir deste nível, fortes resultados são confirmados, como, por exemplo, a liderança em cobertura 4G usando uma

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO

abordagem de *refarming* do espectro e *carrier aggregation*, recuperação em cobertura 3G e expansão da rede de fibra.

DÍVIDA, CAIXA E FLUXO DE CAIXA LIVRE

A Dívida Bruta alcançou R\$7.766 milhões ao final de junho/2016, incluindo o reconhecimento de leasing no valor total de R\$1.545 milhões, relacionado à venda de torres e ao projeto LT Amazonas. A dívida bruta no 2º trimestre teve um aumento moderado em comparação com R\$7.494 milhões no mesmo período do ano anterior.

A dívida da Companhia está concentrada em contratos de longo prazo (88% do total), compostos principalmente por financiamentos junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e ao BEI (Banco Europeu de Investimento), bem como empréstimos de outras grandes instituições financeiras internacionais.

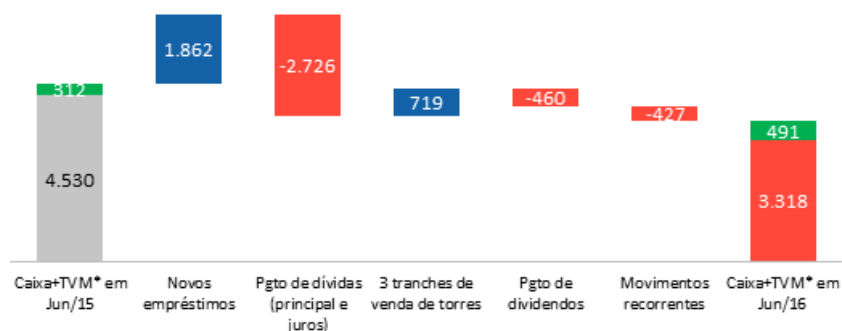
Aproximadamente 22% da dívida total é denominada em moeda estrangeira (USD), e é 100% protegida por *hedge* em moeda local. No 2T16, o custo médio da dívida foi de 12,48% em comparação com 11,56% no 2T15.

A posição de caixa totalizou R\$3.810 milhões ao final de junho/2016, uma queda em relação a R\$4.842 milhões no 2T15. O rendimento médio do caixa (investimentos em reais) alcançou 14,24% no 2T16, um aumento em comparação com 13,25% no 2T15.

Os principais movimentos que afetaram a posição de caixa e os títulos de valores mobiliários nos últimos 12 meses são demonstrados da seguinte forma:

Efeitos na Posição de Caixa

(R\$Milhões)



Fonte: Companhia

*Títulos de Valores Mobiliários: Fundo Cambial

A Companhia possui um fundo de investimento em moeda estrangeira de R\$491,3 milhões, formado basicamente por títulos públicos de alta liquidez. O investimento destina-se a reduzir o risco cambial sobre os pagamentos feitos a fornecedores em moeda estrangeira.

A relação Dívida Líquida/EBITDA alcançou 0,77x no 2T16, comparado a 0,48x no 2T15. Devido aos pagamentos mencionados acima, a dívida líquida aumentou para R\$3.957 milhões no final de junho de 2016, em comparação com R\$2.652 milhões no mesmo período do ano anterior.

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO

No 2T16, o Fluxo de Caixa Operacional Normalizado alcançou R\$174 milhões, uma redução comparado a R\$313 milhões do 2T15, principalmente devido a menores receitas e ao impacto negativo do capital de giro. Este último explicado por menores receitas diferidas devido à redução da exposição a créditos do pré-pago junto a parceiros no período.

A redução normalizada na posição de caixa e equivalentes de caixa alcançou -R\$627 milhões no 2T16 comparada a -R\$235 milhões no 2T15, principalmente devido a maiores pagamentos de dividendos e dívidas (principal e juros) no período.

IMPACTOS DA VENDA DE TORRES

No 2T16, a TIM concluiu o quarto fechamento previsto no contrato de Venda de Torres firmado em novembro de 2014 com a American Tower do Brasil (ATC), que compreendeu a venda total de 6.481 torres por aproximadamente R\$3 bilhões em dinheiro.

- Primeiro fechamento: Em 29 de abril de 2015, a TIM transferiu 4.176 torres para a ATC e recebeu aproximadamente R\$1,9 bilhão.
- Segundo fechamento: Em 30 de setembro de 2015, a TIM transferiu 1.125 torres para a ATC e recebeu aproximadamente R\$517 milhões.
- Terceiro fechamento: Em 16 de dezembro de 2015, a TIM transferiu 182 torres para a ATC e recebeu aproximadamente R\$84 milhões.
- Quarto fechamento: Em 9 de junho de 2016, a TIM transferiu 270 torres para a ATC e recebeu aproximadamente R\$110 milhões.

O contrato *master* de leasing define a venda e o arrendamento (*leaseback*) das torres transferidas por um período de 20 anos. De acordo com a IAS17, essa operação deve ser contabilizada como (1) venda e (2) arrendamento (*leaseback*) e após as suas exigências, o *leaseback* é registrado como arrendamento financeiro.

Veja abaixo a conciliação dos efeitos na Demonstração Financeira e as notas correspondentes com mais informações sobre os quatro fechamentos:

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO

<u>Notas às</u> <u>Demonstrações</u>	<u>Preço de compra</u>	2015	2016
<u>Financeiras</u>			
Nota 1b	Entrada de Caixa	2.498.421	109.624
Nota 14	Valor escritural líquido das torres transferidas e custos da transação	-487.795	-27.110
	<u>(1) Ganho relacionado à venda de componentes</u>		
Nota 31	Parte do preço de compra apropriada à venda do componente	1.253.618	36.085
	Valor escritural líquido e outros custos	-247.572	-9.044
Nota 24	Baixa de Obrigação para Restauração de Ativos (ARO)	204.934	9.988
Nota 1 e 31	Ganho sobre componente vendido	1.210.980	37.029
	Imposto	-372.140	-10.633
	Ganho sobre componente vendido sem impostos	838.840	26.397
	<u>(2) Ganho relacionado ao componente leaseback</u>		
Nota 31	Parte do preço de compra relacionado ao componente <i>leaseback</i>	-1.244.803	-73.539
	Valor escritural líquido e outros custos	242.411	18.431
Nota 22 e 31	Ganho diferido	-1.002.393	-55.107
Nota 16	<u>Arrendamento Financeiro sobre Obrigações</u>	-1.244.803	-73.539
Nota 14	<u>Bens tangíveis</u>	-1.244.803	-73.539
	<u>Efeito NFP</u>	1.253.618	36.085

*Valores em milhares de reais

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO



EVOLUÇÃO EM QUALIDADE

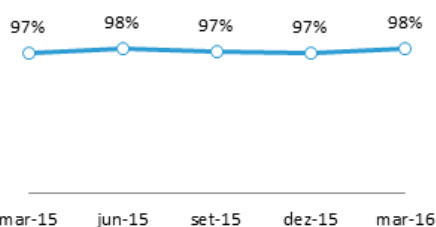
Tendo em vista que a cobertura e a qualidade nacional melhoraram de forma substancial ao longo deste período, a Anatel agora está mudando seu foco de uma perspectiva mais ampla de acompanhamento por estado para uma visão mais granular, concentrando seus esforços em áreas geográficas menores e especialmente naquelas onde o serviço ainda é considerado fraco.

De acordo com as instruções da Anatel para monitorar e avaliar a qualidade em áreas geográficas mais específicas, a partir deste trimestre divulgaremos nossos indicadores de qualidade com base no número de cidades - em vez de estados - dentro das metas da Agência. Espera-se que tais indicadores sejam mais assertivos e reflitam melhor a experiência do cliente.

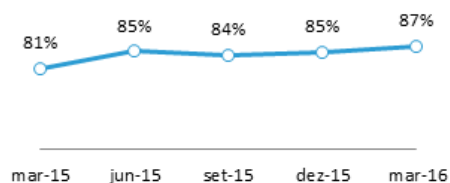
Nos últimos 12 meses a partir de março/16 (últimos dados disponíveis), a TIM manteve seu sólido desempenho em relação aos requisitos de qualidade de rede da Anatel, principalmente nos indicadores de uso de dados (3G/4G). Em relação aos indicadores de voz, o indicador de acessibilidade continua se aproximando dos 100% de cidades dentro da meta, enquanto o indicador de queda no uso de voz tem mostrado uma tendência de melhoria, atingindo o segundo melhor desempenho entre as 4 maiores operadoras. Esta conquista é resultado do forte compromisso com a qualidade e nossa meta de acelerar o desenvolvimento da infraestrutura, especialmente para apoiar a expansão de dados e oferecer uma melhor experiência de utilização.

Acessibilidade de Voz

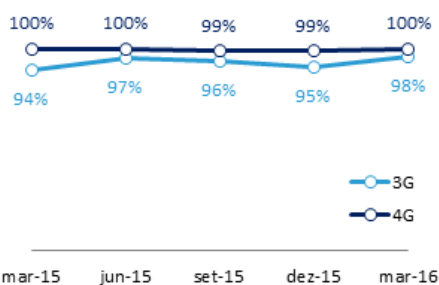
Número de cidades dentro da Meta (%)

**Queda de Voz**

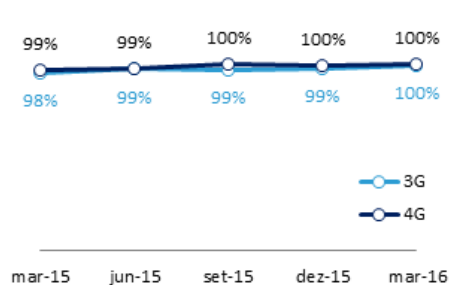
Número de cidades dentro da Meta (%)

**Acessibilidade de Dados (3G/4G)**

Número de cidades dentro da Meta (%)

**Queda de Dados (3G/4G)**

Número de cidades dentro da Meta (%)



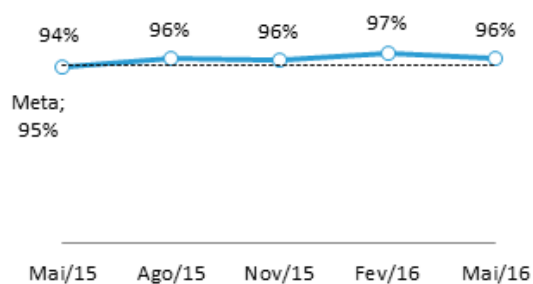
Fonte: Anatel, últimos dados disponíveis

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO

Velocidade instantânea e velocidade média: Em relação às métricas da Anatel para velocidade instantânea (SMP10) e velocidade média (SMP11), destacamos que os dois indicadores permanecem acima da meta da Agência. No entanto, devido a problemas técnicos ocorridos durante duas semanas em algumas cidades no interior do estado do Paraná (PR) ambos os indicadores foram afetados negativamente em Maio/2016 (últimos dados disponíveis). É importante notar que esses problemas foram resolvidos e ambos os indicadores estão normalizados.

Banda Larga Móvel: Vel. Instantânea

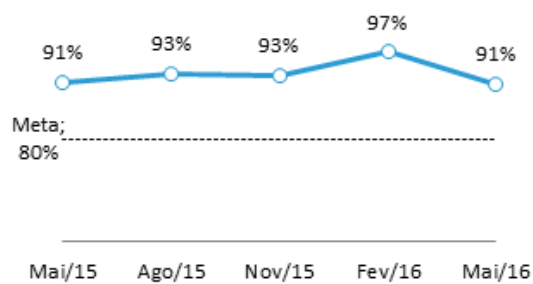
Baseado no SM10 da Anatel; Média Brasil ponderada pela base de clientes



SMP10: Mede a velocidade de conexão acima da meta da Anatel a qualquer momento. Requer que pelo menos 95% das medições estejam acima da meta.

Banda Larga Móvel: Velocidade Média

Baseado no SM11 da Anatel; Média Brasil ponderada pela base de clientes



SMP11: Velocidade média de conexão registrada ao longo do mês. Requer que a média seja pelo menos 80% da velocidade contratada.

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO

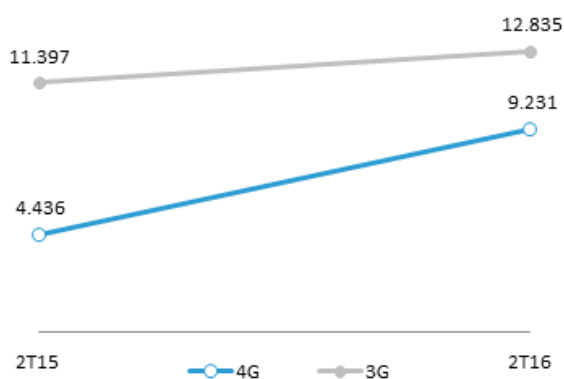
EVOLUÇÃO DA REDE: alocação de investimentos eficiente visando melhorar a qualidade, ampliar a cobertura e proporcionar uma melhor experiência aos clientes, tanto em 4G, como em 3G.

A Companhia continua com foco em projetos como densificação de sites, expansão da cobertura *hetnet*, desenvolvimento de *backhaul*, *carrier aggregation* e outros. A cobertura, a capacidade e a qualidade continuam sendo os principais pilares de infraestrutura para 2016, com aproximadamente 80% da distribuição do capex alocada para infraestrutura.

O projeto de *hetnet* da TIM acelerou no segundo trimestre, com 275 novos sites, totalizando quase 3,4 mil em todo o país. **Quando comparado com o 2T15, o número de sites aumentou 64% ou 1,3 mil novos hotspots no 2T16.**

Cobertura 3G/4G

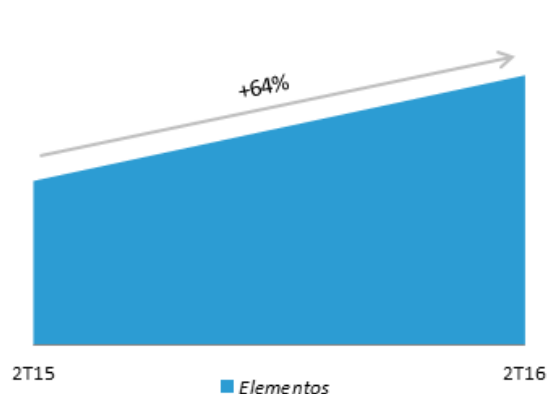
Número de sites 3G/4G



Fonte: Companhia

Sites HetNet

Número de wifi hotspots e small cells 3G/4G



O projeto MBB continua priorizando a alocação de investimentos em áreas mais críticas, com o objetivo de proporcionar uma experiência de alta qualidade em banda larga móvel. Em 2016, o projeto MBB possui 20 *clusters*, totalizando 268 cidades planejadas para serem cobertas em 2016-2017. O conceito de *cluster* expande as zonas-alvo para as áreas metropolitanas de cidades que já foram incluídas no projeto MBB em 2015, priorizando as capitais dos estados e suas áreas metropolitanas, cidades de conurbação, grandes cidades costeiras e principais vias de acesso primárias.

Durante o segundo trimestre de 2016, a TIM manteve sua liderança nas cidades cobertas pela tecnologia 4G, alcançando 579 cidades ou 64% da população urbana do país. Este relevante resultado foi conquistado através de *refarming* do espectro que permite a expansão do sinal 4G para novas localidades utilizando menos capex. O projeto utiliza a banda 1.800MHz e reorganiza a utilização da frequência de acordo com a disponibilidade de espectro, juntamente com a otimização da cobertura.

Em relação ao 3G, a TIM ampliou sua cobertura para 103 novas cidades no 2T16, alcançando 1.963 cidades ou 82,8% da população urbana. A cobertura GSM atingiu quase 95% da população urbana.

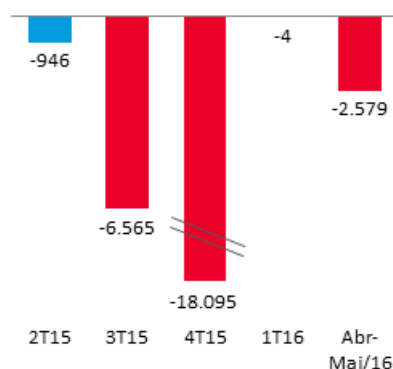
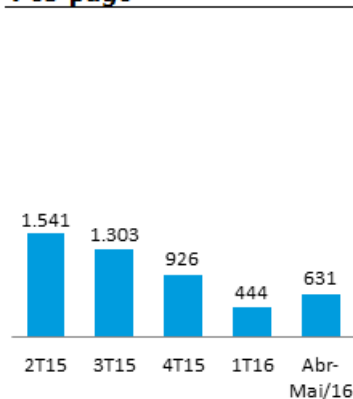
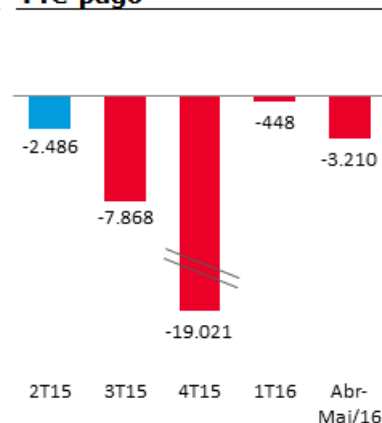
COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO


DESEMPENHO OPERACIONAL, DE MARKETING E ATENDIMENTO
MERCADO MÓVEL

Dando continuidade ao movimento iniciado em 2015, os meses de Abril e Maio (último dado divulgado pela Anatel) foram marcados por uma forte limpeza de base realizada pelas operadoras, devido à aceleração significativa no processo de consolidação de múltiplos chips impulsionada pela pressão macroeconômica e pela redução do efeito comunidade.

Adições Líquidas do Mercado

(mil linhas)

**Pós-pago****Pré-pago**

Fonte Anatel

O segmento pré-pago apresentou fortes desconexões no período analisado, principalmente devido ao desempenho da TIM, em linha com o compromisso da Companhia com seu plano de eficiência. Por outro lado, apesar das pressões macroeconômicas e da alta penetração dos serviços móveis, o crescimento da base pós-paga acelerou no período, com a TIM liderando as adições líquidas do segmento em Maio. Este desempenho foi resultado das novas ofertas lançadas em Nov/2015 que já representam 15% da base total de clientes e de melhorias na qualidade da rede.

DESEMPENHO da TIM

A base de clientes da TIM atingiu 64,0 milhões de linhas ao final de 2T16, informação interna para junho de 2016, uma queda de 14,2% em relação a junho de 2015, devido às desconexões no pré-pago mencionadas acima.

Na tecnologia 3G, a base total de clientes alcançou 34,0 milhões de usuários, uma queda de 17,8% A/A, seguindo uma maior penetração de dispositivos 4G. **A base 4G alcançou 11,2 milhões de usuários** no 2T16, um aumento de 22,1% em relação ao 1T16, e 193% quando comparado ao 2T15. No trimestre, a base de clientes 4G aumentou em mais de 2,0 milhões de linhas, seguindo os esforços contínuos da Companhia para atrair usuários para a tecnologia LTE, onde tem concentrado os investimentos em cobertura e qualidade.

A penetração total de smartphones atingiu 70% da base de clientes em Maio/16, um aumento relevante de 102bps quando comparado ao 2T15, como resultado da estratégia da Companhia de equipar os seus clientes, a fim de estimular a penetração dos serviços de dados entre os seus usuários. **Os usuários**

50%

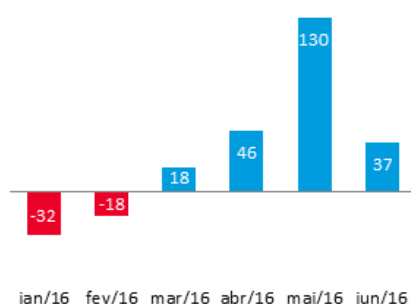
da base de clientes que já utilizam serviços de dados

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO

únicos de dados voltaram a crescer em Maio/16, atingindo 32,6 milhões de linhas (3,0% de aumento em comparação com o 2T15), outro resultado positivo do novo portfólio que vem ganhando força. Como percentual da base total, os usuários únicos de dados alcançaram um importante marco de 50% em Maio/16, em comparação com 42% no 2T15.

A TIM desconectou 3,3 milhões de linhas no 2T16, resultado das desconexões no pré-pago no trimestre (-3,5 milhões). As adições brutas apresentaram queda de 19% A/A, totalizando 7,1 milhões de linhas no 2T16, devido ao cenário macro e da indústria mais difíceis, enquanto as desconexões aumentaram para 10,4 milhões de linhas no período, seguindo o foco da Companhia em seu plano de eficiência. Conseqüentemente, o *churn* chegou a 15,6% no 2T16, um aumento quando comparado ao 2T15 (13,2%).

Pós-pago: Adições Líquidas (mil linhas)



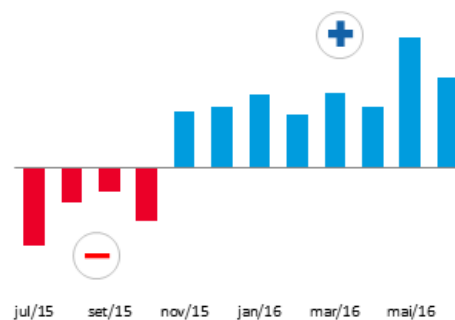
Fonte: Anatel

A base de clientes pós-pagos alcançou 13,7 milhões de usuários ao final do 2T16, um aumento de 1,6% A/A. A base de pós-pago excluindo M2M cresceu 2,2% A/A, enquanto as linhas M2M apresentaram queda de 3,6% no mesmo período. No trimestre, a base pós-paga registrou um importante crescimento de 213 mil linhas, que, juntamente com números mais fortes de Portabilidade Numérica Móvel (PNM), apontam para uma inversão da tendência negativa do último trimestre.

No 2T16, a TIM ampliou seus resultados positivos em PNM de pós-pago. Desde o lançamento do novo portfólio de ofertas, em Novembro de 2015, a Companhia vem apresentando números positivos de PNM em todos os segmentos pós-pagos, revertendo anos de desempenho negativo. Também no pós-pago, as adições brutas cresceram 11% A/A no 2T16.

Como já mencionado, a TIM desconectou 3,5 milhões de linhas no segmento pré-pago no 2T16, seguida pelas outras operadoras. Este é um dos muitos esforços feitos pela Companhia a fim de reduzir significativamente os seus custos. Ao final do 2T16, a base pré-paga alcançou 50,2 milhões de linhas, uma queda de 17,7% A/A.

Portabilidade de Números Móveis (quantidade de linhas pós-pagas)



Fonte: Companhia


RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA & GOVERNANÇA
CSR - Consumo de Energia

Alinhada com os princípios de sua Política Ambiental e de Gestão da Mudança do Clima, a TIM considera a eficiência do consumo de energia como um dos seus desafios, que evolui conforme a tabela abaixo.

Consumo de Energia	2T16	2T15	% A/A
Consumo de eletricidade em MWh	110.379 ^(*)	123.330	-10,5%
Consumo de combustíveis em L (Gasolina e diesel)	280.594 ^(*)	362.957	-22,7%

^(*) Dados sujeitos a alteração – após finalização da verificação externa

A eficiência energética é trabalhada através de algumas ações como o projeto *swap* (substituição dos equipamentos de acesso por modelos mais modernos e eficientes), o acordo de *RAN Sharing* (modelo de compartilhamento da infraestrutura de rede com outra operadora) e o *FreeCooling* (sistema de ventilação de contêineres de equipamentos por meio da instalação de cooler em sites, que reduz o uso de energia e de gases refrigerantes nos equipamentos de ar condicionado). Em termos ambientais, o *RAN Sharing* reduz o consumo de energia e tem impacto urbanístico positivo, pois implica na redução do número de novas estações radio base, minimizando os transtornos à população. (Indicadores EN5 e EN6, GRI-G41).

Cientes do potencial que o Brasil oferece em fontes renováveis de energia, estamos testando a implementação de painéis fotovoltaicos em sites das regiões Nordeste e Sudeste. Nossos objetivos são auxiliar no investimento de energia e atuar no mercado gerador, possibilitando a garantia de manutenção de preço, por meio de um modelo sustentável. Os investimentos e ações de eficiência que estamos realizando nos levarão a um patamar ainda mais competitivo, além de mitigar impactos no meio ambiente.

Atualmente o aumento da busca de espaço para implantação de antenas e equipamentos de telecomunicações associado ao acelerado crescimento populacional proporcionaram um cenário de concorrência que desencadeou em aglomerações de antenas em topo de prédios, fachadas e estruturas metálicas. Neste contexto, surgiu o Biosite, estrutura com significativa redução no impacto visual, e que contribui para a harmonização com o meio ambiente e com a infraestrutura urbana. Sua multifuncionalidade pode agregar além da transmissão de telecomunicações, iluminação e segurança através de câmeras de vigilância. Ao final de junho, o projeto alcançou um total de 139 Biosites ativos (80 Biosites ao final de junho de 2015).

Ademais, em junho foi publicado o Relatório de Sustentabilidade de 2015, que traz informações sobre nossas conquistas, desafios e projetos relacionados ao compromisso com o desenvolvimento sustentável, abrangendo as dimensões econômica, social e ambiental. O documento compreende o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015 e foi elaborado com base no modelo internacional da *Global Reporting Initiative (GRI)*¹, versão G4. Entre os principais pontos da

¹ GRI: *Global Reporting Initiative*, padrão de relato internacional através de indicadores de desempenho, sobre o qual a TIM se baseia para seu Relatório de Sustentabilidade.

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO

publicação estão nossas metas em diferentes esferas (treinamentos, reciclagem, energia e fornecedores), o perfil e a gestão do nosso capital humano, nossas iniciativas de eficiência energética e a gestão das emissões de gases de efeito estufa (GEE). Conheça mais sobre o Relatório de Sustentabilidade 2015 da TIM clicando [aqui](#).

Governança

Buscando melhorar a transparência e aumentar a divulgação de temas de governança, a TIM continua apresentando as atividades realizadas pelo seu Conselho de Administração e seus Comitês. Veja abaixo os destaques no 2T16:

Atividades do Conselho e de Comitês

Conselho de Administração

- Membros: 10 membros (3 independentes);
- Reuniões: 2 reuniões com comparecimento médio de 90%;
- Atividades mais relevantes:
 - Análise do Relatório Financeiro do Primeiro Trimestre ("ITR") de 2016;
 - Análise dos Projetos de Inovação e Desenvolvimento de Negócios;
 - Eleição dos Diretores Estatutários da Companhia e indicação dos Conselheiros da TIM Celular S.A. e da Intelig Telecomunicações Ltda;
 - Deliberação sobre a Assinatura de um Contrato entre Partes Relacionadas.

Conselho Fiscal

- Membros: 3 membros (3 independentes);
- Reuniões: 1 reunião; comparecimento médio de 100%;
- Atividades mais relevantes:
 - Análise do Relatório de Auditoria Independente feito pela BDO RCS Auditores Independentes S.S. e do Relatório Financeiro do Primeiro Trimestre ("ITR") de 2016;
 - Discussão sobre contingências Trabalhistas, Cíveis, Tributárias e Regulatórias;
 - Eleição do Presidente do Conselho Fiscal para o exercício fiscal de 2016/2017.

Comitê de Auditoria Estatutário

- Membros: 3 membros (3 independentes);
- Reuniões: 5 reuniões; comparecimento médio de 100%;
- Atividades mais relevantes:
 - Análise do Relatório de *Enterprise Risk Management* ("ERM");
 - Discussão sobre contingências Trabalhistas, Cíveis, Tributárias e Regulatórias;
 - Avaliação da *Due Diligence* e do status do Programa Anticorrupção da TIM;
 - Acompanhamento e Supervisão do Processo Anual de Certificação SOx, Controles Internos & Carências de Controles;
 - Monitoramento e Supervisão do Relatório 20-F e do Formulário de Referência 2016;
 - Opinião sobre o Contrato entre Partes Relacionadas;
 - Opinião sobre o Relatório de Demonstrações Financeiras do primeiro trimestre de 2016;
 - Opinião sobre os auditores escolhidos para Auditoria Independente da Companhia;
 - Supervisão e Avaliação do Comitê de Auditoria Interna.

Comitê de Remuneração

- Membros: 3 membros;
- Reuniões: 1 reunião; comparecimento médio de 100%;

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO

- Atividades mais relevantes:
 - Discussão da Proposta de Gestão por Objetivos ("MBO") da Companhia para o ano.

Comitê de Controles e Riscos

- Membros: 5 membros (2 independentes);
- Reuniões: 2 reuniões com comparecimento médio de 90%;
- Atividades mais relevantes:
 - Avaliação da *Due Diligence* e do status do Programa Anticorrupção da TIM;
 - Acompanhamento e Supervisão do Processo Anual de Certificação SOx, Controles Internos & Carências de Controles;
 - Apresentação do Relatório de Sustentabilidade de 2015;
 - Supervisão e Avaliação do Comitê de Auditoria Interna.

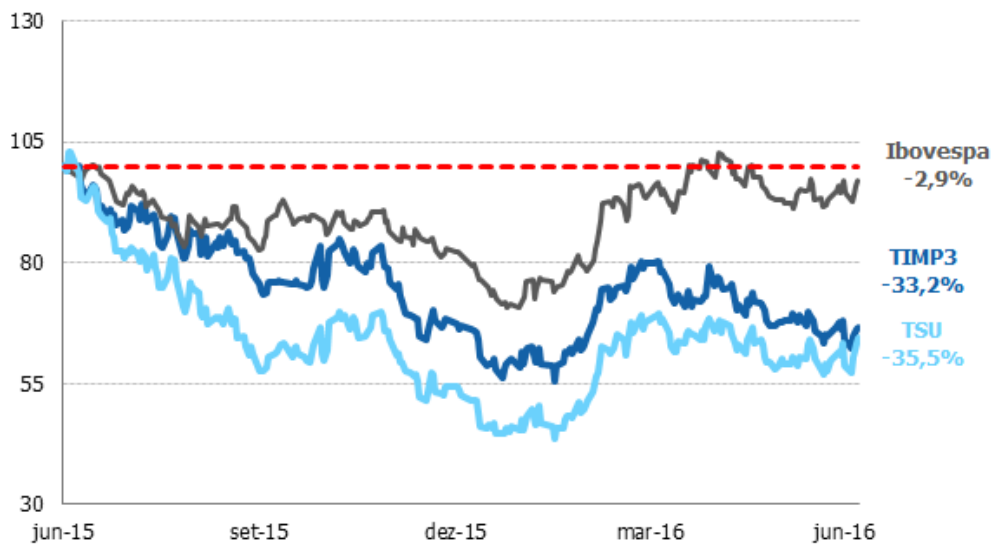
COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO

DESEMPENHO EM BOLSA

A ação da Companhia, TIMP3, encerrou o 2T16 a R\$6,84, uma queda de 33,2% nos últimos 12 meses, principalmente devido ao cenário macroeconômico desafiador, enquanto o Índice Bovespa (Ibovespa) recuou 2,9% no mesmo período. As ADRs da Companhia encerraram o 2T16 em US\$10,55, uma queda de 35,5% nos últimos 12 meses.

Performance das Ações da TIM Participações

(Base 100 em 30 de Junho, 2015; Δ% Jun-15 x Jun-16)



Fonte: Bloomberg

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO

TERMO DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

As informações financeiras e operacionais consolidadas divulgadas neste documento, exceto onde indicado de outra forma, são apresentadas segundo as normas internacionais de contabilidade IFRS (*International Financial Reporting Standards*) e em Reais (R\$), em conformidade com a Lei das S/A. Todas as comparações referem-se ao segundo trimestre de 2015 (2T15) e ao primeiro trimestre de 2016 (1T16), exceto quando indicado de outra forma.

Este documento pode conter declarações de caráter prospectivo. Essas declarações não são declarações de fatos históricos e refletem as crenças e expectativas da administração da Companhia.

As palavras "antecipa", "acredita", "estima", "espera", "prevê", "planeja", "prediz", "projeta", "visa" e palavras similares têm como intenção identificar essas declarações, que envolvem necessariamente riscos e incertezas conhecidos e desconhecidos previstos ou não pela Companhia. Portanto, os resultados operacionais futuros da Companhia poderão diferir das expectativas atuais e os leitores desta divulgação não devem basear suas considerações exclusivamente nas informações aqui fornecidas. Declarações prospectivas refletem apenas as opiniões na data em que são apresentadas e a Companhia não está obrigada a atualizá-las diante de novas informações ou desdobramentos futuros.

ANEXO

Anexo 1: Indicadores Operacionais

Anexo 1
TIM PARTICIPAÇÕES S.A.
Indicadores Operacionais

DESCRIÇÃO	2T16	2T15	% A/A	1T16	%T/T
Base Móvel Brasil ('000) ¹	255.232	282.474	-9,6%	257.811	-1,0%
Penetração Total Estimada ¹	124,0%	138,2%	-14,2p.p.	125,4%	-1,4p.p.
Municípios Atendidos - TIM GSM	3.460	3.449	0,3%	3.460	0,0%
Market share ¹	25,6%	26,4%	-0,8p.p.	26,1%	-0,5p.p.
Total de Linhas - TIM ('000) ²	63.960	74.600	-14,3%	67.269	-4,9%
Pré-pago	50.231	61.061	-17,7%	53.721	-6,5%
Pós-pago	13.729	13.540	1,4%	13.548	1,3%
Adições Brutas ('000)	7.099	8.794	-19,3%	7.552	-6,0%
Adições Líquidas ('000)	(3.309)	(1.149)	188,0%	1.037	n.d.
Churn (%)	-15,6%	13,2%	-28,8p.p.	-9,5%	-6,1p.p.
ARPU (R\$)	17,2	16,1	7,0%	17,2	0,4%
MOU	118	119	-0,4%	119	-0,3%
SAC/Adições Brutas (R\$)	32	31	4,8%	29	13,0%
Aparelhos vendidos ('000)	358	1.532	-76,6%	363	-1,3%
Colaboradores	12.104	12.930	-6,4%	12.297	-1,6%

¹ Refere-se à Maio/2016, último dado divulgado pela Anatel

² Base interna jun/16

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

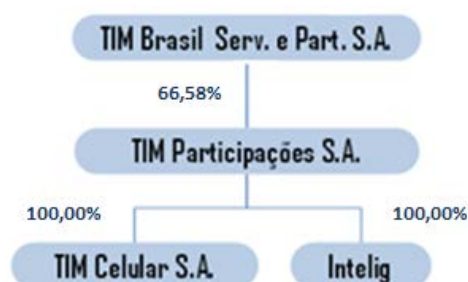
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
Em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1 Contexto operacional

1.a Estrutura societária

A TIM Participações S.A. (“TIM Participações”, “Companhia” ou “Grupo”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A. (“TIM Brasil”). A TIM Brasil é uma empresa controlada do grupo Telecom Italia e detinha, em 30 de junho de 2016, 66,58% (66,58% em 31 de dezembro de 2015) do capital social da TIM Participações. A Companhia, em conjunto com suas controladas (“Grupo”), tem como principal objetivo exercer o controle de sociedades exploradoras de serviços de telecomunicações, incluindo telefonia móvel pessoal e outros, nas áreas de suas autorizações. Os serviços prestados pelas controladas da TIM Participações são regulados pela Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”).



As ações da Companhia são negociadas na BM&F/Bovespa. Adicionalmente, a TIM Participações possui recibos de depósitos americanos (*American Depositary Receipts* – ADRs), nível II, negociados na Bolsa de valores de Nova York (NYSE) – EUA. Em consequência, a Companhia está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da *Securities and Exchange Commission* (“SEC”). Visando atender às boas práticas de mercado, a TIM Participações adota como princípio a divulgação simultânea de suas informações financeiras nos dois mercados, em reais, em português e inglês.

Controladas diretas

(a) TIM Celular S.A. (“TIM Celular”)

A Companhia detém a totalidade do capital da TIM Celular. Esta controlada presta Serviço Telefônico Fixo Comutado (“STFC”) nas modalidades Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, assim como o Serviço Móvel Pessoal (“SMP”) e o Serviço de Comunicação Multimídia (“SCM”), em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

(b) Intelig Telecomunicações Ltda. (“Intelig”)

A Companhia também detém a totalidade do capital da Intelig. Esta controlada presta o STFC apenas na modalidade local e o SCM, em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1.b Transações Relevantes - Venda de Torres

A TIM Celular celebrou em novembro de 2014 e em janeiro de 2015 com a American Tower do Brasil Cessão de Infraestruturas Ltda. ("ATC") dois Contratos de Venda de até 6.481 torres de telecomunicações de sua propriedade por cerca de R\$3 bilhões e um Contrato Master de Locação (*Master Lease Agreement* – "MLA") de parte do espaço nas referidas torres pelo prazo de 20 anos a contar da data da transferência de cada torre, na modalidade "*sale and leaseback*", e preveem valores mensais de aluguel por tipo de torre (*greenfield ou rooftop*). A transação de venda prevê um processo de transferência das torres em tranches ao comprador final, tendo em vista a necessidade de atendimento de determinadas condições precedentes.

Esta operação trará benefícios à capacidade operacional e financeira da Companhia em prol dos seus investimentos em expansão e qualidade.

No total, foram realizadas quatro transferências nas datas de 29 de abril, 30 de setembro, 16 de dezembro de 2015 e 9 de junho de 2016. Foram transferidas 5.753 torres (5.483 em 2015 e 270 em 2016) representando 88,8% do total, por um valor de caixa recebido de R\$2.498.421 em 2015 e R\$109.624 em 2016.

O ganho correspondente à parte dos ativos efetivamente vendidos no montante de R\$1.210.980 (R\$917.548 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2015) e R\$37.029 foram reconhecidos no resultado do exercício de 2015 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, respectivamente, líquidos dos custos de transação, enquanto que o ganho correspondente a parte das torres sujeitas a "*sale and leaseback*" no valor de R\$55.107 (R\$1.002.393 em 31 de dezembro de 2015), líquido dos custos da transação, foi diferido pela duração dos respectivos contratos de arrendamento mercantil financeiro (nota 22).

A taxa de desconto utilizada na transação foi determinada com base em transações observáveis de mercado que o arrendatário teria que pagar em um leasing similar ou empréstimo. Os valores da taxa de desconto aplicados em cada tranche estão descritos na nota 16.

Os impactos contábeis estão demonstrados a seguir:

	Dez/2015	Jun/2016
Quantidade de torres vendidas	5.483	270
Valor da venda	2.498.421	109.624
Custo do ativo e custo da transação	(487.795)	(27.110)
Ganho na transação	2.010.626	82.514
Efeitos no resultado da venda:		
Receita na venda de ativos alienados	1.253.618	36.085
Custo dos ativos baixados e custo da transação	(235.843)	(2.358)
Baixa da provisão de desmobilização de ativos	193.205	3.302
Efeito no resultado antes dos impostos (rubrica "outras receitas (despesas) operacionais, líquidas")	1.210.980	37.029
IR e CS	(372.140)	(10.632)
Efeito líquido no resultado do exercício	838.840	26.397
Receita diferida	1.002.393	55.107
Ativo imobilizado arrendado "leaseback"	1.244.803	73.539
Arrendamento mercantil financeiro "leaseback"	1.244.803	73.539
Efeito na dívida líquida (*)	1.253.618	36.085

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(*) Representa o valor total da venda subtraído da dívida do arrendamento mercantil financeiro.

2. Base de preparação e apresentação das informações trimestrais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo manifestação em contrário.

a. Critérios gerais de elaboração e divulgação

As informações trimestrais foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo.

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o CPC 21 / IAS 34 – “Demonstrações Intermediárias”, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações intermediárias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Sem que haja divergência com relação à aplicação do CPC 21 / IAS 34, a Companhia adota políticas contábeis advindas da legislação societária brasileira e regras específicas emitidas pela CVM e Anatel.

A preparação de informações trimestrais requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as informações trimestrais, estão divulgadas na Nota 3.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. A única exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos que estão classificados integralmente no longo prazo.

Nas informações trimestrais individuais, preparadas de acordo com o CPC 21 e apresentadas em conjunto com as informações trimestrais consolidadas, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são realizados nas informações trimestrais individuais e nas informações trimestrais consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora TIM Participações. Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas informações trimestrais individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que o IFRS passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as informações trimestrais consolidadas.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações trimestrais.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda de apresentação das informações trimestrais é o Real (R\$), que também é a moeda funcional de todas as empresas consolidadas nestas informações trimestrais.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Exceto para ativos e passivos registrados pelo valor justo, itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para Reais pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

c. Informações por segmentos

Segmentos operacionais são componentes da entidade que desenvolvem atividades de negócio das quais pode obter-se receitas e incorrer em despesas. Seus resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade, que toma as decisões sobre alocação de recursos e avalia o desempenho do segmento. Para a existência do segmento, é necessário haver informação financeira individualizada do mesmo.

O principal tomador de decisões operacionais na Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação periódica de desempenho, é a Diretoria-Executiva, que, juntamente com o Conselho de Administração, são responsáveis pela tomada das decisões estratégicas do Grupo e por sua gestão.

A estratégia do Grupo é focada na otimização dos resultados consolidados da TIM Participações. Essa estratégia contempla a otimização das operações de cada empresa do Grupo, assim como o aproveitamento das sinergias entre todas estas entidades. Apesar de haver atividades diversas, os tomadores de decisão entendem que o Grupo representa apenas um segmento de negócio e não contemplam estratégias específicas voltadas apenas para uma linha de serviço. Todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas. O objetivo é sempre maximizar o resultado consolidado obtido pela exploração das licenças de SMP, STFC e SCM.

d. Procedimentos de consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

É utilizado o método de contabilização de compra (*purchase accounting*) para registrar a aquisição de controladas pelo Grupo. O custo de aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais (ex.: ações) emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos pelo adquirente na data da troca de controle. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação minoritária. O excedente do custo de aquisição, que ultrapassa o valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos, é registrado como ágio. Se o custo da aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado, como receita após proceder-se a uma revisão dos conceitos e cálculos aplicados.

As operações entre as empresas do Grupo, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, são eliminados. As políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação

Em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

consistência com as políticas contábeis adotadas pela TIM Participações. A data-base das informações financeiras utilizadas para consolidação é a mesma em todas as empresas do Grupo.

e. Reapresentação de anos anteriores

Durante a preparação das informações financeiras intermediárias de março de 2016, a Companhia identificou erros de exercícios/períodos anteriores relacionados com o reconhecimento de receitas de recarga de créditos pré-pagos vendidos por terceiros ("parceiros comerciais"). Ainda que a receita seja reconhecida com base no consumo dos créditos pelos clientes, durante o processo de reconciliação da rubrica "receita diferida", foi identificado um ajuste indevido relativo a diferença entre os créditos em poder dos parceiros comerciais e os créditos efetivamente ativados no sistema operacional de pré-pago. Com base nas análises quantitativas e qualitativas efetuadas pela administração da Companhia, concluiu que esses ajustes foram imateriais nos últimos três anos. Contudo, considerando a relevância do efeito acumulado desses ajustes, se contabilizado diretamente no resultado do período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, a administração da Companhia decidiu pela reapresentação das cifras comparativas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e de 2013, bem como das demonstrações financeiras intermediárias do período de seis meses findo em 30 de junho de 2015.

A Companhia concluiu que este erro não afetou materialmente, quantitativa e qualitativamente, as demonstrações financeiras anuais e intermediárias dos exercícios e/ou períodos anteriores. O impacto líquido sobre a demonstração do resultado dos exercícios findos em 2015, 2014 e 2013 foi de R\$14 milhões, R\$3 milhões e R\$67 milhões, respectivamente, e R\$440 milhões em lucros acumulados em 1º de janeiro de 2013. No semestre findo em 30 de junho de 2015, o ajuste foi de R\$22 milhões.

Ainda, os ajustes não impactaram a posição financeira de caixa e equivalentes de caixa da Companhia, tampouco, alterou a demonstração dos fluxos de caixa ou o cumprimento dos *covenants* sobre os financiamentos da Companhia.

Conseqüentemente, o referido erro de exercícios/períodos anteriores acarretou nos seguintes ajustes nas seguintes rubricas contábeis nas informações financeiras:

- 1 – Impostos e taxas a recuperar;
- 2 – Parceiros comerciais;
- 3 – Receita diferida, líquido de comissão ao parceiro comercial;
- 4 – Equivalência patrimonial;
- 5 – Receita líquida de impostos;
- 6 – Comissão ao parceiro comercial;
- 7 – Outras retenções;
- 8 – Juros sobre os impostos;
- 9 – Imposto de renda e contribuição social sobre os ajustes acima.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora			Consolidado		
	Balanço Patrimonial em 01/01/13 - antes dos ajustes	Ajustes	Balanço Patrimonial em 01/01/13 - após os ajustes	Balanço Patrimonial em 01/01/13 - antes dos ajustes	Ajustes	Balanço Patrimonial em 01/01/13 - após os ajustes
ATIVO						
Circulante (1)	447.320	-	447.320	9.967.717	12.943	9.980.660
Não Circulante (4 / 1)	13.803.370	(440.048)	13.363.322	16.068.344	165.092	16.233.436
Total do ativo	14.250.690	(440.048)	13.810.642	26.036.061	178.035	26.214.096
PASSIVO						
Circulante (2 e 3)	384.451	-	384.451	7.375.222	618.083	7.993.305
Não Circulante	33.369	-	33.369	4.827.969	-	4.827.969
Patrimônio líquido	13.832.870	(440.048)	13.392.822	13.832.870	(440.048)	13.392.822
Total do passivo e do patrimônio líquido	14.250.690	(440.048)	13.810.642	26.036.061	178.035	26.214.096

	Controladora			Consolidado		
	Balanço Patrimonial em 31/12/13 - antes dos ajustes	Ajustes	Balanço Patrimonial em 31/12/13 - após os ajustes	Balanço Patrimonial em 31/12/13 - antes dos ajustes	Ajustes	Balanço Patrimonial em 31/12/13 - após os ajustes
ATIVO						
Circulante (1)	443.803	-	443.803	10.740.804	6.548	10.747.352
Não Circulante (4 / 1)	14.593.438	(372.704)	14.220.734	17.190.918	134.362	17.325.280
Total do ativo	15.037.241	(372.704)	14.664.537	27.931.722	140.910	28.072.632
PASSIVO						
Circulante (2 e 3)	409.780	-	409.780	8.048.103	513.614	8.561.717
Não Circulante	32.821	-	32.821	5.288.979	-	5.288.979
Patrimônio líquido	14.594.640	(372.704)	14.221.936	14.594.640	(372.704)	14.221.936
Total do passivo e do patrimônio líquido	15.037.241	(372.704)	14.664.537	27.931.722	140.910	28.072.632

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora			Consolidado		
	Demonstração do resultado em 31/12/13 divulgada	Ajustes	Demonstração do resultado em 31/12/13 reapresentada	Demonstração do resultado em 31/12/13 divulgada	Ajustes	Demonstração do resultado em 31/12/13 reapresentada
Receita operacional líquida (5)	-	-	-	19.921.291	104.338	20.025.629
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	-	-	-	(10.822.202)	-	(10.822.202)
Lucro bruto	-	-	-	9.099.089	104.338	9.203.427
Receitas (despesas) operacionais (4 / 6 e 7)	1.505.097	67.344	1.572.441	(6.660.216)	(6.930)	(6.667.146)
Resultado operacional	1.505.097	67.344	1.572.441	2.438.873	97.408	2.536.281
Receitas (despesas) financeiras (8)	517	-	517	(302.720)	12.172	(290.548)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.505.614	67.344	1.572.958	2.136.153	109.580	2.245.733
Imposto de renda e contribuição social (9)	-	-	-	(630.539)	(42.236)	(672.775)
Lucro líquido do exercício	1.505.614	67.344	1.572.958	1.505.614	67.344	1.572.958
Lucro básico por ação	0,6230	0,0278	0,6508	0,6230	0,0278	0,6508
Lucro diluído por ação	0,6228	0,0279	0,6507	0,6228	0,0279	0,6507

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora			Consolidado		
	Demonstração do valor adicionado 31/12/13 divulgada	Ajuste	Demonstração do valor adicionado 31/12/13 divulgada	Demonstração do valor adicionado 31/12/13 divulgada	Ajuste	Demonstração do valor adicionado 31/12/13 divulgada
Receitas				26.225.901	109.342	26.335.243
Insumos adquiridos de terceiros	(8.073)		(8.073)	(11.894.210)	(6.929)	(11.901.139)
Retenções	-		-	(2.767.870)	-	(2.767.870)
Valor adicionado recebido em transferência	1.530.611	67.344	1.597.955	686.154	12.171	698.325
Valor adicionado total a distribuir	1.522.538	67.344	1.589.882	12.249.975	114.584	12.364.559
Distribuição do valor adicionado						
Pessoal e encargos	6.448	-	6.448	686.149	-	686.149
Impostos, taxas e contribuições	1.551	-	1.551	8.575.353	47.240	8.622.593
Remuneração de Capitais de Terceiros	8.925	-	8.925	1.482.859	-	1.482.859
Remuneração de Capital Próprio	1.505.614	67.344	1.572.958	1.505.614	67.344	1.572.958
	1.522.538	67.344	1.589.882	12.249.975	114.584	12.364.559

	Controladora			Consolidado		
	Balanço Patrimonial em 31/12/14 - antes dos ajustes	Ajustes	Balanço Patrimonial em 31/12/14 - após os ajustes	Balanço Patrimonial em 31/12/14 - antes dos ajustes	Ajustes	Balanço Patrimonial em 31/12/14 - após os ajustes
ATIVO						
Circulante (1)	463.010	-	463.010	11.174.415	6.535	11.180.950
Não Circulante (4 / 1)	15.324.516	(370.020)	14.954.496	21.168.729	139.513	21.308.242
Total do ativo	15.787.526	(370.020)	15.417.506	32.343.144	146.048	32.489.192
PASSIVO						
Circulante (2 e 3)	432.125	-	432.125	9.123.256	516.068	9.639.324
Não Circulante	33.367	-	33.367	7.897.854	-	7.897.854
Patrimônio líquido	15.322.034	(370.020)	14.952.014	15.322.034	(370.020)	14.952.014
Total do passivo e do patrimônio líquido	15.787.526	(370.020)	15.417.506	32.343.144	146.048	32.489.192

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação

Em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora			Consolidado		
	Demonstração do resultado em 31/12/14 divulgada	Ajustes	Demonstração do resultado em 31/12/14 reapresentada	Demonstração do resultado em 31/12/14 divulgada	Ajustes	Demonstração do resultado em 31/12/14 reapresentada
Receita operacional líquida (5)				19.498.165	3.951	19.502.116
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	-	-	-	(10.083.920)	-	(10.083.920)
Lucro bruto	-	-	-	9.414.245	3.951	9.418.196
Receitas (despesas) operacionais (4 / 6 e 7)	1.554.575	2.684	1.557.259	(6.928.556)	(7.100)	(6.935.656)
Resultado operacional	1.554.575	2.684	1.557.259	2.485.689	(3.149)	2.482.540
Receitas (despesas) financeiras (8)	(8.156)	-	(8.156)	(292.772)	12.130	(280.642)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.546.419	2.684	1.549.103	2.192.917	8.981	2.201.898
Imposto de renda e contribuição social (9)	-	-	-	(646.498)	(6.297)	(652.795)
Lucro líquido do exercício	1.546.419	2.684	1.549.103	1.546.419	2.684	1.549.103
Lucro básico por ação	0,6396	0,0011	0,6407	0,6396	0,0011	0,6407
Lucro diluído por ação	0,6393	0,0011	0,6404	0,6393	0,0011	0,6404

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora			Consolidado		
	Demonstração do valor adicionado 31/12/14 divulgada	Ajuste	Demonstração do valor adicionado 31/12/14 divulgada	Demonstração do valor adicionado 31/12/14 divulgada	Ajuste	Demonstração do valor adicionado 31/12/14 divulgada
Receitas				25.973.031	4.443	25.977.474
Insumos adquiridos de terceiros	(11.952)		(11.952)	(10.906.860)	(7.099)	(10.913.959)
Retenções	-		-	(3.052.579)	-	(3.052.579)
Valor adicionado recebido em transferência	1.582.453	2.684	1.585.137	1.003.425	12.130	1.015.555
Valor adicionado total a distribuir	1.570.501	2.684	1.573.185	13.017.017	9.474	13.026.491
Distribuição do valor adicionado						
Pessoal e encargos	9.945	-	9.945	782.589	-	782.589
Impostos, taxas e contribuições	2.531	-	2.531	8.843.917	6.791	8.850.708
Remuneração de Capitais de Terceiros	11.606	-	11.606	1.844.092	-	1.844.092
Remuneração de Capital Próprio	1.546.419	2.684	1.549.103	1.546.419	2.683	1.549.102
	1.570.501	2.684	1.573.185	13.017.017	9.474	13.026.491
Controladora						
	Balanço Patrimonial em 31/12/15 - antes dos ajustes	Ajustes	Balanço Patrimonial em 31/12/15 - após os ajustes	Balanço Patrimonial em 31/12/15 - antes dos ajustes	Ajustes	Balanço Patrimonial em 31/12/15 - após os ajustes
ATIVO						
Circulante (1)	542.751		542.751	12.033.273	6.973	12.040.246
Não Circulante (4 / 1)	16.962.981	(355.722)	16.607.259	23.370.379	145.763	23.516.142
Total do ativo	17.505.732	(355.722)	17.150.010	35.403.652	152.736	35.556.388
PASSIVO						
Circulante (2 e 3)	538.523		538.523	8.658.406	508.458	9.166.864
Não Circulante	34.165		34.165	9.812.202	-	9.812.202
Patrimônio Líquido	16.933.044	(355.722)	16.577.322	16.933.044	(355.722)	16.577.322
Total do passivo e do patrimônio líquido	17.505.732	(355.722)	17.150.010	35.403.652	152.736	35.556.388

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora			Consolidado		
	Demonstração do resultado em 31/12/15 divulgada	Ajustes	Demonstração do resultado em 31/12/15 reapresentada	Demonstração do resultado em 31/12/15 divulgada	Ajustes	Demonstração do resultado em 31/12/15 reapresentada
Receita operacional líquida (5)	-	-	-	17.138.851	3.414	17.142.265
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	-	-	-	(8.306.857)	-	(8.306.857)
Lucro bruto				8.831.994	3.414	8.835.408
Receitas (despesas) operacionais (4 / 6 e 7)	2.065.868	14.297	2.080.165	(5.587.777)	3.809	(5.583.968)
Resultado operacional	2.065.868	14.297	2.080.165	3.244.217	7.223	3.251.440
Receitas (despesas) financeiras (8)	5.277	-	5.277	(264.378)	13.971	(250.407)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.071.145	14.297	2.085.442	2.979.839	21.194	3.001.033
Imposto de renda e contribuição social (9)	-	-	-	(908.694)	(6.897)	(915.591)
Lucro líquido do exercício	2.071.145	14.297	2.085.442	2.071.145	14.297	2.085.442
Lucro básico por ação	0,8558	0,0059	0,8617	0,8558	0,0059	0,8617
Lucro diluído por ação	0,8557	0,0059	0,8616	0,8557	0,0059	0,8616

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora			Consolidado		
	Demonstração do valor adicionado 31/12/15 divulgada	Ajuste	Demonstração do valor adicionado 31/12/15 divulgada	Demonstração do valor adicionado 31/12/15 divulgada	Ajuste	Demonstração do valor adicionado 31/12/15 divulgada
Receitas				23.156.529	3.689	23.160.218
Insumos adquiridos de terceiros	(16.444)		(16.444)	(7.526.175)	3.809	(7.522.366)
Retenções	-		-	(3.361.971)	-	(3.361.971)
Valor adicionado recebido em transferência	2.103.012	14.297	2.117.309	1.996.752	13.971	2.010.723
Valor adicionado total a distribuir	2.086.568	14.297	2.100.865	14.265.135	21.469	14.286.604
Distribuição do valor adicionado						
Pessoal e encargos	11.214	-	11.214	850.362	-	850.362
Impostos, taxas e contribuições	2.207	-	2.207	8.441.124	7.172	8.448.296
Remuneração de Capitais de Terceiros	2.002	-	2.002	2.902.504	-	2.902.504
Remuneração de Capital Próprio	2.071.145	14.297	2.085.442	2.071.145	14.297	2.085.442
	2.086.568	14.297	2.100.865	14.265.135	21.469	14.286.604
	Balanço Patrimonial em 30/06/15 - antes dos ajustes	Ajustes	Balanço Patrimonial em 30/06/15 - após os ajustes	Balanço Patrimonial em 30/06/15 - antes dos ajustes	Ajustes	Balanço Patrimonial em 30/06/15 - após os ajustes
ATIVO						
Circulante (1)	95.548	-	95.548	10.897.865	6.477	10.904.342
Não Circulante (4 / 1)	16.574.619	(348.194)	16.226.425	22.698.397	141.048	22.839.445
Total do ativo	16.670.167	(348.194)	16.321.973	33.596.262	147.525	33.743.787
PASSIVO						
Circulante (2 e 3)	73.475	-	73.475	7.304.588	495.719	7.800.307
Não Circulante	33.461	-	33.461	9.728.443	-	9.728.443
Patrimônio líquido	16.563.231	(348.194)	16.215.037	16.563.231	(348.194)	16.215.037
Total do passivo e do patrimônio líquido	16.670.167	(348.194)	16.321.973	33.596.262	147.525	33.743.787

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Demonstração do resultado em 30/06/15 divulgada	Ajustes	Demonstração do resultado em 30/06/15 reapresentada	Demonstração do resultado em 30/06/15 divulgada	Ajustes	Demonstração do resultado em 30/06/15 reapresentada
Receita operacional líquida (5)	-	-	-	8.899.749	12.100	8.911.849
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	-	-	-	(4.538.314)	-	(4.538.314)
Lucro bruto	-	-	-	4.361.435	12.100	4.373.535
Receitas (despesas) operacionais (4 / 6 e 7)	1.236.414	21.826	1.258.240	(2.476.365)	7.824	(2.468.541)
Resultado operacional	1.236.414	21.826	1.258.240	1.885.070	19.924	1.904.994
Receitas (despesas) financeiras (8)	2.681	-	2.681	(115.967)	6.408	(109.559)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.239.095	21.826	1.260.921	1.769.103	26.332	1.795.435
Imposto de renda e contribuição social (9)	-	-	-	(530.008)	(4.506)	(534.514)
Lucro líquido do período	1.239.095	21.826	1.260.921	1.239.095	21.826	1.260.921
Lucro básico por ação	0,5120	0,009	0,5210	0,5120	0,009	0,5210
Lucro diluído por ação	0,5119	0,009	0,5209	0,5119	0,009	0,5209

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Demonstração do valor adicionado 30/06/15 divulgada	Ajuste	Demonstração do valor adicionado 30/06/15 divulgada	Demonstração do valor adicionado 30/06/15 divulgada	Ajuste	Demonstração do valor adicionado 30/06/15 divulgada
Receitas	-	-	-	12.025.482	12.403	12.037.885
Insumos adquiridos de terceiros	(3.244)	-	(3.244)	(3.819.098)	7.823	(3.811.275)
Retenções	-	-	-	(1.643.891)	-	(1.643.891)
Valor adicionado recebido em transferência	1.249.315	21.826	1.271.141	851.111	6.408	857.519
Valor adicionado total a distribuir	1.246.071	21.826	1.267.897	7.413.604	26.634	7.440.238
Distribuição do valor adicionado						
Pessoal e encargos	5.006	-	5.006	419.996	-	419.996
Impostos, taxas e contribuições	1.512	-	1.512	4.479.897	4.808	4.484.705
Remuneração de Capitais de Terceiros	458	-	458	1.274.616	-	1.274.616
Remuneração de Capital Próprio	1.239.095	21.826	1.260.921	1.239.095	21.826	1.260.921
	1.246.071	21.826	1.267.897	7.413.604	26.634	7.440.238

- Reconciliação dos efeitos no Patrimônio Líquido:

	Capital Social	Reservas	Outros resultados abrangentes	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2013	9.839.770	3.993.332	(232)	-	13.832.870
Ajustes de exercícios anteriores	-	(440.048)	-	-	(440.048)
Saldos em 01 de janeiro de 2013 ajustado	9.839.770	3.553.284	(232)	-	13.392.822
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.505.614	1.505.614
Ajuste no exercício	-	-	-	67.344	67.344
Lucro líquido ajustado	-	-	-	1.572.958	1.572.958
Outras movimentações	-	826.869	2.245	(1.572.958)	(743.844)
Saldos em 31 de dezembro de 2013 ajustado	9.839.770	4.380.153	2.013	-	14.221.936
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.546.419	1.546.419
Ajuste no exercício	-	-	-	2.684	2.684
Lucro líquido ajustado	-	-	-	1.549.103	1.549.103
Aumento da capital social	26.528	-	-	-	26.528
Outras movimentações	-	703.260	290	(1.549.103)	(845.553)
Saldos em 31 de dezembro de 2014 ajustado	9.866.298	5.083.413	2.303	-	14.952.014

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.071.145	2.071.145
Ajuste no exercício	-	-	-	14.297	14.297
Lucro líquido ajustado	-	-	-	2.085.442	2.085.442
Outras movimentações	-	1.625.724	(416)	(2.085.442)	(460.134)
Saldos em 31 de dezembro de 2015 ajustado	9.866.298	6.709.137	1.887	-	16.577.322

f. Aprovação das informações trimestrais

As presentes informações trimestrais foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de julho de 2016.

g. Novas normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pela CVM, baseada em pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.

IFRS 15 Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela foi inicialmente emitida para entrar em vigor em 1º de janeiro de 2017 e substituir a IAS 11 - "Contratos de Construção", a IAS 18 - "Receitas" e as correspondentes interpretações. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 15.

IFRS 16 Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção e ainda não definiu o método de transição que será utilizado.

Não há outras normas do IFRS ou interpretações do IFRIC atuais que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as informações trimestrais do Grupo.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da Companhia

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados. Os mesmos baseiam-se na experiência histórica da Companhia e em outros fatores, tais como as expectativas de eventos futuros, considerando as circunstâncias presentes na data-base das informações trimestrais.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios financeiros, estão contempladas a seguir.

(a) Perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do plano de negócios da Companhia. Por se tratar de um *business* contínuo, a partir do quinto ano de projeção foi estimada uma perpetuidade de crescimento nominal dos fluxos de caixa.

Eventuais atividades de reorganização com as quais a Companhia não esteja comprometida na data-base de apresentação das informações trimestrais ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste são excluídos para fins de teste de *impairment*.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento de receitas e despesas utilizada para fins de extrapolação. Condições econômicas adversas podem fazer com que estas premissas sofram alterações significativas.

Os principais ativos não financeiros para os quais foi feita esta avaliação são os ágios registrados na Companhia (nota 15).

No semestre findo em 30 de junho de 2016, não houve alterações nas estimativas e premissas que apresentassem um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos imobilizados e intangíveis nesse período.

(b) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração a estimativa de lucro tributável (nota 10).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(c) Provisão para processos judiciais e administrativos

Os processos judiciais e administrativos são analisados pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos (internos e externos). A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. Essas avaliações envolvem julgamento da Administração (nota 23).

(d) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado (nota 39).

(e) Receitas de tráfego não faturadas – “unbilled revenues”

Como algumas datas de corte para faturamento ocorrem em datas intermediárias dentro dos meses do ano, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pela Companhia, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados históricos de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros.

(f) Venda e leaseback

A transação de venda e *leaseback* é aquela em que o grupo vende um ativo e imediatamente requer o uso deste ativo mediante a celebração de um contrato de arrendamento com o comprador. O tratamento contábil da venda e realocação depende da substância da transação (aplicando os princípios de classificação de arrendamento).

Para venda e *leaseback* financeiro, todo o lucro da venda é diferido e amortizado pelo prazo do arrendamento. Para venda e *leaseback* operacional, geralmente, os ativos são vendidos pelo valor justo e, conseqüentemente, o lucro ou perda com a venda é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado.

No início do prazo da locação, a Companhia reconhece as locações financeiras como ativos e passivos em seu balanço patrimonial por valores iguais ao valor justo da propriedade arrendada ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado no início do arrendamento.

A taxa de desconto usada em uma transação de venda e *leaseback* é determinada com base em transações de mercado observáveis onde o locatário teria de pagar em um contrato de locação ou empréstimo similar. Como mencionado na nota 1.b, as taxas de desconto aplicadas pela administração da Companhia nas operações realizadas ao longo do ano foram determinantes para o cálculo da parcela de ganho contabilizado através de ganhos e perdas, bem como a parte de ganho diferido e amortizado durante o prazo de locação.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

São ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis e são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

	Controladora		Consolidado	
	06/2016	12/2015	06/2016	12/2015
Caixa e bancos	457	555	73.237	113.244
Aplicações financeiras de livre disponibilidade:				
CDB/Compromissadas	35.337	24.208	3.245.175	5.987.159
	<u>35.794</u>	<u>24.763</u>	<u>3.318.412</u>	<u>6.100.403</u>

Os Certificados de Depósitos Bancários ("CDB") e Operações Compromissadas são títulos nominativos emitidos por bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos. Tais títulos podem ser negociados durante o prazo contratado, a qualquer momento, sem perda significativa em seu valor e são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo pela Companhia.

A remuneração média anual das aplicações da Companhia referente aos CDB's e Operações Compromissadas, incluindo aqueles classificados fora da rubrica de caixa e equivalentes de caixa, é de 101,24% (101,30 em 31 de dezembro de 2015) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. Títulos e Valores Mobiliários

	Consolidado	
	06/2016	12/2015
Fundo cambial	491.318	599.414
	<u>491.318</u>	<u>599.414</u>
Parcela circulante	<u>(491.318)</u>	<u>(599.414)</u>

Durante 2015 foram adquiridas quotas de fundo cambial não exclusivo. Este fundo cambial tem liquidez diária e o objetivo é de acompanhar o comportamento do dólar dos Estados Unidos da América, além de ser composto basicamente por títulos públicos de altíssima liquidez. A aplicação tem como objetivo reduzir o risco cambial sobre o pagamento de fornecedores em moeda estrangeira. A classificação como títulos e valores mobiliários ocorre em função da mudança significativa de valor no caso de um resgate antecipado.

No semestre findo em 30 de junho de 2016, 7,87% das cotas de fundo cambial foram designadas como "cash-flow hedge".

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

6. Contas a receber de clientes

São ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis e se referem as contas a receber dos usuários dos serviços de telecomunicações, de uso de rede (interconexão) e de venda de aparelhos e acessórios. As contas a receber são registradas pelos preços praticados na data da transação. Os saldos de contas a receber incluem, também, serviços prestados e não faturados até a data dos balanços. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perdas por créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "*impairment*").

Perdas por créditos de liquidação duvidosa foram reconhecidas como redução das contas a receber, com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica, riscos envolvidos em cada caso e pela curva de arrecadação, em montante considerado suficiente.

O valor justo das contas a receber é igual ao valor contábil registrado em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015. Parte do contas a receber referente ao segmento pós pago garante o montante total das dívidas junto ao BNDES (Nota 19).

	Consolidado	
	06/2016	12/2015
Serviços faturados	1.077.224	995.879
Serviços a faturar	602.729	667.886
Uso de rede	429.361	448.064
Venda de mercadorias	1.020.405	1.120.449
Outras contas a receber	5.388	2.053
	<u>3.135.107</u>	<u>3.234.331</u>
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	(362.717)	(351.381)
	<u>2.772.390</u>	<u>2.882.950</u>
Parcela circulante	(2.743.937)	(2.858.089)
Parcela não circulante	<u>28.453</u>	<u>24.861</u>

A movimentação das perdas por créditos de liquidação duvidosa, controladas como conta regularizadora de ativo, foi como segue:

	Consolidado	
	06/2016 (6 meses)	12/2015 (12 meses)
Saldo inicial	351.381	373.577
Constituição	140.517	230.357
Baixas	(129.181)	(252.553)
Saldo final	<u>362.717</u>	<u>351.381</u>

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A idade das contas a receber apresenta-se como segue:

	Consolidado	
	06/2016	12/2015
A vencer	2.006.511	2.153.088
Vencidos até 30 dias	183.513	189.186
Vencidos até 60 dias	73.733	57.822
Vencidos até 90 dias	424.394	406.850
Vencidos a mais de 90 dias	446.956	427.385
	<u>3.135.107</u>	<u>3.234.331</u>

7. Estoques

Estoques são apresentados ao custo médio de aquisição. Uma perda é reconhecida para ajustar o custo de aparelhos e acessórios ao valor líquido realizável (valor de venda), quando este valor for menor que o custo médio de aquisição.

	Consolidado	
	06/2016	12/2015
Aparelhos celulares e <i>tablets</i>	147.022	123.664
Acessórios e cartões pré-pagos	26.049	19.762
TIM chips	17.848	12.170
	<u>190.919</u>	<u>155.596</u>
Perdas para ajuste ao valor de realização	(18.116)	(13.876)
	<u>172.803</u>	<u>141.720</u>

8. Impostos e contribuições indiretos a recuperar

	Consolidado	
	06/2016	12/2015 (Reapresentado)
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	1.601.154	1.708.059
Outros	35.866	34.241
	<u>1.637.020</u>	<u>1.742.300</u>
Parcela circulante	(846.429)	(924.624)
Parcela não circulante	790.591	817.676

Os valores de ICMS a recuperar basicamente são compostos (i) pelos créditos sobre as aquisições de ativo imobilizado diretamente relacionadas à prestação de serviço de telecomunicações (crédito parcelado em 48 meses), (ii) por valores de ICMS substituição tributária das operações relacionadas às mercadorias adquiridas para revenda, principalmente os aparelhos celulares, *chips*, *tablets* e *modems* comercializados pela TIM Celular e (iii) créditos decorrentes de contestações (estorno de débito) em UFs que ainda não implementaram o crédito presumido.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

9 Impostos e contribuições diretos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	06/2016	12/2015	06/2016	12/2015 (Reapresentado)
Imposto de renda e contribuição social	195	387	289.209	185.804
PIS / COFINS	20.185	20.185	143.853	233.326
Outros	1.558	1.339	80.172	81.113
	21.938	21.911	513.234	500.243
Parcela circulante	(21.938)	(21.911)	(330.122)	(329.722)
Parcela não circulante	-	-	183.112	170.521

Os valores de PIS/COFINS a recuperar referem-se (i) a créditos registrados a partir de jurisprudência favorável de processo judicial questionando a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo do PIS e da COFINS instituída pela Lei nº 9.718/98. Ao dispor que o faturamento corresponde à totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, a lei ampliou a definição de faturamento, pois agregou à base de cálculo dessas contribuições outras receitas, além de bens e serviços (ii) à créditos relacionados à compra de estoques de mercadorias para revenda, basicamente aparelhos celulares, *tablets* e modems; bem como (iii) à créditos calculados sobre bens e serviços utilizados como insumos, energia elétrica e aluguéis, conforme Lei nº 10.637/2002 e nº 10.833/2003.

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (1) os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados e (2) as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações trimestrais. O imposto de renda diferido é determinado usando-se alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. Mudanças posteriores nas alíquotas de imposto ou na legislação fiscal podem alterar os valores dos saldos de impostos diferidos, tanto ativos como passivos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente sob a hipótese de histórico de lucratividade e/ou quando as projeções anualmente preparadas pela Companhia, examinadas pelo Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, e aprovadas pelos demais órgãos da Administração, indiquem que seja provável a realização futura de tais créditos fiscais.

Os saldos de impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo saldo líquido.

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, as alíquotas vigentes foram de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os impostos diferidos também consideram os incentivos fiscais apresentados na nota 34.

Os valores contabilmente registrados são os seguintes:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

<i>Ativo (passivo)</i>	Controladora		Consolidado	
	06/2016	12/2015	06/2016	12/2015
<u>Impostos diferidos passivos</u>				
Custo atribuído – Intelig	-	-	(115.417)	(120.730)
	-	-	(115.417)	(120.730)
<u>Impostos diferidos ativos</u>				
Prejuízo fiscal	30.609	27.756	963.887	1.034.243
Base negativa de contribuição social	11.084	10.057	360.618	385.946
Diferenças temporárias				
Provisão para processos judiciais e administrativos	1.034	1.497	137.291	141.246
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	-	128.698	122.299
Ajuste a valor presente – licença 3G	-	-	13.979	14.950
Imposto de renda diferido s/ajustes CPC's:				
Aquisição de ações de acionistas não controladores	53.569	53.569	53.569	53.569
Combinação de negócios aquisição Intelig	-	-	71.405	71.405
Depreciação obrigações decorrentes de desmobilização de ativos	-	-	4.886	6.482
Atualização monetária s/ obrigações decorrentes de desmobilização de ativos	-	-	3.933	4.363
Encargos financeiros capitalizados	-	-	329	499
Encargos s/ autorizações	-	-	1	387
Aluguel Infraestrutura LT Amazonas	-	-	13.624	11.022
Efeito de incorporação - TIM Fibers	-	-	684	770
Provisão para participação dos empregados	201	336	17.861	16.594
Tributos com exigibilidade suspensa	-	-	12.872	12.872
Fistel - Recuperação TFI	-	-	32.670	50.721
Ágio amortizado – TIM Fiber	-	-	(296.395)	(264.639)
Operações com derivativos	-	-	(30.263)	(336.621)
Juros capitalizados 4G	-	-	(128.169)	(84.751)
Outros	-	-	2.227	5.484
	96.497	93.215	1.363.707	1.246.841
Provisão para realização de créditos fiscais (Intelig e TIM Participações)				
	(96.497)	(93.215)	(1.231.681)	(1.232.315)
	-	-	132.026	14.526

TIM Celular

A controlada TIM Celular, com base em histórico de lucratividade e fundamentada em projeções de resultados tributáveis futuros, constitui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de seus prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Com base nestas projeções, a controlada possui a seguinte expectativa de recuperação dos créditos:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Imposto de renda e contribuição social diferidos
2016	25.205
2017	91.305
2018	105.951
2019 em diante	57.679
Prejuízos fiscais e base negativa	280.140
Diferenças temporárias	(148.114)
Total créditos a recuperar	132.026

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram calculadas levando-se em consideração premissas financeiras e de negócios disponíveis no encerramento do exercício de 2015 e que ainda são válidas para o semestre findo em junho de 2016.

A controlada TIM Celular utilizou créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$95.687 durante o primeiro semestre de 2016 (R\$138.207 em 30 de junho de 2015).

Perda na realização de créditos fiscais

Considerando que a TIM Participações S.A. não possui atividades que possam gerar base tributável de imposto de renda e contribuição social, foi reconhecida perda integral sobre os créditos tributários de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, que totalizam R\$96.498 em 30 de junho de 2016 (R\$93.215 em 31 de dezembro de 2015).

No caso da controlada Intelig, considerando que a mesma não apresentou histórico de lucro tributável, provisão integral para realização dos referidos créditos tributários foi constituída, no montante de R\$1.135.183 em 30 de junho de 2016 (R\$1.139.100 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$1.002.673 referem-se a prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e R\$132.510 referem-se a diferenças temporárias.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

11. Despesas antecipadas

	Consolidado	
	06/2016	12/2015
Fistel (*)	502.341	-
Propagandas não veiculadas (**)	92.160	162.145
Aluguéis e seguros	61.374	46.936
Swap de rede (***)	33.304	37.674
Outros	17.154	18.535
	<u>706.333</u>	<u>265.290</u>
Parcela circulante	<u>(643.265)</u>	<u>(210.056)</u>
Parcela não circulante	<u>63.068</u>	<u>55.234</u>

(*) A taxa Fistel, paga em março de 2016, refere-se ao exercício de 2016 e está sendo amortizada mensalmente de acordo com o respectivo fato gerador.

(**) Representam pagamentos antecipados de despesas de propaganda de produtos e serviços da marca TIM que são reconhecidas no resultado de acordo com o período de veiculação.

(***) Em 1º de abril de 2010, a controlada Intelig e a GVT firmaram contrato de cessão onerosa e recíproca de infraestrutura de fibras óticas (*swap* de rede), visando expandir suas respectivas áreas de atuação. Considerando a substância econômica da transação, o valor foi registrado na conta de despesas antecipadas (circulante e não circulante) e na rubrica de receitas diferidas (circulante e não circulante). Ambos montantes são apropriados ao resultado na mesma proporção, durante um período de 10 anos.

12. Depósitos judiciais

São registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente:

	Controladora		Consolidado	
	06/2016	12/2015	06/2016	12/2015
Cível	11.139	9.218	424.336	361.689
Trabalhista	68.840	63.043	441.916	420.112
Tributário	1.511	1.437	279.554	268.825
Regulatório	-	-	110	109
Outros (*)	137	127	67.412	55.306
Parcela não circulante	<u>81.627</u>	<u>73.825</u>	<u>1.213.328</u>	<u>1.106.041</u>

(*) Referem-se às aplicações financeiras vinculadas a processos judiciais.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Cível

Tratam-se de valores depositados em juízo para garantia de execuções em processos cíveis cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia. Tais processos, em sua maioria, referem-se a ações judiciais movidas por clientes, envolvendo questões de direito do consumidor, dentre outros.

Existem alguns processos com matérias diferenciadas, em que se discute o valor fixado pela ANATEL para desocupação das subfaixas V1, viabilizando a implementação da tecnologia 4G, após a TIM Celular ter saído vencedora do certame. Neste caso, o valor depositado em juízo para discussão é de R\$56.529 (R\$53.559 em 31 de dezembro de 2015).

Trabalhista

Trata-se de valores depositados em juízo referentes a garantias a execução efetuadas e depósitos para interposição dos recursos cabíveis, nos quais ainda há a discussão nos autos sobre a matéria ou valores devidos. O montante está distribuído entre diversos processos movidos por empregados próprios e terceiros prestadores de serviços.

Tributário

A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais, relativos à matéria tributária, realizados para suportar diversas discussões judiciais em curso. Tais depósitos referem-se, principalmente, às seguintes discussões:

- (i) Acréscimo de 2% de alíquota do ICMS em razão do Fundo de Erradicação da Pobreza (FECF) no Estado da Bahia relativamente aos serviços de telefonia pré paga prestados pela Companhia. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$83.623 (R\$80.205 em 31 de dezembro de 2015).
- (ii) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias, matéria com viés positivo no judiciário. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$67.821 (R\$64.968 em 31 de dezembro de 2015).
- (iii) Incidência da CPMF sobre operações de conversão de empréstimos em capital próprio da sociedade; reconhecimento do direito ao não recolhimento da contribuição supostamente incidente sobre a simples mudança de titularidade de contas correntes em razão de incorporação. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$32.462 (R\$31.450 em 31 de dezembro de 2015).
- (iv) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$12.813 (R\$11.450 em 31 de dezembro de 2015).
- (v) Não homologação de compensação de débitos federais com créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) pela suposta insuficiência de créditos, bem como o depósito realizado para fins de liberação de Certidão Negativa de Débitos. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$9.685 (R\$9.340 em 31 de dezembro de 2015).
- (vi) Incidência de ISS sobre serviços de importação e de terceiros; suposta falta de recolhimento relativamente à limpeza de terreno e serviço de manutenção de ERB, ao ISS próprio, ao ISS incidente sobre serviços de Co-billing e no licenciamento de software (*blackberry*). Garantia

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação

Em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

do direito de aproveitamento do benefício da denúncia espontânea e busca pelo afastamento das multas confiscatórias no caso de pagamento em atraso. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$6.076 (R\$5.524 em 31 de dezembro de 2015).

- (vii) Serviços acessórios previstos no Convênio 69/98 ICMS. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$5.611 (R\$5.479 em 31 de dezembro de 2015).
- (viii) Denúncia espontânea de débitos tributários e a consequente exclusão de cobrança de multa moratória. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$4.111 (R\$4.001 em 31 de dezembro de 2015).
- (ix) Depósito realizado pela Intelig – Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST. Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD – Exploração Industrial de Linha Dedicada, bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$46.293 (R\$43.323 em 31 de dezembro de 2015).

13. Investimentos - Controladora

As participações societárias em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial somente nas informações trimestrais individuais.

(a) Participações em empresas controladas:

	06/2016		
	TIM Celular	Intelig	Total
Quantidade de ações/quotas detidas	38.254.833.561	3.279.157.266	
Participação no capital total	100%	100%	
Patrimônio líquido	15.520.838	1.043.643	
Resultados não realizados	-	(753)	
Patrimônio líquido ajustado	15.520.838	1.042.890	
Lucro líquido do período	188.873	22.754	
Resultados não realizados	-	402	
Lucro líquido ajustado do período	188.873	23.156	212.029
Resultado de equivalência patrimonial	188.873	23.156	212.029
Valor do investimento	15.520.838	1.042.890	16.563.728

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	12/2015 (Reapresentado)		Total
	TIM Celular	Intelig	
Quantidade de ações/quotas detidas	38.254.833.561	3.279.157.266	
Participação no capital total	100%	100%	
Patrimônio líquido	15.353.019	1.023.959	
Resultados não realizados	-	(1.157)	
Patrimônio líquido ajustado	<u>15.353.019</u>	<u>1.022.802</u>	
Lucro líquido do exercício	2.087.114	22.266	
Resultados não realizados	-	808	
Lucro líquido ajustado do exercício	<u>2.087.114</u>	<u>23.074</u>	<u>2.110.188</u>
Resultado de equivalência patrimonial	<u>2.087.114</u>	<u>23.074</u>	<u>2.110.188</u>
Valor do investimento	<u>15.353.019</u>	<u>1.022.802</u>	<u>16.375.821</u>

(b) Mutação do investimento em empresas controladas:

	TIM Celular	Intelig	Total
Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2014 (Reapresentado)	<u>13.731.610</u>	<u>999.601</u>	<u>14.731.211</u>
Resultado de equivalência patrimonial (Reapresentado)	2.087.114	23.074	2.110.188
Opções de compra de ações	3.724	127	3.851
Dividendos propostos	(469.013)	-	(469.013)
Reflexo do valor de complemento de benefício pós-emprego	(416)	-	(416)
Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2015 (Reapresentado)	<u>15.353.019</u>	<u>1.022.802</u>	<u>16.375.821</u>
Resultado de equivalência patrimonial	188.873	23.156	212.029
Opções de compra de ações	2.014	107	2.121
Hedge de fluxos de caixa	(3.068)	(3.175)	(6.243)
Dividendos complementares	(20.000)	-	(20.000)
Saldo do investimento em 30 de junho de 2016	<u>15.520.838</u>	<u>1.042.890</u>	<u>16.563.728</u>

14. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para *impairment* (esta última, se aplicável). A depreciação é calculada pelo método linear, por prazos que levam em consideração a expectativa de vida útil dos bens e seu valor residual.

Os custos estimados na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado de utilização. A Companhia reconhece no imobilizado, em contrapartida

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

ao passivo "provisão para futura desmobilização de ativos", o valor presente destes custos. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação entre os valores destas alienações e o valor contábil no momento da transação e são reconhecidos em "outras despesas (receitas) operacionais, líquidas", na demonstração do resultado.

Em 1º de janeiro de 2009, a Intelig, no momento da primeira adoção das IFRS / CPCs, utilizou o custo atribuído para mensurar o valor de seu ativo imobilizado, conforme previsto no ICPC 10, aprovado por Deliberação da CVM. Após esta data, o imobilizado tem sido demonstrado pelo custo histórico de aquisição e / ou construção. Ambos (custo atribuído e custo histórico) são deduzidos da depreciação acumulada e de provisão para *impairment* (esta última, se aplicável).

(a) Movimentação do imobilizado

	Consolidado				
	Saldo em 12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 06/2016
<u>Custo do Imobilizado Bruto</u>					
Equipamentos de comutação / transmissão	16.565.919	-	(56.914)	479.571	16.988.576
Cabos de fibra ótica	583.447	-	(18)	18.563	601.992
Aparelhos em comodato	1.952.079	6	(14.984)	55.210	1.992.311
Infraestrutura	5.024.183	73.539	(77.922)	132.885	5.152.685
Bens de informática	1.501.507	-	(3.764)	29.716	1.527.459
Bens de uso geral	657.086	-	(619)	24.159	680.626
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	601.634	675.398	32.365	(740.104)	569.293
<u>Total Imobilizado Bruto</u>	26.926.649	748.943	(121.856)	-	27.553.736
<u>Depreciação acumulada</u>					
Equipamentos de comutação / transmissão	(10.653.118)	(676.888)	49.518	-	(11.280.488)
Cabos de fibra ótica	(200.123)	(20.955)	3	-	(221.075)
Aparelhos em comodato	(1.783.940)	(62.014)	9.129	-	(1.836.825)
Infraestrutura	(1.884.692)	(207.552)	33.651	-	(2.058.593)
Bens de informática	(1.296.837)	(41.219)	3.764	-	(1.334.292)
Bens de uso geral	(440.591)	(19.989)	611	-	(459.969)
<u>Total Depreciação Acumulada</u>	(16.259.301)	(1.028.617)	96.676	-	(17.191.242)
<u>Imobilizado líquido</u>					
Equipamentos de comutação / transmissão	5.912.801	(676.888)	(7.396)	479.571	5.708.088
Cabos de fibra ótica	383.324	(20.955)	(15)	18.563	380.917
Aparelhos em comodato	168.139	(62.008)	(5.855)	55.210	155.486
Infraestrutura	3.139.491	(134.013)	(44.271)	132.885	3.094.092
Bens de informática	204.670	(41.219)	-	29.716	193.167
Bens de uso geral	216.495	(19.989)	(8)	24.159	220.657
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	601.634	675.398	32.365	(740.104)	569.293
<u>Total Imobilizado líquido</u>	10.667.348	(279.674)	(25.180)	-	10.362.494

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os valores consolidados no período incluem o efeito total de R\$25.292, decorrente do valor líquido da baixa relativa à venda das torres e a adição no montante de R\$73.539 referente ao valor dos ativos retroarrendados (*Sale and Leaseback*).

(b) Taxas de depreciação

	Taxa anual %
Equipamentos de comutação/ transmissão	8 a 14,29
Cabos de fibra ótica	4 a 10
Aparelhos em comodato	50
Infraestrutura	4 a 20
Bens de informática	20
Bens de uso geral	4 a 20

Em 2015, em conformidade com o IAS 16 (CPC 27), aprovado por Deliberação da CVM, a Companhia e suas subsidiárias realizaram avaliações da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluíram que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente. A determinação da vida útil dos ativos leva em consideração não só o tipo de ativo, mas também seu regime de utilização e as condições às quais este ativo é submetido durante seu uso.

15. Intangível

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico menos amortização acumulada e provisão para *impairment* (esta última, se aplicável) e reflete: (i) a compra de autorizações e de direitos de uso de bandas de radiofrequências e (ii) *software* em uso e/ou desenvolvimento. O intangível também inclui: (i) direito de uso de infraestrutura de outras empresas, (ii) lista de clientes, (iii) ágio na aquisição de empresas e (IV) Custos com comissões diferidas.

Os encargos de amortização são calculados com base no método linear, ao longo da vida útil estimada dos ativos contratados e prazos das licenças de prestação de serviços. As estimativas da vida útil dos bens integrantes do intangível são revisadas regularmente.

Os encargos financeiros sobre recursos captados genericamente (sem destinação específica), utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os valores das autorizações para exploração do SMP e direitos de uso de radiofrequências, assim como *software*, ágio e outros são demonstrados como segue:

(a) Movimentação do intangível

	Consolidado					
	Saldo em 12/2015	Adições	Transferências	Baixas	Juros capitalizados	Saldo em 06/2016
<u>Custo do Intangível Bruto</u>						
Direito de uso de <i>softwares</i>	13.088.536	29.372	631.019	(1.477)	-	13.747.450
Autorizações	5.189.022	63.967	637	-	-	5.253.626
Ágio	1.527.219	-	-	-	-	1.527.219
Custos com comissões a representantes comerciais diferidas	28.991	76.195	-	-	-	105.186
Lista de clientes	95.200	-	-	-	-	95.200
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	198.202	-	-	-	-	198.202
Outros ativos	167.125	-	30.206	-	-	197.331
Ativos intangíveis em desenvolvimento	3.361.641	862.597	(661.862)	-	139.383	3.701.759
Total Intangível Bruto	23.655.936	1.032.131	-	(1.477)	139.383	24.825.973
<u>Amortização acumulada</u>						
Direito de uso de <i>softwares</i>	(9.591.782)	(637.381)	-	1.477	-	(10.227.686)
Autorizações	(3.962.749)	(129.877)	-	-	-	(4.092.626)
Custos com comissões a representantes comerciais diferidas	(1.688)	(46.591)	-	-	-	(48.279)
Lista de clientes	(70.000)	(8.400)	-	-	-	(78.400)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(22.711)	(4.955)	-	-	-	(27.666)
Outros ativos	(47.813)	(5.002)	-	-	-	(52.815)
Total Amortização Acumulada	(13.696.743)	(832.206)	-	1.477	-	(14.527.472)
<u>Intangível Líquido</u>						
Direito de uso de <i>softwares</i> (c)	3.496.754	(608.009)	631.019	-	-	3.519.764
Autorizações	1.226.273	(65.910)	637	-	-	1.161.000
Ágio (d)	1.527.219	-	-	-	-	1.527.219
Custos com comissões a representantes comerciais diferidas (h)	27.303	29.604	-	-	-	56.907
Lista de clientes (e)	25.200	(8.400)	-	-	-	16.800
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (f)	175.491	(4.955)	-	-	-	170.536
Outros ativos	119.312	(5.002)	30.206	-	-	144.516
Ativos intangíveis em desenvolvimento (g)	3.361.641	862.597	(661.862)	-	139.383	3.701.759
Total Intangível Líquido	9.959.193	199.925	-	-	139.383	10.298.501

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(b) Taxas de amortização

	Taxa anual %
Direito de uso de <i>softwares</i>	20
Autorizações	5 a 50
Custos com comissões a representantes comerciais diferidas	50
Lista de clientes	18
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	5
Outros ativos	20 a 50

(c) Direito de uso de software

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de capitalização são atendidos.

Os custos diretamente atribuíveis que são capitalizados como parte do produto software, estão relacionados a custos com empregados diretamente alocados em seu desenvolvimento.

(d) Ágios registrados em anos anteriores

(d.1) Aquisição da Intelig

O ágio decorrente da aquisição da Intelig em dezembro de 2009 no montante de R\$210.015 é representado/fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura da controlada. Sua recuperabilidade é analisada anualmente, através do teste de *impairment*.

Para fins da realização deste teste, em 31 de dezembro de 2015, a Companhia utilizou o método do valor em uso, com as seguintes premissas:

- A rede de transporte da Intelig é fundamental para o desenvolvimento dos negócios no Grupo, permitindo e sustentando o desenvolvimento das atuais e novas ofertas de serviços e também gerando significativa redução nos custos de linhas alugadas (*leased lines*). Para fins de determinação do valor da economia de custos de linhas alugadas, foram utilizados os preços de aluguel de meios normalmente praticados no mercado, levando-se em consideração o local onde os meios estão instalados. O valor presente destes potenciais aluguéis são subtraídos do valor líquido do ativo tangível e intangível da Intelig registrado em 31 de dezembro de 2015;
- A projeção dos custos da Intelig foi baseada numa projeção esperada pela Companhia (4,12% a.a.) e encontra-se alinhada com as projeções preparadas por instituições representativas do mercado;
- Por se tratar de um negócio contínuo a partir do quinto ano de projeção foi estimada uma perpetuidade de crescimento nominal dos fluxos de caixa de 3,00% a.a.;
- A taxa de desconto para os fluxos de caixa projetados foi de 10,40% a.a (12,32% a.a em 31 de dezembro de 2014);
- No período de 2016 a 2020 o crescimento projetado foi de 6,48%; e
- A taxa de inflação esperada pela Companhia é de 4,83% a.a. em média e encontra-se alinhada com as projeções preparadas por instituições representativas do mercado.

Os resultados dos testes de *impairment* realizados em 31 de dezembro de 2015 não indicaram nenhuma necessidade de reconhecimento de perdas.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 30 de junho de 2016 a Companhia revisou os indicadores de *impairment* e não identificou a necessidade de revisão do teste de *impairment* no período.

(d.2) Ágio decorrente das aquisições de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ

A TIM Celular adquiriu, ao final de 2011, as empresas Eletropaulo Telecomunicações Ltda. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber SP Ltda. – “TIM Fiber SP”) e AES Communications Rio de Janeiro S.A. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber RJ S.A. – “TIM Fiber RJ”). Estas empresas eram prestadoras do SCM nos principais municípios da Grande São Paulo e do Grande Rio de Janeiro, respectivamente.

TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. foram incorporadas à TIM Celular S.A. em 29 de agosto de 2012.

A controlada TIM Celular registrou ágio, de forma definitiva, advindo da compra das empresas TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ, no valor total de R\$1.159.648.

Em 2015 a Companhia identificou a necessidade de mudança de unidade geradora de caixa (“UGC”) anteriormente identificada como TIM Fiber. A TIM Celular passa a ser a nova UGC a partir de 2015, esta alteração é fundamentada em uma mudança no perfil de consumo nos mercados de telefonia móvel, levando a uma redução do uso de voz e um crescimento do uso de dados, o que precisou de uma reestruturação da infraestrutura de rede.

Neste novo cenário foi se consolidando uma convergência entre as redes de dados e voz e a decisão sobre investimentos em infraestrutura passa a ser analisada de forma integrada.

Neste contexto a Companhia adotou uma nova estratégia de utilizar a rede de transporte e os links de fibra ótica de maneira integrada pelo serviço fixo e móvel aproveitando as instalações de *small cells* no Rio de Janeiro e São Paulo para melhorar o tráfego de dados. Esta integração dificulta a identificação dos fluxos relacionados a operação da Fiber separadamente e neste sentido a Administração entendeu que o ágio deveria ser também alocado a geração de benefícios oriundos do serviço móvel.

A alteração da UGC decorrente da mudança estratégica foi consolidada em 2015, portanto neste exercício a unidade geradora de caixa identificada para teste de *impairment* do ágio no montante de R\$1.159.648 é a TIM Celular. O teste de *impairment* destes ágios utilizou esta UGC e a metodologia do valor em uso e considerou também a metodologia de anos anteriores de acordo com a norma vigente. As principais premissas usadas nesta metodologia estão listadas abaixo:

- Percentuais de crescimento do número de clientes, alinhados com o plano de negócios da Companhia e preparado para cinco anos;
- Incremento das receitas de serviços prestados devido a: mix de velocidade garantida, opção de voz sobre IP sobre a componente fixa e aumento da demanda de dados, aumento do “*footprint*” tecnológico, de espectro e de rede e expansão do 4G sobre a componente móvel;
- Projeção dos custos de operação e manutenção considerando o crescimento do número de clientes atendidos, eventuais ganhos de escala e efeitos de inflação. A taxa de inflação esperada pela Companhia para os gastos operacionais da Fiber + negócio móvel (4,83% a.a. em média) encontra-se alinhada com as projeções preparadas por instituições representativas do mercado;
- Por tratar-se de um negócio sem expectativa de término, a partir do quinto ano de projeção foi estimada uma perpetuidade de crescimento nominal dos fluxos de caixa de 3% a.a.;
- A taxa de desconto para os fluxos de caixa projetados foi de 12,00% a.a.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os resultados dos testes de *impairment* realizados em 31 de dezembro de 2015 considerando o modelo de anos anteriores e também o novo modelo não indicaram nenhuma necessidade de provisão para perdas.

Em 30 de junho de 2016 a Companhia revisou os indicadores de *impairment* e não identificou a necessidade de revisão do teste de *impairment* no período.

(d.3) Aquisição de participações minoritárias da TIM Sul e TIM Nordeste

A Companhia adquiriu em 2005 a totalidade das ações junto aos acionistas minoritários da TIM Sul e da TIM Nordeste com ações emitidas pela TIM Participações, convertendo as referidas empresas em controladas integrais. O ágio decorrente desta operação foi de R\$157.556.

As projeções combinadas do Grupo (que abrangem o negócio de telefonia móvel, banda larga residencial, telefonia fixa, aluguel de meios, etc.), trazidas a valor presente, indicam que não há necessidade de reconhecimento de perdas deste valor. As premissas utilizadas nestas projeções foram detalhadas anteriormente.

(e) Lista de clientes

Como parte do processo de alocação do preço de aquisição relacionado às aquisições de TIM Fiber SP Ltda e TIM Fiber RJ S.A., foram identificados direitos contratuais para prestação de serviços futuros pelas empresas adquiridas. Tais direitos contratuais foram mensurados ao seu valor justo na data de aquisição das empresas e vêm sendo amortizados de acordo com sua vida útil, estimada na mesma data.

(f) Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas

A controlada TIM Celular assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil. Tais contratos enquadram-se no escopo do ICPC 3 (IFRIC 4) e são classificados como arrendamentos mercantis financeiros.

Adicionalmente, a TIM Celular assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A., também na Região Norte. Nestes, as duas operadoras otimizam recursos e reduzem seus respectivos custos operacionais (nota 16).

(g) Leilão e pagamento de Licença 4G em 700 Mhz

Em 30 de setembro de 2014, a TIM Celular adquiriu o Lote 2 no Leilão da faixa de 700 MHz no montante de R\$1.739 milhões. Em dezembro de 2014, a Companhia efetuou o pagamento de R\$1.678 milhões, registrando o saldo remanescente no valor de R\$61 milhões como dívida, conforme previsto no edital.

A TIM Celular está contestando este saldo remanescente perante a ANATEL e sobre o mesmo incorrem juros (1% a.m.) indexados ao IGP-DI, tais montantes são capitalizados pela Companhia. O impacto no período de 6 meses findos em 30 de junho de 2016 foi de R\$4.216 (R\$3.785 em 30 de junho 2015) de juros e R\$2.668 (R\$3.410 em 30 de junho 2015) de correção monetária sobre o saldo.

Adicionalmente, conforme definido no edital, a Companhia assumiu os custos relacionados à limpeza da frequência da faixa de 700 MHz adquirida. O valor nominal devido pela Companhia para a limpeza relacionada ao lote adquirido é de R\$904 milhões. A Companhia também possui um custo adicional referente ao que não foi arrematado no leilão e subsequentemente dividido pela ANATEL entre as operadoras vencedoras do leilão de R\$295 milhões, totalizando R\$1.199 milhões a serem pagos relacionados a estes custos.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Para a realização das atividades de limpeza do espectro, a TIM, junto com as outras empresas vencedoras do leilão, constituíram em março de 2015 uma Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV, denominada "EAD". Entre 2015 e 2018, a TIM, assim como outras empresas vencedoras do leilão, desembolsará valores de acordo com cronograma definido no edital, para assumir, por meio da EAD, os custos dessas atividades de limpeza. Por tratar-se de obrigação de longo prazo, o montante a pagar de R\$1.199 milhões foi reduzido em R\$47 milhões pela aplicação do conceito de ajuste ao valor presente ("AVP"). Mensalmente, há a apropriação dos juros do AVP e reajuste pelo índice IGP-DI. No primeiro semestre de 2016, a apropriação dos juros gerou um impacto de R\$7.469 (R\$14.103 em 30 de junho 2015) e a indexação, de R\$31.689 (R\$32.533 em 30 de junho de 2015).

Em 9 de abril de 2015, foi efetuado o primeiro pagamento junto a EAD no montante de R\$370.379.

A licença acima mencionada enquadra-se no conceito de ativo qualificável. Conseqüentemente, os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, são capitalizados pela taxa média de 13,30% a.a dos empréstimos e financiamentos vigentes durante o período. O montante capitalizado no primeiro semestre de 2016 foi de R\$127.698 (R\$104.249 em 30 de junho 2015).

(h) Custos com comissões a representantes comerciais diferidas

Em 2015 foi lançada uma nova oferta para clientes corporativos onde os contratos preveem um período contratual mínimo de 24 meses, com cláusula de penalidade em caso de cancelamento antecipado. Essa modalidade de contratação permite que os valores despendidos com comissões à representantes comerciais para aquisição desses clientes sejam capitalizados como ativo intangível de vida útil definida. Os custos capitalizados desses contratos serão amortizados de acordo com a vigência do contrato.

16. Arrendamento Mercantil ("Leasing")

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendatária, detém substancialmente os riscos e benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o período de vigência contratual.

A controlada TIM Celular possui contratos de aluguel de torres, como arrendatária, decorrentes de uma operação de venda e *leaseback* financeiro (nota 1.b), onde envolve a venda de um ativo e o concomitante arrendamento do mesmo ativo pelo comprador ao vendedor.

A controlada TIM Celular reconheceu um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato.

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendadora, transfere substancialmente os riscos e benefícios da propriedade para outra parte (arrendatária) são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são transferidos do ativo intangível da Companhia e reconhecidos como um recebível pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e o valor presente dos recebimentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado como receita financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos ativos são ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Ativo

	Consolidado	
	06/2016	12/2015
LT Amazonas	202.294	199.935
	<u>202.294</u>	<u>199.935</u>
Parcela circulante	(2.231)	(1.969)
Parcela não circulante	<u>200.063</u>	<u>197.966</u>

LT Amazonas

Em decorrência do contrato firmado com a LT Amazonas, a controlada TIM Celular assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A. Nestes acordos, TIM Celular e Telefônica Brasil S.A. dividem investimentos feitos na Região Norte do Brasil. A controlada possui valores mensais a receber da Telefônica Brasil S.A. por um período de 20 anos, reajustados anualmente pelo IPC-A. O valor nominal consolidado das parcelas futuras a receber pela TIM Celular é de R\$403.567.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de recebimentos do contrato em vigor. Tais valores representam os recebimentos estimados nos contratos assinados e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. É importante ressaltar que estes saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Valores nominais
Até junho de 2017	24.794
Julho de 2017 a junho de 2020	90.252
Julho de 2021 em diante	288.521
	<u>403.567</u>

O valor presente das parcelas a receber é de R\$202.294 (R\$199.935 em 2015) composto por R\$185.558 de principal e R\$16.736 de juros incorridos até 30 de junho de 2016 e foi estimado, na data de assinatura dos contratos com as transmissoras, projetando-se os recebimentos futuros e descontando-os a 12,56%.a.a.

Passivo

	Consolidado	
	06/2016	12/2015
LT Amazonas	346.402	340.582
Venda de Torres (<i>leaseback</i>)	1.371.227	1.277.924
Outros	29.372	-
	<u>1.747.001</u>	<u>1.618.506</u>
Parcela circulante	(74.481)	(38.592)
Parcela não circulante	<u>1.672.520</u>	<u>1.579.914</u>

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

i) LT Amazonas

A controlada TIM Celular assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil ("LT Amazonas"). A vigência dos acordos é de 20 anos, contados a partir da data em entrada de operação dos ativos. Os contratos preveem pagamentos mensais às detentoras dos direitos de transmissão de energia elétrica, atualizados anualmente pelo IPC-A.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos dos contratos em vigor. Tais valores representam os desembolsos estimados nos contratos assinados com as distribuidoras e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. Os saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Valores nominais
Até junho de 2017	49.767
Julho de 2017 a junho de 2020	171.426
Julho de 2021 em diante	547.082
	<u>768.275</u>

O valor nominal consolidado das parcelas futuras devidas pela TIM Celular é de R\$768.275. Seu valor presente é de R\$346.402 (R\$340.582 em 2015), sendo R\$313.001 de principal e R\$33.401 de juros em 30 de junho de 2016 e foi estimado, na data de assinatura dos contratos com as transmissoras, projetando-se os pagamentos futuros e descontando-os a 14,44% a.a. Além destes saldos, o valor total do direito de uso também contempla R\$70.759 referentes a investimentos em ativo imobilizado feitos pela TIM Celular e posteriormente doados às concessionárias de transmissão de energia elétrica. Tal doação já era prevista nos contratos assinados entre as partes.

ii) Venda e *leaseback* das Torres

Em decorrência dos contratos de aluguel das torres (MLA) a TIM Celular acordou em alugar parte do espaço da infraestrutura existente nas torres por um período de 20 anos, a contar da data de transferência de cada torre. Os contratos preveem aluguéis mensais por tipo de torres (*greenfield e rooftop*), reajustados anualmente pelo IGP-M.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos do contrato em vigor relativos ao MLA. Tais valores representam os desembolsos estimados no contrato assinado com a ATC e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. É importante ressaltar que estes saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Valores nominais
Até junho de 2017	173.711
Julho de 2017 a junho de 2020	608.460
Julho de 2021 em diante	2.140.252
	<u>2.922.423</u>

O valor nominal consolidado do somatório das parcelas futuras devidas pela TIM Celular é de R\$2.922.423. Seu valor presente é de R\$1.371.227 (R\$1.277.924 em 2015) sendo R\$1.318.342 de principal e R\$52.885 de juros em 30 de junho de 2016. O valor presente foi estimado, projetando-se os

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

pagamentos futuros, descontados pelas taxas de 14,39%, 17,08%, 17,00% e 13,70% para os montantes desembolsados em abril, setembro, dezembro de 2015 e junho de 2016, respectivamente.

17. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso usual dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Dado o curto prazo de vencimento destas obrigações, em termos práticos, normalmente as mesmas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

	Controladora		Consolidado	
	06/2016	12/2015	06/2016	12/2015 (Reapresentado)
Moeda nacional				
Fornecedores de materiais e serviços (a)	5.504	3.549	2.226.287	3.474.351
Interconexão (b)	-	-	70.906	76.670
Roaming (c)	-	-	2.437	1.206
Co-billing (d)	-	-	70.922	71.548
	<u>5.504</u>	<u>3.549</u>	<u>2.370.552</u>	<u>3.623.775</u>
Moeda estrangeira				
Fornecedores de materiais e serviços (a)	431	522	91.124	87.528
Interconexão (b)	-	-	-	-
Roaming (c)	-	-	36.861	23.253
	<u>431</u>	<u>522</u>	<u>127.985</u>	<u>110.781</u>
Parcela circulante	<u>5.935</u>	<u>4.071</u>	<u>2.498.537</u>	<u>3.734.556</u>

(a) Representa o valor a ser pago a fornecedores na aquisição de materiais e na prestação de serviços aplicados no ativo tangível e intangível ou para consumo na operação, manutenção e administração, conforme os termos do contrato entre as partes.

(b) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, nos casos em que as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.

(c) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.

(d) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

18. Autorizações de radiofrequências

Para prestação do SMP, a controlada TIM Celular obteve Autorizações do direito de uso de radiofrequência por prazo determinado, renováveis por mais 15 (quinze) anos. Na opção pela prorrogação do direito desse uso, é devido o pagamento do valor de 2% sobre a receita líquida da região coberta pela Autorização que encerra cada biênio. Em 30 de junho de 2016, a TIM Celular possuía saldos vincendos relativos à renovação de Autorizações no montante de R\$172.164 (R\$146.149 em 31 de dezembro de 2015).

Em 5 de dezembro de 2014, a controlada TIM Celular assinou o Termo de Autorização da faixa de 700 MHz (extrato publicado no DOU em 8 de dezembro de 2014). A controlada pagou o equivalente a R\$1.678 milhões, registrando saldo remanescente no valor de R\$61 milhões como dívida financeira, conforme método de pagamento previsto no Edital. Em função da ocorrência de lotes desertos no Edital da faixa de 700 MHz, a TIM Celular, juntamente com as demais proponentes, deve assumir proporcionalmente os custos referentes a esses lotes, decorrentes da redistribuição e digitalização de canais de TV e RTV e das soluções para os problemas de interferência prejudicial nos sistemas de radiocomunicação, fazendo jus a um desconto no valor final a ser pago pela Autorização de uso da faixa de 700 MHz.

Entretanto, a metodologia empregada pela ANATEL para cálculo desse valor foi diferente da constante no Edital, razão pela qual a TIM Celular apresentou recurso administrativo que foi julgado e denegado ainda em dezembro de 2014 (assim como os das demais Proponentes Vencedoras). Em 31 de março de 2015, a TIM Celular distribuiu ação judicial questionando a cobrança do valor nominal excedente de R\$61 milhões (R\$84 milhões em 30 de junho de 2016), o qual ainda está pendente de julgamento (nota 15.g).

Como mencionado anteriormente, a Companhia assumiu um compromisso adicional de arcar com os custos relacionados à limpeza da faixa de radiofrequências de 700 MHz, além da redistribuição e digitalização de canais de TV e RTV e mitigação de interferência prejudicial, a partir da constituição da Entidade Administradora da Digitalização ("EAD"), onde o total do compromisso assumido pela TIM Celular foi de R\$1.199 milhões, a serem pagos em 04 (quatro) parcelas reajustadas pelo IGP-DI, dos quais R\$370 milhões (30%) foram depositados em 9 de abril de 2015 a esta entidade (nota 15.g).

Em 15 de fevereiro de 2016, a controlada TIM Celular assinou Aditivos aos Termos de Autorização da faixa de 700 MHz (extratos publicados no DOU em 08 de março de 2016), alterando a data de aporte, da 2ª parcela de 30% à EAD, anteriormente prevista para pagamento em 31 de janeiro de 2016. Dessa forma, a entidade receberá da TIM Celular, em 31 de janeiro de 2017, parcela correspondente a 60% (30% + 30%, referentes a 2016 e 2017) sendo que os 10% restantes têm pagamento previsto para 31 de janeiro de 2018, reajustados pelo IGP-DI.

Em 4 de março de 2015, a ANATEL: (i) acolheu o pedido de desistência de prorrogação do prazo da autorização de uso de radiofrequência relativa ao lote 208 (AR 92); (ii) deferiu o pedido de prorrogação de prazo da autorização de uso de radiofrequência relativa ao lote 222 (AR 31); e (iii) deferiu o pedido de prorrogação de prazo das autorizações de uso de radiofrequência relativas às Bandas D e E. Em 22 de julho de 2015 foi editado o Ato de Autorização que prorroga o prazo das autorizações de uso das radiofrequências acima.

Em 17 de dezembro de 2015, a TIM Celular foi classificada como Proponente com melhor proposta para aquisição de 02 Lotes Tipo B (E-30 – AR41, Curitiba e Região Metropolitana; e E-68 – AR81, Recife e Região Metropolitana) da Licitação n°. 002/2015-SOR/SPR/ANATEL, cujo preço ofertado foi de R\$56,5 milhões. O resultado foi homologado pelo Conselho Diretor da Anatel em 1º de junho de 2016. A TIM Celular aguarda a convocação para a assinatura dos Termos de Autorização correspondentes, cuja expectativa é ocorrer no segundo semestre de 2016.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 30 de junho de 2016, a Companhia e suas controladas possuem os seguintes compromissos junto à ANATEL:

Autorizações a pagar	Consolidado	
	06/2016	12/2015
Limpeza da frequência da faixa de 700 MHz, líquida de AVP	957.547	918.388
Dívida ANATEL atualizada	84.334	77.450
Seguro garantia sobre autorizações	12.730	15.985
Renovação de autorizações	172.163	146.149
	<u>1.226.774</u>	<u>1.157.972</u>
Parcela circulante	<u>(481.380)</u>	<u>(467.687)</u>
Parcela não circulante	<u>745.394</u>	<u>690.285</u>

As Autorizações detidas em caráter primário pela TIM Celular em 30 de junho de 2016, assim como suas datas de expiração, estão demonstradas na tabela abaixo:

Termos de Autorização	Data de Expiração						
	450 MHz	800 MHz, 900 MHz e 1.800 MHz	Frequências adicionais 1800 MHz	1900 MHz e 2100 MHz (3G)	2500 MHz Banda V1 (4G)	2500 MHz (Banda P** (4G)	700 MHz (4G)
Amapá, Roraima, Pará, Amazonas e Maranhão	-	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	PA – Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
Rio de Janeiro e Espírito Santo	Outubro, 2027	Março, 2031*	ES - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	RJ – Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul (exceto município de Pelotas e região) e municípios de Londrina e Tamarana no Paraná	PR - Outubro, 2027	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	DF – Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
São Paulo	-	Março, 2031*	Interior - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Paraná (exceto municípios de Londrina e Tamarana)	Outubro, 2027	Setembro, 2022*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
Santa Catarina	Outubro, 2027	Setembro, 2023*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Município e região de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul	-	Abril, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Pernambuco	-	Maio, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Ceará	-	Novembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Paraíba	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Rio Grande do Norte	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

		2023*		2027			
Alagoas	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Piauí	-	Março, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Minas Gerais (exceto os municípios do setor 3 do PGO para radiofrequências 3G e sobras)	-	Abril, 2028*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Fevereiro, 2030*	Dezembro, 2029
Bahia e Sergipe	-	Agosto, 2027*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029

* Termos já renovados por 15 anos, portanto sem direito a novo período de renovação.

** Somente áreas complementares nos Estados específicos.

19. Empréstimos e financiamentos

São classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, sendo representados por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento.

No reconhecimento inicial são registrados por seu valor justo e após reconhecimento inicial, são mensurados pelo método da taxa efetiva de juros. As apropriações de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros são reconhecidas no resultado, na linha de despesas financeiras.

Descrição	Moeda	Encargos	Vencimento	06/2016	12/2015
BNDES (1)	URTJLP	TJLP a TJLP + 3,62% a.a.	Jul/17 a Jul/22	2.339.256	2.528.140
BNDES (1)	UMIPCA	UMIPCA + 2,62% a.a.	Jul/17	75.630	68.628
BNDES (1)	UM143	SELIC + 2,52% a.a.	Jul/22	1.575.867	1.475.426
BNDES (PSI) (1)	R\$	2,50% a 4,50% a.a.	Jul/18 a Jan/21	507.447	563.465
BNB (2)	R\$	10,00% a.a.	Jan/16	-	931
Banco BNP Paribas (3)	USD	Libor 6M + 2,53% a.a.	Dez/17	115.311	187.038
Banco Europeu de Investimento (BEI) (2)	USD	Libor 6M + 0,941% a 1,32% a.a.	Ago/19 a Fev/20	612.747	1.859.839
Bank of America (Res. 4131) (4)	USD	Libor 3M + 1,35% a.a.	Set/16	-	468.114
Bank of America (Res. 4131) (4)	USD	Libor 3M + 2,00% a.a.	Set/18	319.877	-
KFW (3)	USD	Libor 6M+ 1,35% a.a.	Abr/19	215.003	304.924
KFW Finnvera (3)	USD	Libor 6M+ 0,75% a.a.	Jan/24	127.110	-
Cisco Capital (4)	USD	1,80% a 2,50% a.a.	Set/18 a Dez/20	337.977	469.931
Total				6.226.225	7.926.436
Circulante				(893.533)	(2.326.186)
Não Circulante				5.332.692	5.600.250

Garantias

- (1) Aval da controladora TIM Participações e determinados recebíveis da TIM Celular
- (2) Fiança Bancária e Aval da controladora TIM Participações
- (3) Aval da controladora TIM Participações
- (4) Não possuem garantia

A Controladora TIM Participações não possui empréstimos e financiamentos em 30 de junho de 2016.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O empréstimo em moeda estrangeira, contratado junto ao Banco BNP Paribas, e os financiamentos da TIM Celular, contratados junto ao BNDES, foram obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel e possuem cláusulas contratuais restritivas que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros calculados semestralmente. A controlada TIM Celular vem atendendo aos índices financeiros definidos.

No mês de março de 2016, a Companhia liquidou antecipadamente a primeira tranche do Contrato assinado em 2008 junto ao Banco Europeu de Investimento, no valor total de R\$520 milhões. No mês de junho de 2016, a Companhia também liquidou antecipadamente a segunda e a terceira tranches desse mesmo contrato, no valor total de R\$513 milhões. O vencimento original destas tranches se daria em setembro/16, dezembro/16 e junho/17, respectivamente. A liquidação antecipada teve como objetivo o gerenciamento eficiente do endividamento e caixa da Companhia.

Adicionalmente, em junho de 2016 a Companhia renovou parcialmente o empréstimo existente junto ao Bank of America. A renovação se deu através do pré-pagamento da totalidade da dívida existente incluindo o seu respectivo swap no valor de R\$283 milhões e a contratação de uma nova operação no valor de R\$338 milhões com vencimento final em setembro de 2018.

Linhas de crédito

Tipo	Moeda	Data da abertura	Prazo	Valor total	Valor Remanescente	Montante utilizado até
						30 de junho 2016
BNDES (1)	URTJLP	dez/13	dez/16	2.635.600	1.411.173	1.224.427
BNDES (1)	UM143	dez/13	dez/16	2.636.400	1.355.370	1.281.030
BNDES (PSI) (1)	R\$	dez/13	dez/16	428.000	-	428.000
BNDES (2)	R\$	dez/15	dez/17	60.995	60.995	-
BNDES (2)	TJLP	dez/15	dez/18	2.940	2.940	-
KFW Finnvera (3)	USD	dez/15	jun/18	150.000	102.000	45.000
Total R\$:						2.978.457

Objetivo:

- (1) Financiar os investimentos em rede e em tecnologia da informação para os anos de 2014, 2015 e 2016;
- (2) Financiar os Projetos de Inovação da TIM para os anos 2016, 2017 e 2018;
- (3) Financiar compras de equipamentos importados e serviços Nokia para os anos de 2015, 2016 e 2017.

As linhas de financiamento PSI (Programa de Sustentação do Investimento), contratadas junto ao BNDES, referem-se a programas específicos da Instituição e possuem taxas de juros menores do que as previstas em operações corriqueiras do BNDES. O saldo correspondente em 30 de junho de 2016 ao ajuste referente à subvenção concedida pelo BNDES para a totalidade de linhas do PSI, é de aproximadamente R\$132 milhões, sendo este montante registrado no grupo de "Receitas diferidas" na rubrica de "Subvenções Governamentais" e o diferimento é feito de acordo com a vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no resultado em "Receita de Subvenção".

A controlada TIM Celular possui operações de swap, com o objetivo de proteger-se dos riscos de

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

desvalorização do real em relação ao dólar americano em suas operações de empréstimos e financiamentos. Entretanto, não aplica a "contabilidade de *hedge*".

Os empréstimos e financiamentos em 30 de junho de 2016 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	<u>Consolidado</u>
2017	608.084
2018	1.468.585
2019	1.411.793
2020	900.042
2021	582.492
2022	343.858
2023	8.882
2024	8.956
	<u>5.332.692</u>

Valor justo dos empréstimos

No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características normalmente verificadas nos financiamentos do BNDES. As instituições consideram, além dos retornos de dívida de longo prazo, os benefícios sociais de cada projeto vinculado aos seus financiamentos. Para fins de análise de valor justo, dada a ausência de mercado similar e a necessidade de aderência dos projetos de interesses governamentais, normalmente considera-se que o valor justo do empréstimo é aquele registrado nos saldos contábeis.

O valor dos empréstimos das linhas PSI é registrado ao valor justo na data de sua captação e este valor justo é calculado com base na taxa do CDI à época.

Outras operações contratadas com características extremamente específicas são os empréstimos obtidos junto ao BNP e junto ao KFW Finnvera. Na primeira operação, temos como garantidor a empresa SACE, seguradora italiana, e, na segunda, o Finnvera, agência finlandesa, e ambas possuem atribuições de instituição de fomento. Dadas as características destas operações, entendemos que seus valores justo são iguais àqueles registrados no balanço da Companhia.

Com relação às captações contratadas com o Bank of America, Cisco Capital e KFW as atuais condições de mercado não indicam a existência de fatores que possam levar a um valor justo das operações diferente daquele registrado nos livros contábeis.

Seguindo o critério de avaliação que considera características de operações similares, a Companhia identificou diferenças entre o valor justo e contábil das captações efetuadas junto ao Banco Europeu de Investimento (BEI). A operação teria um valor justo menor do que o saldo contábil em aproximadamente R\$5 milhões.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

20. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	06/2016	12/2015	06/2016	12/2015
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	-	-	422.112	419.547
Impostos e taxas ANATEL	-	-	19.517	21.354
Imposto sobre Serviços – ISS	265	165	41.133	43.109
Outros	5	152	3.737	17.861
	270	317	486.499	501.871
Parcela circulante	(270)	(317)	(486.392)	(501.768)
Parcela não circulante	-	-	107	103

21. Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço.

A legislação permite que as Companhias optem pelo pagamento trimestral ou mensal de imposto de renda e contribuição social. No exercício de 2015, a Companhia e suas subsidiárias efetuavam o pagamento trimestral de imposto de renda e contribuição social. A partir de 2016 esta opção mudou e as Companhias passaram a efetuar o pagamento mensal de imposto de renda e contribuição social.

	Controladora		Consolidado	
	06/2016	12/2015	06/2016	12/2015
Imposto de renda e contribuição social	-	-	415.018	338.351
PIS / COFINS	16	25	54.797	63.658
Outros (*)	3	21	46.115	55.022
	19	46	515.930	457.031
Parcela circulante	(19)	(46)	(265.177)	(213.880)
Parcela não circulante	-	-	250.753	243.151

(*) A composição desta conta refere-se principalmente à adesão da controlada TIM Celular ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS a partir de 2009 para parcelamento dos débitos em aberto dos tributos federais (PIS – Programa de Integração Social, Cofins – Contribuição para a Seguridade Social, IRPJ – Imposto de renda Pessoa Jurídica e CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

22. Receitas diferidas

	Consolidado	
	06/2016	12/2015 (Reapresentado)
Serviços a prestar pré-pagos (1)	757.294	958.872
Subvenções governamentais (2)	132.255	145.892
Swap de rede (3)	33.304	37.674
Receitas antecipadas	22.924	25.877
Receitas diferidas s/ venda de torres (4)	1.003.664	973.613
	<u>1.949.441</u>	<u>2.141.928</u>
Parcela circulante	<u>(855.337)</u>	<u>(1.043.239)</u>
Parcela não circulante	<u>1.094.104</u>	<u>1.098.689</u>

(1) Refere-se aos minutos não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago que são apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

(2) Refere-se à liberação de recursos referente à linha de financiamento junto ao BNDES (Programa de Sustentação do Investimento – BNDES PSI). O somatório das subvenções concedidas pelo BNDES até 30 de junho de 2016 é de R\$202.954. Este montante está sendo amortizado pelo prazo de vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no grupo de "outras receitas (despesas), líquidas" (nota 31).

(3) Refere-se, principalmente, a contratos de cessão onerosa e recíproca de infraestrutura de fibras óticas (nota 11).

(4) Refere-se ao valor das receitas a serem apropriadas pela venda das torres (nota 1.b).

23. Provisão para processos judiciais e administrativos

A Companhia e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios.

A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. As situações onde as perdas são consideradas prováveis são objeto de divulgação por seus valores atualizados, aquelas em que as perdas são consideradas possíveis são divulgadas por seus valores históricos e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.

A provisão para processos judiciais e administrativos constituída está composta como segue:

	Controladora		Consolidado	
	06/2016	12/2015	06/2016	12/2015
Cível (a)	-	-	94.066	92.820
Trabalhista (b)	3.041	4.403	68.228	69.312
Tributária (c)	-	-	213.176	224.858
Regulatória (d)	-	-	28.508	28.621
	<u>3.041</u>	<u>4.403</u>	<u>403.978</u>	<u>415.611</u>

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As variações na provisão para processos judiciais e administrativos encontram-se resumidas a seguir:

	12/2015	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	06/2016
Cível (a)	92.820	142.913	(176.493)	34.826	94.066
Trabalhista (b)	69.312	7.831	(12.691)	3.776	68.228
Tributária (c)	224.858	(4.829)	(4.056)	(2.797)	213.176
Regulatória (d)	28.621	1.357	(2.806)	1.336	28.508
	<u>415.611</u>	<u>147.272</u>	<u>(196.046)</u>	<u>37.141</u>	<u>403.978</u>

a. Processos cíveis

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a diversas ações judiciais e procedimentos administrativos propostos pelos consumidores, fornecedores, prestadores de serviços e órgãos de defesa do consumidor, que tratam de variadas matérias que surgem no curso normal dos negócios das entidades. A seguir estão sumariados os principais processos:

a.1 Ações movidas por consumidores

As controladas são partes em ações que se referem a reclamações diversas movidas por consumidores, nas esferas judicial e administrativa. As referidas ações no montante de R\$48.842 (R\$51.953 em 31 de dezembro de 2015), referem-se principalmente por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida.

a.2 Procon e Ministério Público

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público e Procon decorrentes de reclamações de consumidores, em que, se discute: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) questionamentos da qualidade no atendimento; (iii) supostas violações ao Decreto SAC; (iv) supostas violações contratuais, (v) suposta publicidade enganosa, (vi) discussão de cobrança de multa de fidelização, nos casos de furto e roubo do aparelho. Os valores envolvidos equivalem a R\$3.108 (R\$3.324 em 31 de dezembro 2015).

a.3 Ex- parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais. Os valores envolvidos equivalem a R\$18.202 (R\$18.496 em 31 de dezembro de 2015).

a.4 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras se discute: (i) renovatórias de contratos de locação; (ii) ações de subscrição acionária; (iii) ações indenizatórias; (iv) suposto descumprimento de contrato e; (v) ações de cobrança. Os valores envolvidos equivalem a R\$15.653 (R\$10.812 em 31 de dezembro de 2015).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

a.5 Socioambiental e infraestrutura

As controladas são partes em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a licenciamento, dentre os quais Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação). Os valores envolvidos equivalem a R\$2.331 (R\$3.606 em 31 de dezembro de 2015).

b. Processos trabalhistas

A seguir estão sumariados os principais processos trabalhistas:

São processos envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas tanto por ex-empregados, em relação a questões como diferenças salariais, equiparações, pagamentos de remuneração variável/comissões, adicionais legais, horas extras e outras previsões estabelecidas no período anterior ao processo de privatização, quanto por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços, os quais, valendo-se da legislação trabalhista em vigor, requerem a responsabilização da Companhia e/ou de suas controladas por obrigações trabalhistas não adimplidas pelas empresas prestadoras de serviços contratadas.

Do total de 1.048 reclamações trabalhistas em 30 de junho de 2016 (1.148 em 31 de dezembro de 2015) movidas contra a Companhia e suas controladas, a maioria refere-se a demandas que envolvem ex-empregados de prestadores de serviços. O provisionamento destas causas totaliza R\$52.938 (R\$55.412 em 31 de dezembro de 2015).

Outra parcela significativa do provisionamento existente diz respeito a processos de reestruturação organizacional, dos quais se destacam o encerramento das atividades dos Centros de Relacionamento com o Cliente (*call center*) das cidades de Fortaleza, Salvador e Belo Horizonte, que resultaram no desligamento de aproximadamente 800 colaboradores próprios e terceirizados. Em 30 de junho de 2016, o provisionamento destas causas totaliza R\$5.358 (R\$7.232 em 31 de dezembro de 2015).

c. Processos tributários

	Consolidado	
	06/2016	12/2015
Tributos federais	54.542	52.576
Tributos estaduais	62.570	75.970
Tributos municipais	1.552	1.477
Processos Intelig (<i>Purchase price allocation</i>)	94.512	94.835
	<u>213.176</u>	<u>224.858</u>

A Companhia e suas Controladas sofreram autuações que seus assessores jurídicos externos julgam ser de risco provável de perda. Tais autuações, em sua maioria, referem-se a questões pontuais, de natureza operacional, onde eventual documentação necessária ao suporte do processo não foi integralmente obtida até a data deste posicionamento ou cujos procedimentos formais não foram estritamente observados.

O total da provisão registrada está substancialmente composto pelos seguintes processos:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Tributos federais

A provisão para a TIM Celular suporta dez processos, relativos a questionamentos envolvendo a incidência sobre operações da CIDE, CPMF, CSLL, IRRF e denúncia espontânea da multa no pagamento do FUST. Deste total, destacam-se os valores envolvidos nos processos judiciais que buscam o reconhecimento do direito de não recolher a CPMF supostamente incidente sobre operações simultâneas de compra e venda de moeda estrangeira e troca de titularidade de conta decorrente de incorporação societária, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$32.248 (R\$31.338 em 31 de dezembro de 2015), assim como o valor relativo a multa e juros sobre a contribuição ao FUST do ano de 2009, onde não está sendo reconhecido o benefício da denúncia espontânea, cujo valor provisionado em agosto de 2015 e atualizado é de R\$12.082 (R\$11.512 em 31 de dezembro de 2015).

A provisão para a Intelig, relativamente aos tributos federais, suporta três processos que tratam do indeferimento de compensações de tributos federais com saldo negativo de IRPJ e com a CSLL de períodos anteriores aos das compensações, totalizando o montante atualizado de R\$5.169 (R\$4.968 em 31 de dezembro de 2015).

Tributos estaduais

A provisão para a TIM Celular suporta quarenta e seis processos, dentre os quais se destacam os valores envolvidos nas autuações que questionam o estorno de débitos de ICMS, assim como o suporte documental para a comprovação de créditos apropriados pela Companhia, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$12.984 (R\$24.626 em 31 de dezembro de 2015).

A provisão para a Intelig, relativamente aos tributos estaduais, suporta sete processos, no valor total atualizado de R\$22.507 (R\$21.726 em 31 de dezembro de 2015). Deste total, destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam suporte documental para a comprovação de crédito apropriado pela Companhia, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$17.993 (R\$17.369 em 31 de dezembro de 2015).

Tributos municipais

Destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam a retenção e recolhimento do ISS-fonte de serviços de terceiros sem vínculo empregatício, bem como o recolhimento de ISS próprio correspondente a serviços prestados em *co-billing*.

Processos Intelig

Há processos tributários advindos da aquisição da Intelig, que compõem o processo de alocação do preço de aquisição desta controlada e somam R\$94.512 (R\$94.835 em 31 de dezembro de 2015).

d. Processos regulatórios

A ANATEL instaurou processos administrativos contra as controladas pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.

Em 30 de junho de 2016, o valor indicado relativo aos Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações ("PADOs"), considerando a atualização monetária, classificados com risco provável era de R\$28.508 (R\$28.621 em 31 de dezembro de 2015).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

e. Processos judiciais e administrativos cujas perdas são avaliadas como possíveis

A Companhia e suas controladas possuem ações de natureza cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda classificados por seus consultores jurídicos e pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão para processos judiciais e administrativo constituída, não sendo esperados efeitos materiais adversos nas informações trimestrais, conforme valores apresentados a seguir:

	Consolidado	
	06/2016	12/2015
Cível (e.1)	1.331.371	1.189.130
Trabalhista (e.2)	540.646	442.800
Tributária (e.3)	8.519.964	8.400.356
Regulatória (e.4)	45.006	65.849
	<u>10.436.987</u>	<u>10.098.135</u>

Os processos administrativos e judiciais cujas perdas são avaliadas como possíveis são monitorados pela Administração e divulgados pelos seus valores históricos.

As principais ações com risco de perda classificadas como possível estão descritas abaixo:

e.1. Cíveis

	Consolidado	
	06/2016	12/2015
Ações movidas por consumidores (e.1.1)	587.392	525.406
ANATEL (e.1.2)	135.139	129.061
Procon e Ministério Público (e.1.3)	283.806	255.008
Ex-parceiros comerciais (e.1.4)	117.007	118.698
Sócio ambiental e infraestrutura (e.1.5)	92.320	41.240
Outros	115.707	119.717
	<u>1.331.371</u>	<u>1.189.130</u>

e.1.1 Ações movidas por consumidores

Referem-se principalmente a ações por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida.

e.1.2 ANATEL

As controladas são partes em ações em face da ANATEL, em que se discute: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G e (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

e.1.3 Procon e Ministério Público

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público e Procon decorrentes de reclamações de consumidores, em que se discute: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) suposta falha na entrega de aparelhos; (iii) suposto descumprimento das legislações estaduais; (iv) modelo de contratação e supostas cobranças indevidas de Serviços de Valor Adicionado - VAS ; (v) supostas violações ao Decreto SAC; (vi) supostas violações contratuais; e (vii) bloqueio de dados.

e.1.4 Ex-Parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por diversos ex- parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais.

e.1.5 Socioambiental e infraestrutura

As controladas são partes em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a (1) licenciamento, dentre os quais Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação) e (2) (i) radiação eletromagnética emitida pelas estruturas de Telecom; (ii) renovação de contratos de locação de terrenos para instalação de sites; (iii) Despejo em terrenos alugados para instalação de sites (iv) apresentação de dados cadastrais, dentre outros.

e.2. Trabalhistas

Do total de 4.453 reclamações trabalhistas em 30 de junho de 2016 (3.400 em 31 de dezembro de 2015) movidas contra a Companhia e suas controladas, a maioria refere-se a demandas que envolvem ex-empregados de prestadores de serviços no montante de R\$549.514 (R\$374.807 em 31 de dezembro de 2015).

Parcela significativa do contingenciamento existente diz respeito a processos de reestruturação organizacional, dos quais se destacam o encerramento das atividades dos Centros de Relacionamento com o Cliente (*call center*) das cidades de Fortaleza, Salvador e Belo Horizonte e demais sites internos da TIM, que resultaram no desligamento de aproximadamente 800 colaboradores próprios e terceirizado. Somam-se a estes processos aqueles movidos por terceiros prestadores de serviços com pedidos de vínculo empregatício com a TIM, cujos valores somam R\$71.722 (R\$12.150 em 31 de dezembro de 2015).

A Companhia é parte em ações civis públicas movidas pelo Ministério Público do Trabalho, que tem como objeto essencialmente a alegação de terceirização irregular e requerimento de condenação em danos morais coletivos, referentes a terceirização, totalizado R\$56.000 (R\$56.000 em 31 de dezembro de 2015).

Há um grupo de ações do Paraná que tem como um dos principais pedidos a indenização por previsão contratual, formalizada em "carimbos" nas carteiras de trabalho. Por meio de norma interna, a TELEPAR comprometeu-se a complementar a aposentadoria de seus empregados admitidos até 1982. Antes da privatização, a TELEPAR propôs a transação deste benefício através do pagamento de uma determinada quantia à vista R\$4.472 e provável R\$1.614.

Cumpra ainda mencionar que existe um grupo de reclamações trabalhistas, em especial em São Paulo e Rio de Janeiro, de ex-empregados da Gazeta Mercantil, Jornal do Brasil e JB Editora requerendo em juízo a inclusão no polo passivo da Holdco, que antes da incorporação pela TIM Participações, pertencia ao Grupo Econômico Docas, do qual a Gazeta Mercantil e Jornal do Brasil é parte.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

e.2.1. Previdenciária

A TIM Celular recebeu Notificação Fiscal de Lançamento de Débito, referente à suposta irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias relativas ao pagamento de Participação nos Lucros e Resultados, no valor de R\$4.282 (R\$4.282 em 31 de dezembro de 2015) e sofreu ainda autuação fiscal referente às supostas contribuições previdenciárias incidentes sobre gratificação de contratação; gratificação não ajustada; contraprestação por atividades de autônomos e incentivos a vendas no valor de R\$7.708 (R\$7.708 em 31 de dezembro de 2015).

A Intelig recebeu Notificações Fiscais de Lançamento de Débitos, referente à suposta irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre participação nos lucros e resultados; retenção de 11% em contratos de prestação de serviços; falta de recolhimento sobre pró-labore dos dirigentes e falta de preenchimento adequado da Guia de Recolhimento do FGTS – GFIP, além de declaração equivocada na GFIP no valor total de R\$46.494 (R\$41.116 em 31 de dezembro de 2015).

e.3. Tributárias

	Consolidado	
	06/2016	12/2015
Tributos Federais (e.3.1)	2.016.433	1.905.594
Tributos Estaduais (e.3.2)	4.522.887	4.585.810
Tributos Municipais (e.3.3)	321.834	345.089
FUST, FUNTTEL e EBC (e.3.4)	1.658.810	1.563.863
	<u>8.519.964</u>	<u>8.400.356</u>

e.3.1. Tributos Federais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos federais é de R\$2.016.433 em 30 de junho de 2016. Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) Amortização do ágio pago na aquisição das empresas de telefonia celular, dedução de despesas de amortização de ágio, exclusão da reversão de ágio, demais reflexos e glosas de compensações e deduções pagas por estimativa, utilização supostamente indevida do benefício da SUDENE por falta de formalização do benefício na Secretaria da Receita Federal (RFB), e falta de recolhimento de IRPJ e CSLL devidos por estimativa. O valor envolvido é de R\$1.336.742 (R\$1.264.205 em 31 de dezembro de 2015).
- (ii) Metodologia de compensação de prejuízos fiscais e bases negativas. O valor envolvido é de R\$101.523 (R\$85.135 em 31 de dezembro de 2015).
- (iii) Cobrança de CSLL sobre as variações monetárias decorrentes das operações de swap contabilizadas pelo regime de caixa. O valor envolvido é de R\$35.662 (R\$35.662 em 31 de dezembro de 2015).
- (iv) Cobrança de IRRF sobre rendimentos de residentes no exterior, inclusive aqueles remetidos a título de roaming internacional e pagamento a beneficiários não identificados, bem como a cobrança de CIDE sobre pagamento de royalties em remessas para o exterior, inclusive as remessas a título de roaming internacional. O valor envolvido é de R\$151.545 (R\$150.763 em 31 de dezembro de 2015) para a TIM Celular e R\$33.722 (R\$33.722 em 31 de dezembro de 2015) para a Intelig.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (v) Cobrança de débitos de IRPJ, PIS/COFINS e CSLL decorrente da não homologação ou homologação parcial de compensações realizadas pela Companhia a partir de créditos de retenções na fonte sobre aplicações financeiras e saldo negativo de IRPJ. O valor envolvido é de R\$229.823 (R\$229.823 em 31 de dezembro de 2015).

e.3.2. Tributos Estaduais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos estaduais é de R\$4.522.887 em 30 de junho de 2016. Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) Não inclusão na base de cálculo do ICMS de descontos incondicionais oferecidos a clientes, além de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória correlata, inclusive pela falta de apresentação do registro 60i do arquivo SINTEGRA. O valor envolvido é de R\$974.113 (R\$932.584 em 31 de dezembro de 2015).
- (ii) Utilização de benefício fiscal (Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal - PRÓ-DF) concedido pelo próprio ente tributante, porém declarado inconstitucional posteriormente, bem como suposto creditamento indevido de ICMS decorrente da compra interestadual de mercadorias com benefício fiscal concedido no Estado de origem. O valor envolvido é de R\$680.593 (R\$649.778 em 31 de dezembro de 2015).
- (iii) Estorno de crédito e creditamento extemporâneo relativos a aquisições de ativo permanente. O valor envolvido é de R\$634.498 (R\$549.627 em 31 de dezembro de 2015).
- (iv) Lançamentos de créditos e estorno de débitos do ICMS, bem como a identificação e sustentação documental de valores e informações lançados em contas de clientes, tais como as alíquotas do imposto e os créditos concedidos, bem como créditos relacionados com operações de substituição tributária. O valor envolvido é de R\$661.280 (R\$772.336 em 31 de dezembro de 2015).
- (v) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias. O valor envolvido é de R\$135.176 (R\$135.176 em 31 de dezembro de 2015).
- (vi) Alegada omissão de débito do imposto nas operações de cessão de meio de rede em que o tributo originariamente diferido não fora supostamente recolhido na fase posterior, nos ditames do Convênio 128/98. O valor envolvido é de R\$87.550 (R\$87.550 em 31 de dezembro de 2015).
- (vii) Incidência do ICMS e do Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP nas operações de aquisição de ativo permanente e outros, bem como na própria prestação de serviços de Telecom em casos específicos determinados pela Legislação. O valor envolvido é de R\$67.941 (R\$67.941 em 31 de dezembro de 2015).
- (viii) Suposto conflito entre as informações constantes de obrigações acessórias e o recolhimento do tributo. O valor envolvido é de R\$77.254 (R\$64.744 em 31 de dezembro de 2015).
- (ix) Suposta falta de recolhimento de ICMS decorrente da glosa de débitos estornados relacionados ao serviço pré-pago, bem como alegado crédito indevido de ICMS nas saídas de

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

mercadorias supostamente beneficiadas com redução da base de cálculo. O valor envolvido é de R\$47.496 (R\$60.322 em 31 de dezembro de 2015).

- (x) Tributação da prestação de serviços de roaming internacional. O valor envolvido é de R\$25.567 (R\$25.567 em 31 de dezembro de 2015).
- (xi) Lançamento de créditos relativos ao retorno de aparelhos celulares cedidos em comodato. O valor envolvido é de R\$85.134 (R\$20.358 em 31 de dezembro de 2015).
- (xii) Anulação de serviço de Telecom em virtude de faturamento indevido/fraude por subscrição, bem como suposto creditamento indevido e em duplicidade de ICMS. O valor envolvido é de R\$17.568 (R\$17.568 em 31 de dezembro de 2015).

e.3.3. Tributos Municipais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos municipais é de R\$321.834 em 30 de junho de 2016. Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) cobrança de ISS, bem como da multa punitiva pela ausência do suposto imposto devido, sobre diversas contas de receita da Companhia. O valor envolvido é de R\$92.499 (R\$92.499 em 31 de dezembro de 2015).
- (ii) cobrança de ISS sobre importação de serviços. O valor envolvido é de R\$94.359 (R\$94.359 em 31 de dezembro de 2015).

e.3.4. FUST, FUNTTEL e EBC

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente às contribuições para o FUST, o FUNTTEL e EBC é de R\$1.658.808 em 30 de junho de 2016 (R\$1.563.863 em 31 de dezembro de 2015). A principal discussão envolve a cobrança da contribuição ao FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações) e ao FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) a partir da emissão pela ANATEL da Súmula nº. 07/2005, visando entre outros, e principalmente, a cobrança da contribuição para o FUST e para o FUNTTEL sobre as receitas de interconexão auferidas por prestadoras de serviços de telecomunicações, a partir da vigência da Lei nº. 9.998/2000.

Adicionalmente, discute-se a legalidade da exigência da cobrança da contribuição para o fomento da radiodifusão pública (Contribuição à EBC – Empresa Brasileira de Comunicação), instituída pela Lei nº 11.652/2008.

e.4. Regulatórias

A ANATEL instaurou processos administrativos contra as controladas pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.

Em 30 de junho de 2016, o valor indicado relativo aos PADOs (Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações), considerando a atualização monetária, classificados com risco possível era de R\$44.906 (R\$65.849 em 31 de dezembro de 2015).

Ao obter a prorrogação de prazo das autorizações de uso das radiofrequências associadas ao SMP, a controlada TIM Celular torna-se devedora do ônus contratual sobre a receita líquida decorrente dos planos de serviço comercializados no âmbito de cada autorização. No entanto, desde 2011 a ANATEL

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

passou a incluir na base de cálculo do referido ônus também as receitas obtidas com Interconexão, e a partir de 2012, as receitas obtidas com Serviços de Valor Adicionado. No entender da Companhia, a inclusão de tais receitas é indevida em razão de não ser expressamente prevista nos Termos de Autorizações originais, pelo que as cobranças foram objeto de recursos administrativos, e quando do esgotamento dessa instância, serão encaminhadas à discussão judicial.

24. Provisão para futura desmobilização de ativos

As movimentações nas obrigações decorrentes de futura desmobilização de ativos encontram-se resumidas a seguir:

	Consolidado	
	06/2016	12/2015
	(6 meses)	(12 meses)
Saldo inicial	31.609	286.275
Reversão/ baixas ao longo do exercício, líquidas de adições (*)	(10.378)	(258.627)
Atualização monetária no exercício	589	3.961
Saldo final	<u>21.820</u>	<u>31.609</u>

(*) Os valores consolidados incluem o efeito de R\$193.205 e R\$3.302 em 2015 e 2016, respectivamente, decorrente da baixa relativa à venda das torres (nota 1b).

A provisão é realizada com base nas seguintes premissas:

- São estimados os custos unitários de desativação de sites, envolvendo o valor dos serviços e materiais envolvidos nesta desativação. A estimativa é preparada pelo departamento de rede da Companhia, com base em informações atualmente disponíveis;
- É estabelecido um cronograma de desativação, com base na vida útil dos sites, e os custos inicialmente estimados são projetados de acordo com este cronograma, atualizado com base na inflação estimada pela Companhia. A taxa de inflação esperada pela Companhia encontra-se alinhada com as projeções preparadas por instituições representativas do mercado; e
- A taxa de desconto dos fluxos de caixa é representada pelo custo médio da dívida da Companhia que em 30 de junho de 2016 era de 12,52% a.a (12,27% a.a. em 31 de dezembro de 2015).

25. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é registrado pelo valor efetivamente captado junto aos acionistas, líquido dos custos diretamente atrelados ao processo de captação.

Quando uma empresa do Grupo compra ações do capital da Companhia, com intuito de mantê-las em tesouraria, o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, é deduzido do patrimônio líquido da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando estas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido dos custos adicionais diretamente atribuíveis à transação, é incluído no patrimônio líquido.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 4.450.000.000 ações ordinárias.

O capital subscrito e integralizado está representado da seguinte forma:

	06/2016	12/2015
Valor integralizado	9.913.415	9.913.415
(-) Custos de captação	(47.117)	(47.117)
Valor líquido integralizado	9.866.298	9.866.298
Quantidade de ações ordinárias	2.421.032.479	2.421.032.479

b. Reservas de capital

A utilização das reservas de capital obedece aos preceitos do art. 200 da Lei 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações. Esta reserva é composta da seguinte forma:

	06/2016	12/2015
Reserva especial de ágio	380.560	380.560
Opções de compra de ações	21.931	20.876
Reserva de benefício fiscal	1.040.661	1.040.661
	1.443.152	1.442.097

b.1 Reserva especial de ágio

A reserva especial de ágio foi originada das seguintes transações:

(i) Incorporação das antigas controladas TIM Sul e TIM NE – aquisição das ações de minoritários

A Companhia adquiriu, em 2005, a totalidade das ações de posse dos acionistas minoritários da TIM Sul S.A. e da TIM Nordeste Telecomunicações S.A.. Esta aquisição foi realizada com a emissão de novas ações pela TIM Participações S.A., convertendo as referidas empresas em suas controladas integrais. Esta operação foi registrada à época pelo valor contábil das ações, não registrando ágio decorrente da diferença de valor de mercado entre as ações negociadas.

Quando da primeira adoção de IFRS, a Companhia utilizou-se da isenção que permite a uma controlada, quando adota a prática contábil internacional em data posterior à adoção do IFRS por sua controladora, considerar os saldos anteriormente reportados à controladora para fins de sua consolidação. No balanço de transição para o IFRS, a Companhia registrou o valor da aquisição com base no valor de mercado das ações da TIM Participações S.A. à época, contabilizando ágio no montante de R\$157.556.

(ii) Aquisição das ações da Holdco – compra da Intelig

Em 30 de dezembro de 2009, a Assembleia Geral Extraordinária da TIM Participações aprovou a incorporação da Holdco, sociedade que detinha 100% do capital social da Intelig, pela TIM Participações. Como resultado desta operação, a Companhia emitiu 127.288.023 ações.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Com base nas antigas práticas contábeis brasileiras ("BR GAAP"), a aquisição foi registrada pelo valor contábil líquido dos ativos adquiridos na data base de 30 de novembro de 2009.

Quando da primeira adoção do IFRS, a aquisição foi registrada na data-base de 31 de dezembro de 2009 e foi considerado o valor de mercado das ações ordinárias e preferenciais da TIM Participações em 30 de dezembro de 2009, totalizando R\$739.729. A diferença entre este valor e o valor contábil registrado no antigo BR GAAP (R\$516.725) gerou um ágio, em contrapartida a uma reserva de capital de R\$223.004.

b.2 Opções de compra de ações

Os saldos registrados nestas rubricas representam as despesas da Companhia e de suas controladas com opções de compra de ações, concedidas aos empregados (nota 26).

b.3 Reserva de benefício fiscal

A TIM Celular usufrui de benefícios fiscais que preveem restrições na distribuição dos lucros desta controlada. Segundo a legislação que estabelece estes benefícios fiscais, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude de isenções e reduções da carga tributária não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de incentivo fiscal da pessoa jurídica. Tal reserva somente pode ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social. O valor acumulado dos benefícios usufruídos pela TIM Celular em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 equivalem a R\$1.040.661 e R\$1.040.661, respectivamente.

c. Reservas de lucros

c.1 Reserva legal

Refere-se à destinação de 5% do lucro líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, até que a reserva iguale 20% do capital social. Adicionalmente, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal quando esta, somada às reservas de capital, exceder 30% do capital social.

Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos acumulados.

c.2 Reserva estatutária para expansão

A formação desta reserva tem previsão no parágrafo 2º do art. 46 do estatuto social da Companhia e tem como finalidade a expansão dos negócios sociais.

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva, que não poderá ultrapassar 80% do capital social. Atingindo este limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, procedendo à sua distribuição aos acionistas ou ao aumento de capital.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações.

Segundo seu último estatuto social, aprovado em 12 de dezembro de 2013, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado.

Em 31 de dezembro de 2015, os dividendos foram calculados como segue:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	12/2015
Lucro líquido do exercício	2.071.145
(-) Constituição da reserva legal	(103.557)
(-) incentivos fiscais não distribuíveis	(93.123)
Lucro líquido ajustado	1.874.465
Dividendos a distribuir:	
Dividendos mínimos calculados com base em 25% do lucro ajustado	468.616
Dividendos por ação (valores expressos em reais)	0,1936

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") da TIM Participações S.A., realizada em 12 de abril de 2016, aprovou o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$468.616. O referido valor foi distribuído no dia 10 de junho de 2016.

26. Opções de compras de ações

Plano 2011 – 2013 e Plano 2014-2016

Em 5 de agosto de 2011 e 10 de abril de 2014, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM Participações S.A. os planos de incentivo de longo prazo; "Plano 2011-2013" e "Plano 2014- 2016" respectivamente, concedidos a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Companhia e em suas controladas.

O exercício das opções do plano 2011-2013 está condicionado ao atingimento de metas específicas de desempenho, enquanto que o exercício das opções do Plano 2014-2016 não possui esta condição. O Preço de Exercício é calculado aplicando-se um ajuste, para mais ou para menos, no Preço Base da Ação, em consequência do desempenho acionário, considerando os critérios previstos em cada Plano.

O prazo de vigência das opções é de 6 anos e a Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro.

Em 16 de outubro de 2015, foi realizada a 2ª Outorga referente ao Plano 2014-2016.

As variações na quantidade de opções estão apresentadas a seguir:

Data de outorga	Opções outorgadas	Data de vencimento	Preço de exercício	Saldo no início do exercício	Concedidas durante o exercício	Exercidas durante o exercício (*)	Caducadas durante o exercício	Vencidas durante o exercício	Saldo no final do exercício
2016									
Plano 2014-2016 – 2ª Outorga	3.355.229	Out/21	8,4526	3.355.229	-	-	(780.144)	-	2.575.085
Plano 2014-2016 – 1ª Outorga	1.687.686	Set/20	13,4184	1.305.562	-	-	(240.903)	-	1.064.659
Plano 2011-2013 – 3ª Outorga	3.072.418	Jul/19	8,1349	1.531.984	-	-	(440.520)	-	1.091.464
Plano 2011-2013 – 2ª Outorga	2.661.752	Set/18	8,9571	513.904	-	-	(11.615)	-	502.289

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Plano 2011-2013 – 1ª Outorga	2.833.595	Ago/17	8,8404	-	-	-	-	-	-
Total	13.610.680			6.706.679			(1.473.182)		5.233.497
Preço médio ponderado do exercício	9,4450								

(*) Não foram exercidas opções durante o exercício de 2015 para o plano 2011-2013*, pois não houve atendimento das condições mínimas de desempenho.

Data de outorga	Opções outorgadas	Data de vencimento	Preço de exercício	Saldo no início do exercício	Concedidas durante o exercício	Exercidas durante o exercício (*)	Caducadas durante o exercício	Vencidas durante o exercício	Saldo no final do exercício
2015									
Plano 2014-2016 – 2ª Outorga	3.355.229	Out/21	8,4526	-	3.355.229	-	-	-	3.355.229
Plano 2014-2016 – 1ª Outorga	1.687.686	Set/20	13,4184	1.456.353	-	-	(150.791)	-	1.305.562
Plano 2011-2013 – 3ª Outorga	3.072.418	Jul/19	8,1349	1.971.900	-	-	(439.916)	-	1.531.984
Plano 2011-2013 – 2ª Outorga	2.661.752	Set/18	8,9571	671.091	-	-	(157.187)	-	513.904
Plano 2011-2013 – 1ª Outorga	2.833.595	Ago/17	8,8404	-	-	-	-	-	-
Total	13.610.680			4.099.344	3.355.229	-	(747.894)	-	6.706.679
Preço médio ponderado do exercício	9,3854								

(*) Não foram exercidas opções durante o exercício de 2015 para o plano 2011-2013*, pois não houve atendimento das condições mínimas de desempenho.

Os dados significativos incluídos no modelo foram:

Data de outorga	Preço médio ponderado da ação na data da concessão	Volatilidade	Vida esperada da opção	Taxa de juros anual sem risco
Outorga 2011	R\$8,31	51,73% a.a	6 anos	11,94%a.a
Outorga 2012	R\$8,96	50,46% a.a	6 anos	8,89%a.a
Outorga 2013	R\$8,13	48,45% a.a	6 anos	10,66%a.a
Outorga 2014	R\$13,42	44,60% a.a	6 anos	10,66%a.a
Outorga 2015	R\$8,45	35,50% a.a	6 anos	16,10%a.a

O Preço Base da Ação foi calculado através das médias ponderadas do preço das ações da TIM Participações, considerando os seguintes períodos:

- **Plano 2011-2013 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2011 (data em que o Conselho de Administração da Companhia aprovou o benefício).
- **Plano 2011-2013 – 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período de 01/07/2012 a 31/08/2012.
- **Plano 2011-2013 – 3ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2013.
- **Plano 2014-2016 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração (29 de setembro de 2014).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- **Plano 2014-2016 – 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração (29 de setembro de 2015).

Utilizando-se o princípio de competência contábil, as despesas atreladas ao plano de benefícios de longo prazo vêm sendo apropriadas mensalmente e, ao final do período de 6 meses findo em 30 de junho de 2016, totalizaram R\$1.055 (R\$2.103 no mesmo período de 2015).

27. Receita operacional líquida

Receitas de serviços prestados

As principais receitas de serviços advêm de assinaturas mensais, prestação de serviços separados de voz, SMSs, dados, pacotes de utilização combinada destes serviços, encargos de *roaming* e receitas de interconexão. As receitas são reconhecidas conforme sua utilização, líquidas de impostos sobre vendas e descontos concedidos sobre os serviços. Estas receitas somente são contabilizadas quando o montante do serviço prestado pode ser estimado de forma confiável.

As receitas são reconhecidas mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (*unbilled*) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Os cálculos de receitas não faturadas do mês anterior são estornados e um novo cálculo de *unbilled* é feito a cada mês corrente.

As receitas de tráfego de interconexão e *roaming* são registradas de forma isolada, sem que sejam compensados os valores devidos a outras operadoras de telecomunicações (estes últimos são registrados como custo das operações).

Os minutos não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

Receitas de vendas de produtos

As receitas com vendas de produtos (telefones, mini-modems, *tablets* e outros equipamentos) são reconhecidas quando os riscos significativos e os benefícios da propriedade destes produtos são transferidos para o comprador.

	Consolidado	
	06/2016	06/2015 (Reapresentado)
Receita de serviços – Móvel		
Assinatura e utilização	4.085.416	5.053.348
Uso de rede	563.170	847.679
Longa distância	1.120.765	1.406.168
VAS – Serviços adicionais	4.104.447	3.738.604
Outros	185.194	169.596
	10.058.992	11.215.395
Receita de serviços - Fixa	571.887	479.242
Receita de serviços	10.630.879	11.694.637

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Venda de mercadorias	731.380	1.772.903
Receita operacional bruta	<u>11.362.259</u>	<u>13.467.540</u>
Deduções da receita bruta		
Impostos incidentes	(2.899.253)	(3.242.100)
Descontos concedidos	(765.590)	(1.182.893)
Devoluções e outros	(22.919)	(130.698)
	<u>(3.687.762)</u>	<u>(4.555.691)</u>
Total da receita líquida	<u>7.674.497</u>	<u>8.911.849</u>

28. Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas

	Consolidado	
	06/2016	06/2015
Pessoal	(36.267)	(46.548)
Serviços de terceiros	(243.878)	(252.526)
Interconexão e meios de conexão	(1.410.463)	(1.441.076)
Depreciação e amortização	(1.438.935)	(1.245.295)
Taxas ANATEL	(12.006)	(7.335)
Aluguéis e seguros	(278.997)	(241.646)
Outros	(6.263)	(9.182)
Custo dos serviços prestados	<u>(3.426.809)</u>	<u>(3.243.608)</u>
Custo das mercadorias vendidas	<u>(526.936)</u>	<u>(1.294.706)</u>
	<u>(3.953.745)</u>	<u>(4.538.314)</u>

29. Despesas de comercialização

	Consolidado	
	06/2016	06/2015 (Reapresentado)
Pessoal	(349.519)	(333.269)
Serviços de terceiros (*)	(938.299)	(1.076.627)
Publicidade e propaganda	(245.136)	(294.124)
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	(140.517)	(116.064)
Taxas ANATEL	(497.946)	(509.654)
Depreciação e amortização	(83.891)	(80.601)
Aluguéis e seguros	(47.640)	(41.750)
Outras	(18.627)	(20.020)
	<u>(2.321.575)</u>	<u>(2.472.109)</u>

(*) Inclui principalmente os gastos com comissões e serviços técnicos profissionais.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

30. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	06/2016	06/2015	06/2016	06/2015
Pessoal	(4.750)	(5.665)	(137.916)	(137.324)
Serviços de terceiros	(4.937)	(3.516)	(228.704)	(218.882)
Depreciação e amortização	-	-	(208.120)	(142.261)
Aluguéis e seguros	(118)	(105)	(34.094)	(31.308)
Outras	(472)	(978)	(24.346)	(21.845)
	<u>(10.277)</u>	<u>(10.264)</u>	<u>(633.180)</u>	<u>(551.620)</u>

31. Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado	
	06/2016	06/2015	06/2016	06/2015 (Reapresentado)
Receitas				
Receita de subvenção, líquida	-	-	13.636	12.178
Multas s/ serviços de telecomunicações	-	-	19.831	19.184
Resultado na alienação de ativos (*)	-	-	37.872	922.374
Outras receitas	191	695	30.796	12.519
	<u>191</u>	<u>695</u>	<u>102.135</u>	<u>966.255</u>
Despesas				
FUST/FUNTEL (**)	-	-	(83.964)	(77.063)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(2.114)	(973)
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	55	(272)	(140.184)	(146.473)
Outras despesas	(116)	(7)	(10.716)	(10.824)
	<u>(61)</u>	<u>(279)</u>	<u>(236.978)</u>	<u>(235.333)</u>
Amortização de autorizações	-	-	(129.877)	(175.734)
	<u>(61)</u>	<u>(279)</u>	<u>(366.855)</u>	<u>(411.067)</u>
Outras receitas (despesas), líquidas	<u>130</u>	<u>416</u>	<u>(264.720)</u>	<u>555.188</u>

(*) Durante o exercício de 2015 foram transferidas 5.483 torres referente à 1ª, 2ª e 3ª tranches e em 2016 foram transferidas 270 torres referente à 4ª tranche para ATC conforme os contratos celebrados entre as partes (notas 14 e 1.b). O *leaseback* foi analisado e classificado como *leasing* financeiro, considerando os requisitos previstos no IAS17/CPC 06 (R1), aprovado por Deliberação da CVM.

Os riscos e benefícios dos ativos foram repassados ao comprador nas datas de cada transferência (29 abril de 2015, 30 de setembro de 2015, 16 de dezembro de 2015 e 9 de junho de 2016) e foi reconhecido um montante de R\$1.253.618 em 2015 e R\$36.085 em 2016 (R\$1.210.980, líquido de valores residuais e baixa do ARO, em 2015 e, R\$37.029, em 2016) como outras receitas operacionais em virtude da alienação dos ativos.

(**) Representam os gastos incorridos com as contribuições sobre as diversas receitas de telecomunicações devidas a ANATEL, conforme legislação em vigor.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

32. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	06/2016	06/2015	06/2016	06/2015 (Reapresentado)
Juros sobre aplicações financeiras	1.117	2.544	201.812	255.330
Juros de clientes	-	-	21.557	29.441
Juros <i>swap</i>	-	-	65.013	61.645
Juros s/ leasing	-	-	12.594	11.803
Atualização monetária	803	477	49.005	24.866
Variação cambial	70	32	1.658.883	470.165
Outras receitas	-	-	6.445	4.268
	<u>1.990</u>	<u>3.053</u>	<u>2.015.309</u>	<u>857.518</u>

33. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	06/2016	06/2015	06/2016	06/2015
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(103.001)	(99.548)
Juros sobre fornecedores	-	-	(16.780)	(75.019)
Juros sobre impostos e taxas	(15)	2	(18.054)	(16.042)
Juros <i>swap</i>	-	-	(130.187)	(138.201)
Juros s/ leasing	-	-	(118.837)	(44.838)
Atualização monetária	(244)	(142)	(117.615)	(76.419)
Descontos concedidos	-	-	(27.121)	(30.437)
Variação cambial	(35)	(76)	(1.664.329)	(462.985)
Outras despesas	(1.221)	(156)	(53.009)	(23.588)
	<u>(1.515)</u>	<u>(372)</u>	<u>(2.248.933)</u>	<u>(967.077)</u>

A variação cambial no período está relacionada a empréstimos e financiamentos e fornecedores em moeda estrangeira. O efeito foi reduzido por operações com derivativos (nota 39).

34. Despesas de imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	06/2016	06/2015 (Reapresentado)
Imposto de renda e contribuição social correntes		
Imposto de renda do período	(165.735)	(238.557)
Contribuição social do período	(61.565)	(88.319)
Incentivo fiscal – SUDENE/SUDAM (*)	39.191	51.287
	<u>(188.109)</u>	<u>(275.589)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Imposto de renda diferido	90.794	(187.840)
Contribuição social diferida	32.019	(67.621)
	<u>122.813</u>	<u>(255.461)</u>
Provisão para contingências de imposto de renda e contribuição social	-	(3.464)
	<u>(65.296)</u>	<u>(534.514)</u>

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os valores refletidos no resultado está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	06/2016	06/2015	06/2016	06/2015 (Reapresentado)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	202.357	1.260.921	267.653	1.795.435
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada (Adições) / exclusões:	(68.801)	(428.713)	(91.002)	(610.448)
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas	(3.282)	(2.385)	635	(3.249)
Resultado de equivalência patrimonial	72.090	431.150	-	-
<i>Adições, exclusões permanentes:</i>				
Doações não dedutíveis	-	-	(1.351)	(1.588)
Multas não dedutíveis	(7)	(52)	(4.598)	(3.311)
Perdas contas a receber <i>Co billing</i>	-	-	(3.563)	(2.654)
Impacto na venda das torres	-	-	(13.217)	52.759
Outras adições e exclusões permanentes	-	-	4.981	(3.600)
Incentivo fiscal SUDENE/SUDAM (*)	-	-	39.191	51.287
IR e CS diferidos baixa ARO	-	-	(1.439)	(22.698)
Outros valores	-	-	5.067	8.988
	68.801	428.713	25.706	75.934
Imposto de renda e contribuição social registrados ao resultado do período	-	-	(65.296)	(534.514)
Alíquota efetiva	-	-	24,40%	29,77%

(*) Conforme mencionado na nota 25 b.3, de acordo com o Decreto 3.000/1999, em seu art. 443, inciso I, para que subvenções para investimento não sejam computadas no lucro real, as mesmas devem ser registradas como reserva de capital, que somente poderá ser utilizada para absorver prejuízos ou ser incorporada ao capital social. A controlada TIM Celular possui benefícios fiscais que se enquadram nestas regras.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

35 Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o período.

	06/2016	06/2015 (Reapresentado)
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	202.357	1.260.921
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.420.237	2.420.237
Lucro básico por ação (expresso em R\$)	0,0836	0,5210

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais dilutivas.

	06/2016	06/2015 (Reapresentado)
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	202.357	1.260.921
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.418.068	2.420.629
Lucro diluído por ação (expresso em R\$)	0,0837	0,5209

36 Transações com Grupo Telecom Itália

Os saldos consolidados das transações com empresas do Grupo Telecom Itália são os seguintes:

	Ativo	
	06/2016	12/2015
Grupo Telecom Argentina (1)	-	3.073
Telecom Italia Sparkle (1)	5.402	6.212
Lan Group (4)	3.146	3.881
TIM Brasil (6)	2.823	2.822
Italtel (3)	5.409	-
Outros	674	674
Total	17.454	16.662

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação

Em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Passivo	
	06/2016	12/2015
Telecom Italia S.p.A. (2)	18.589	38.823
Grupo Telecom Argentina (1)	-	5.304
Telecom Italia Sparkle (1)	16.433	14.657
Italtel (3)	27.564	45.004
Lan Group (4)	7.307	3.854
TIM Brasil	4.418	4.309
Grupo Vivendi (7)	2.192	1.035
Outros	38	38
Total	76.541	113.024

	Receita	
	06/2016	06/2015
Telecom Italia S.p.A. (2)	1.769	1.605
Grupo Telecom Argentina (1)	8.232	2.730
Telecom Italia Sparkle (1)	2.713	610
Lan Group (4)	873	3.099
Total	13.587	8.044

	Custo/Despesa	
	06/2016	06/2015
Telecom Italia S.p.A. (2)	4.730	3.332
Telecom Italia Sparkle (1)	14.969	18.998
Grupo Telecom Argentina (1)	713	1.201
Lan Group (4)	27.509	23.164
Generali (5)	194	471
Grupo Vivendi (7)	3.232	-
Outros	455	149
Total	51.802	47.315

(1) Os valores referem-se a *roaming*, serviços de valor adicionado – VAS, cessão de meios e voz internacional-wholesale.

O “Grupo Telecom Argentina” é composto pelas empresas: Telecom Personal, Telecom Argentina e Nucleo.

Em 8 de março de 2016, a Telecom Italia concluiu a venda da totalidade de sua participação no Grupo Telecom Argentina.

(2) Os valores referem-se a *roaming* internacional, assistência técnica e serviços de valor adicionado – VAS.

(3) Os valores referem-se ao desenvolvimento e manutenção de *softwares* utilizados no faturamento de serviços de telecomunicações.

(4) Os valores referem-se a aluguel de *links*, aluguel de EILD, aluguel de meios (cabos submarinos) e serviço de sinalização.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (5) Os valores referem-se à contratação de seguros para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, saúde, entre outros.
- (6) Referem-se principalmente a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas.
- (7) Os valores referem-se aos serviços de valor adicionado – VAS.

Os saldos das contas patrimoniais estão registrados nos grupos: contas a receber, despesas antecipadas, fornecedores e outros ativos e passivos circulantes.

37. Remuneração da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui: diretores estatutários e o Conselho de Administração. A remuneração do pessoal-chave da Administração pela prestação dos seus serviços está apresentada a seguir:

	06/2016	06/2015
Salários e outros benefícios de curto prazo	8.988	6.408
Pagamentos com base em ações	(208)	1.576
	<u>8.780</u>	<u>7.984</u>

38. Transações com Grupo Telefónica

Em 28 de abril de 2007, Assicurazioni Generali SpA, Intesa San Paolo S.p.A, Mediobanca S.p.A, Sintonia S.p.A e a Telefónica S.A. assinaram um acordo para, a partir da *holding* Telco S.p.A (“Telco”), passar a deter 23,6% do capital votante da Telecom Italia S.p.A., controladora indireta da TIM Participações, operação aprovada pela ANATEL em 5 de novembro de 2007, juntamente com a imposição de restrições de direitos à Telefónica S.A. para garantir a segregação dos negócios e operações de ambos os grupos Telefónica e TIM, no Brasil.

Posteriormente, em abril de 2010, como condição para aprovação da operação pelo CADE, as controladoras da Telco firmaram um Termo de Compromisso de Desempenho (“TCD”) fixando as regras de participação da Telefónica nas deliberações da Telecom Italia, e sua restrição de governança quanto às atividades da controlada no mercado brasileiro, tendo a controladora da TIM Participações, a TIM Brasil, também assinado o referido TCD na qualidade de Parte Interveniente.

Em 4 de dezembro de 2013, em processo de fiscalização do cumprimento do TCD, o CADE aplicou sanção de multa no valor de R\$500 à TIM Brasil porque a empresa teria deixado de apresentar contrato firmado com empresa do Grupo Telefónica antes da celebração do TCD. Em 16 de dezembro de 2013, a TIM Brasil apresentou embargos de declaração, que automaticamente suspenderam a obrigação de pagamento da multa até que o CADE julgasse o recurso. Em maio de 2015, julgado o recurso, a multa foi paga.

Em 22 de dezembro de 2014, o Conselho Diretor da ANATEL anuiu com o pedido de cisão da Telco S.p.A. apresentado por Assicurazioni Generali S.p.A., Mediobanca S.p.A., Intesa Sanpaolo S.p.A. e Telefónica S.A., condicionando a operação de cisão à suspensão de todos os direitos políticos da Telefónica na Telecom Italia e empresas controladas, revogando os compromissos de acompanhamento anteriormente estabelecidos. Ademais, de acordo com a decisão da ANATEL, qualquer participação acionária da Telefónica na Telecom Italia deve ser eliminada no prazo de 18 (dezoito) meses.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

No CADE, o Ato de Concentração referente à cisão foi aprovado no dia 25 de março de 2015, condicionado à celebração e ao cumprimento, pela Telefônica, de Acordo em Controle de Concentrações ("ACC"), que tem como propósito viabilizar o total desinvestimento da Telefônica na Telecom Italia, fixando as obrigações consideradas necessárias pelo CADE para mitigar preocupações concorrenciais advindas da participação direta da Telefônica na Telecom Italia.

Paralelamente à análise da operação de cisão da Telco, a ANATEL e o CADE aprovaram a aquisição da GVT pela Telefônica Brasil S.A., em dezembro de 2014 e março de 2015, respectivamente. Como parte do pagamento pela aquisição da GVT, e de sucessivas operações entre Vivendi, Telefônica e aquisições no mercado livre, a Vivendi, atualmente, detém 24,68% das ações com direito a voto da Telecom Italia e 0,95% do capital total da Telefônica. Nesse contexto, nos autos do processo relativo à operação da Telco, o CADE confirmou a extinção das obrigações fixadas no TCD também em relação à TIM Brasil.

Nesse contexto, nos autos do processo relativo à operação da Telco, foi publicada no Diário oficial da União (DOU), em 28 de abril de 2015, decisão do CADE que confirmou a extinção das obrigações fixadas no TCD também em relação à TIM Brasil.

Posteriormente, a Telefônica informou, por meio de fato relevante divulgado em 24 de junho de 2015, "*o total desinvestimento de sua participação na Telecom Italia S.p.A., em conformidade com os compromissos regulatórios e concorrenciais assumidos*".

Desta forma, em 30 de junho de 2016, entre as operadoras do grupo TIM, controladas pela TIM Participações, e as operadoras do grupo Telefônica no Brasil, estavam em vigor, exclusivamente, contratos relacionados à prestação de serviços de telecomunicações, abrangendo: interconexão, *roaming*, compartilhamento de sites, de radiofrequência, de infraestrutura, provimento de linhas dedicadas sob a modalidade de exploração industrial, bem como acordos de co-faturamento de chamadas de longa distância, todos realizados de acordo com condições de mercado e de acordo com a regulamentação brasileira dos serviços de telecomunicações conforme apresentado abaixo:

	Consolidado	
	06/2016	12/2015
Ativo	286.079	351.147
Passivo	(105.504)	(122.301)
	06/2016	06/2015
Receita	365.957	489.471
Custo/Despesa	263.092	313.997

39. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Dentre os instrumentos financeiros registrados na Companhia e suas controladas destacam-se também os derivativos que são passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço tais passivos são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (*hedge accounting*).

A Companhia, através de suas controladas, realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, apenas com o objetivo de i) reduzir riscos relacionados à variação cambial e ii) gerenciar exposição de taxas de juros. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão representados especificamente por contratos de *swap e fundo cambial*.

Os instrumentos financeiros da Companhia estão sendo apresentados, por meio de suas controladas, em atendimento ao IAS 32 (CPC 39).

Desta forma, os principais fatores de risco que a Companhia e suas controladas estão expostas são os seguintes:

(i) Riscos de variações cambiais

Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade das controladas computarem i) prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio aumentando os saldos de dívida com financiamentos obtidos no mercado e as despesas financeiras correspondentes ou ii) aumento de custo em contratos comerciais que possuam algum tipo de vinculação a variação cambial. Para que esses tipos de riscos sejam mitigados, as controladas realizam: contratos de swap com instituições financeiras com o objetivo de anular os impactos em seus empréstimos e financiamentos e ii) aplicações em fundo cambial com o objetivo de reduzir os impactos nos contratos comerciais.

Em 30 de junho de 2016, os empréstimos e financiamentos das controladas indexados à variação de moedas estrangeiras se encontram integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de swap. Os ganhos ou perdas com esses contratos de swap são registrados no resultado de suas controladas.

Todo o montante aplicado em fundo cambial tem como objetivo proteger parcialmente a exposição cambial atrelada a contratos comerciais em dólar, contudo a contabilidade de hedge foi aplicada apenas em uma parte dos contratos que possuem características que se enquadram nas regras do IFRS.

Além dos riscos mencionados acima não existem outros ativos e passivos financeiros em montantes significativos que estejam indexados a moedas estrangeiras.

(ii) Riscos de taxa de juros

Os riscos da taxa de juros relacionam-se com:

- A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela controlada TIM Celular indexados à TJLP, quando tais taxas não acompanharem proporcionalmente as taxas referentes aos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). Em 30 de junho de 2016 a controlada TIM Celular não possuía nenhuma operação de swap atrelada a TJLP.

- A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros causaria um aumento nas despesas financeiras das controladas, em decorrência da parcela da dívida e das posições passivas que as controladas possuem nos contratos de swap atrelados a taxas de juros flutuantes (percentual do CDI). Todavia, em 30 de junho de 2016, as controladas mantêm seus recursos financeiros aplicados em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), o que reduz substancialmente esse risco.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(iii) Risco de crédito inerente à prestação de serviços

O risco está relacionado à possibilidade de as controladas computarem prejuízos derivados da incapacidade dos assinantes honrarem os pagamentos dos valores faturados. Para minimizar este risco, as controladas realizam preventivamente análises de crédito de todos os pedidos imputados pelas áreas de vendas e monitora as contas a receber de assinantes, bloqueando a capacidade de utilização de serviços, entre outras ações, caso os clientes não paguem suas dívidas. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 ou receitas de serviços prestados nos períodos findos em 30 de junho de 2016 e 2015.

(iv) Risco de crédito inerente à venda de aparelhos telefônicos e de cartões de telefones pré-pagos

A política das controladas para venda de aparelhos telefônicos e distribuição de cartões de telefones pré-pagos está diretamente relacionada aos níveis de risco de créditos aceitos durante o curso normal do negócio. A seleção de parceiros, a diversificação da carteira de contas a receber, o monitoramento das condições de empréstimos, as posições e limites de pedidos estabelecidos para os negociantes, a constituição de garantias reais são procedimentos adotados pelas controladas para minimizar possíveis problemas de cobrança com seus parceiros comerciais. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas de venda em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 ou 10% das receitas de mercadorias nos períodos findos em 30 de junho de 2016 e 2015.

(v) Risco de crédito financeiro

O risco está relacionado à possibilidade das controladas computarem perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo e dos contratos de *swap*, em razão de eventual insolvência das contrapartes. As controladas minimizam o risco associado a esses instrumentos financeiros mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado, além de seguirem política que estabelece níveis máximos de concentração de risco por instituição financeira.

Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados estão apresentados a seguir:

	06/2016			12/2015		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Operações com derivativos	218.993	(129.984)	89.009	1.099.574	(109.512)	990.062
Parcela circulante	63.046	(67.518)	(4.472)	608.915	(109.512)	499.403
Parcela não circulante	155.947	(62.466)	93.481	490.659	-	490.659

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados em 30 de junho de 2016 vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Ativo	Passivo
2017	25.934	(2.893)
2018	34.184	(27.967)
2019	16.551	(17.201)
2020 em diante	79.278	(14.405)
	155.947	(62.466)

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Instrumentos financeiros consolidados mensurados pelo valor justo:

06/2016

	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Saldo total</u>
Ativos			
Ativos financeiros ao valor justo			
Títulos para negociação	491.318	-	491.318
Derivativos usados para <i>hedge</i>		218.993	218.993
Total do ativo	491.318	218.993	710.311
Passivos			
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Derivativos usados para <i>hedge</i>	-	129.984	129.984
Total do passivo	-	129.984	129.984

12/2015

	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Saldo total</u>
Ativos			
Ativos financeiros ao valor justo			
Títulos para negociação	599.414	-	599.414
Derivativos usados para <i>hedge</i>	-	1.099.574	1.099.574
Total do ativo	599.414	1.099.574	1.698.988
Passivos			
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Derivativos usados para <i>hedge</i>	-	109.512	109.512
Total do passivo	-	109.512	109.512

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e Compromissadas classificados como títulos para negociação.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos das controladas foram determinados por meio de fluxos de caixa futuros (posição ativa e passiva) utilizando as condições contratadas e trazendo esses fluxos a valor presente por meio de descontos pelo uso de taxa futura de juros divulgada por fontes de mercado. Os valores justos foram estimados em um momento específico, com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias.

Ativos e passivos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia por categoria podem ser assim resumidos:

Consolidado					
	Empréstimos e Recebíveis	Ativos ao valor justo	Ativos mantidos até o vencimento	Ativos mantidos para negociação	Total
30 de junho de 2016					
Ativo, conforme o balanço patrimonial					
Instrumentos financeiros derivativos	-	218.993	-	-	218.993
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	2.772.390				2.772.390
Títulos e valores mobiliários		-	38.659	452.659	491.318
Caixa e equivalentes de caixa	3.318.412	-	-	-	3.318.412
Arrendamento mercantil – leasing	202.294	-	-	-	202.294
	<u>6.293.096</u>	<u>218.993</u>	<u>38.659</u>	<u>452.659</u>	<u>7.003.407</u>

Consolidado			
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
30 de junho de 2016			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos	-	6.226.225	6.226.225
Instrumentos financeiros derivativos	129.984		129.984
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	2.498.537	-	2.498.537
Arrendamento mercantil leasing	1.747.001		1.747.001
		-	
	<u>4.375.522</u>	<u>6.226.225</u>	<u>10.601.747</u>

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Empréstimos e Recebíveis	Consolidado Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
31 de dezembro de 2015			
Ativo, conforme o balanço patrimonial			
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.099.574	1.099.574
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	2.882.950	-	2.882.950
Títulos e valores mobiliários	-	599.414	599.414
Caixa e equivalentes de caixa	6.100.403	-	6.100.403
Arrendamento mercantil – leasing	199.935	-	199.935
	9.183.288	1.698.988	10.882.276

	Consolidado (Reapresentado)		
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2015			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos	-	7.926.436	7.926.436
Instrumentos financeiros derivativos	109.512	-	109.512
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	-	3.734.556	3.734.556
Arrendamento mercantil leasing	-	1.618.506	1.618.506
	109.512	13.279.498	13.389.010

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, as variações do valor justo são contabilizadas no resultado do exercício, no grupo de receitas e despesas financeiras.

Política de proteção de riscos financeiros adotada pela Companhia – Síntese

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de financiamentos, em moeda estrangeira, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados a variações cambiais.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos contra a exposição cambial deve ocorrer simultaneamente à contratação da dívida que deu origem a tal exposição. O nível de cobertura a ser contratado para as referidas exposições cambiais é de 100% do risco, tanto em prazo quanto em valor.

Em 30 de junho de 2016, não há quaisquer tipos de margens ou garantias aplicadas às operações com instrumentos financeiros derivativos da Companhia e de suas controladas.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado por renomadas agências de análise de risco, patrimônio líquido e níveis de concentração de operações e recursos.

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pelas controladas e vigentes em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 estão demonstradas no quadro a seguir:

30 de junho de 2016

Moeda	Tipo de SWAP	CONTRAPARTE		Total Dívida	Total Swap (Ponta Ativa)	% Cobertura	TAXAS MÉDIAS SWAP	
		Dívida	SWAP				Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	LIBOR X DI	BEI	BOFA	612.747	612.730	100%	LIBOR 6M + 1,22% a.a.	94,33% do CDI
USD	LIBOR X DI	BNP	CITI, JP Morgan	115.311	115.311	100%	LIBOR 6M + 2,53% a.a.	97,42% do CDI
USD	LIBOR X DI	KfW	JP Morgan	215.003	215.003	100%	LIBOR 6M + 1,35% a.a.	102,50% do CDI
USD	LIBOR X DI	BOFA	BOFA	319.877	319.887	100%	LIBOR 3M + 2,00% a.a.	103,60% do CDI
USD	LIBOR X DI	KfW/ Finnvera	JP Morgan	135.413	135.413	100%	LIBOR 6M + 0,75% a.a.	79,00% do CDI
USD	PRE X DI	CISCO	Santander e JP Morgan	337.977	337.977	100%	2,18% a.a.	88,19% do CDI

31 de dezembro de 2015

MOEDA	Tipo de SWAP	CONTRAPARTE		Total Dívida	Total Swap (Ponta Ativa)	% Cobertura	TAXAS MÉDIAS SWAP	
		Dívida	SWAP				Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	LIBOR X DI	BEI	Santander, CITI, MS e BOFA	1.859.821	1.859.682	100%	LIBOR 6M + 0,89% a.a.	90,07% do CDI
USD	LIBOR X DI	BNP	CITI, JP Morgan	187.038	187.038	100%	LIBOR 6M + 2,53% a.a.	97,42% do CDI
USD	LIBOR X DI	KfW	JP Morgan	304.924	304.924	100%	LIBOR 6M + 1,35% a.a.	102,50% do CDI
USD	LIBOR X DI	BOFA	BOFA	468.114	468.114	100%	LIBOR 3M + 1,35% a.a.	102,00% do CDI
USD	PRE X DI	CISCO	Santander	469.931	469.931	100%	2,18% a.a.	88,30% do CDI

No segundo trimestre de 2016 a Companhia realizou, concomitantemente com o pré-pagamento de parte do financiamento existente junto ao Banco Europeu de Investimento (BEI), a reversão de três operações de swap contratadas junto ao banco Morgan Stanley e Citibank que tinham como objetivo proteger a Companhia dos riscos de variação cambial e de taxa de juros atrelados ao referido financiamento.

Ainda no segundo trimestre de 2016, a Companhia renovou por dois anos parte do empréstimo contratado junto ao Bank of America cujo vencimento original ocorreria em setembro de 2016. Por razão da renovação a Companhia liquidou antecipadamente o swap atrelado ao referido empréstimo e contratou uma nova operação de swap para proteger o valor remanescente do empréstimo.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Além das operações de swap mencionadas nas tabelas acima, a Companhia aproveitou um momento favorável no mercado, no final do mês de junho, para fechar antecipadamente uma operação de swap a termo com o objetivo de garantir um custo atraente de 81,50% do CDI para um contrato de financiamento em moeda estrangeira que será desembolsado no futuro junto a ao KfW/Finnvera. O swap foi fechado com o mesmo fluxo de pagamento da dívida a ser desembolsada no futuro para que haja proteção integral. Nesta operação não há risco cambial, visto que o dólar de início da operação (Dívida e SWAP) iniciará simultaneamente em uma data pré-determinada no futuro. Em 30 de junho de 2016 o valor do MTM da operação registrada contabilmente é de R\$1.952 - Ativo.

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos *swaps*

Para fins de identificação de possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada considerando três cenários distintos (provável, possível e remoto) e seus respectivos impactos nos resultados obtidos, quais sejam:

Descrição	06/2016	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívida em USD (BNP Paribas, BEI, BOFA, Cisco e KfW)	1.823.314	1.823.314	2.290.986	2.763.396
A) Δ Variação Acumulada Dívida		-	467.672	940.082
Valor justo da ponta ativa do <i>swap</i>	1.823.314	1.823.314	2.290.986	2.763.396
Valor justo da ponta passiva do <i>swap</i>	(1.734.032)	(1.734.032)	(1.733.303)	(1.733.306)
Resultado <i>swap</i>	89.282	89.282	557.683	1.030.090
B) Δ Variação Acumulada Swap		-	468.400	940.808
C) Resultado final (B-A)		-	728	726

Tendo em vista as características dos instrumentos financeiros derivativos das controladas, nossas premissas levaram em consideração, basicamente, o efeito i) da variação do CDI e; ii) variações do dólar americano utilizadas nas operações, atingindo, respectivamente, os percentuais e cotações indicados abaixo:

Variável de risco	Cenário provável (atual)	Cenário possível	Cenário remoto
CDI	14,13%	17,66%	21,20%
USD	3,2098	4,0123	4,8147

Como as controladas possuem instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção das suas respectivas dívidas financeiras, as variações dos cenários são acompanhadas do respectivo objeto de proteção, mostrando assim que os efeitos referentes à exposição gerada nos *swaps* terão sua contrapartida refletidos na dívida. Para estas operações, as suas controladas divulgaram o valor justo do objeto (dívida) e do instrumento financeiro derivativo de proteção em linhas separadas, conforme demonstrado acima no quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida de suas controladas em cada um dos três cenários mencionados.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Salientamos o fato de que as operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pelas controladas têm como único objetivo o de proteção patrimonial. Desta forma, uma melhora ou piora em seus respectivos valores de mercado equivalerá a um movimento inverso nas correspondentes parcelas do valor da dívida financeira contratada, objeto dos instrumentos financeiros derivativos das controladas.

Nossas análises de sensibilidade referentes aos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 30 de junho de 2016 foram realizadas considerando, basicamente, as premissas relacionadas às variações nas taxas de juros de mercado e a variação do dólar americano utilizadas nos contratos de *swap*. A utilização destas premissas em nossas análises se deve exclusivamente às características de nossos instrumentos financeiros derivativos, os quais apresentam exposição somente às variações na taxa de juros e de câmbio.

Quadro com ganhos e perdas com derivativos no período

	06/2016
Resultado líquido em operações de USD x CDI	(539.829)

Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração poderá rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

40. Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 30 de junho de 2016, a Companhia e suas controladas possuíam contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, saúde, entre outros. A Administração da Companhia e de suas controladas entende que as apólices representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Modalidades	Valores Segurados
Riscos Operacionais	R\$38.778.264
Responsabilidade Civil Geral – RCG	R\$80.000
Automóvel (Frota Executivos e Operacionais)	R\$1.000 para Responsabilidade Civil Facultativo (Danos Materiais e Danos Corporais) e R\$100 para Danos Morais.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

41. Compromissos

Aluguéis

A Companhia e suas controladas alugam equipamentos e imóveis por meio de diversos contratos de aluguel com vencimento em diferentes datas. Seguem abaixo os pagamentos mínimos futuros relacionados a esses contratos de aluguel:

2017	740.126
2018	773.432
2019	808.236
2020	844.607
2021	882.613
	<u>4.049.014</u>

42. Divulgações suplementares sobre informações dos fluxos de caixa consolidado

	06/2016	06/2015
Juros pagos	290.869	195.243
Imposto de renda e contribuição social pagos	81.430	63.671
Leasing financeiro	102.909	976.544

43. Outras informações relevantes

No dia 21 de Junho de 2016, Oi S.A., Telemar Norte Leste S.A, Oi Móvel S.A., Copart 4 Participações S.A., Copart 5 Participações S.A., Portugal Telecom International Finance B.V. e Oi Brasil Holdings Coöperatief U.A. (conjuntamente "Oi"), ingressaram com pedido de recuperação judicial perante a 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, cujo processamento foi deferido pela Justiça no dia 29 de Junho de 2016. Segundo a petição inicial, o objetivo desta ação foi proteger o caixa e ativos da Oi enquanto negocia um plano de recuperação judicial com seus credores, de forma a dar continuidade às suas operações. A lista aprovada pelos credores contendo os créditos sujeitos ao processo de recuperação judicial ainda será publicada. O plano de recuperação deverá ser apresentado em até 60 dias após o deferimento do processamento e disporá a respeito da forma de pagamento dos créditos sujeitos à recuperação judicial, bem como outras medidas de recuperação do Grupo Oi.

O relacionamento entre TIM e Oi se origina principalmente de atividades reguladas de interconexão e de compartilhamento de infraestrutura, necessárias a operação de ambas as operadoras. Desta forma, em 21 de junho de 2016, a posição ativa líquida da TIM em relação ao Grupo Oi é a seguinte:

Interconexão	4.996
Outras relações comerciais para compartilhamento de infraestrutura	4.492
Total	<u>9.488</u>

A Administração da TIM com base nas informações disponíveis na data de preparação das Informações Trimestrais não realizou provisão adicional para os valores em aberto junto a Oi, uma vez que sem o plano de recuperação não seria possível fazer uma estimativa razoável de qual seria o nível de recuperação dos valores em aberto. Essa análise levou em consideração também a materialidade dos saldos envolvidos e a natureza dos serviços entre as partes.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Administradores e Acionistas da
TIM Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da **TIM Participações S.A. (“Companhia”)**, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Saldos correspondentes ao exercício anterior e ao trimestre do exercício anterior

Os valores correspondentes às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 e trimestre findo em 30 de junho de 2015, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatórios datados de 04 de fevereiro de 2016, 12 de fevereiro de 2015, 13 de fevereiro de 2014 e 04 de agosto de 2015 respectivamente, sem qualquer modificação. Como parte de nossa revisão das informações trimestrais em 30 de junho de 2016, revisamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa nº 2.e, que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2015, 2014, 2013 e informações trimestrais de 30 de junho de 2015. Concluímos que tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 2016.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Julian Clemente
Contador CRC 1SP 197232/O-6

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

**PARECER DO CONSELHO FISCAL
REUNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016**

Os membros do Conselho Fiscal da TIM Participações S.A. (“Companhia”), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações, procederam à revisão e análise das informações trimestrais, acompanhadas do relatório de revisão limitada da BDO RCS Auditores Independentes S.S., relativos ao período findo em 30 de junho de 2016 e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, julgam as informações apropriadas para apresentação ao Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Rio de Janeiro (RJ), 25 de julho de 2016.

JOSINO DE ALMEIDA FONSECA

Presidente do Conselho Fiscal

JARBAS BARSANTI

Membro do Conselho Fiscal

OSWALDO ORSOLIN

Membro do Conselho Fiscal

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Stefano De Angelis (Diretor Presidente), **Guglielmo Noya** (*Chief Financial Officer*), **Daniel Junqueira Pinto Hermeto** (*Purchasing & Supply Chain Officer*), **Mario Girasole** (*Regulatory and Institutional Affairs Officer*), **Leonardo de Carvalho Capdeville** (*Chief Technology Officer*), **Pietro Labriola** (*Chief Operating Officer*), **Rogério Tostes Lima** (Diretor de Relações com Investidores) e **Jaques Horn** (Diretor Jurídico), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM Participações S.A., declaram, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que: reviram, discutiram e concordaram com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao período encerrado em 30 de junho de 2016.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 2016.

STEFANO DE ANGELIS

Diretor Presidente

GUGLIELMO NOYA

Chief Financial Officer

MARIO GIRASOLE

Regulatory and Institutional Affairs Officer

LEONARDO DE CARVALHO

CAPDEVILLE

Chief Technology Officer

DANIEL JUNQUEIRA PINTO HERMETO

Purchasing & Supply Chain Officer

PIETRO LABRIOLA

Chief Operating Officer

ROGÉRIO TOSTES LIMA

Diretor de Relações com Investidores

JAQUES HORN

Diretor Jurídico

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES**

Stefano De Angelis (Diretor Presidente), **Guglielmo Noya** (*Chief Financial Officer*), **Daniel Junqueira Pinto Hermeto** (*Purchasing & Supply Chain Officer*), **Mario Girasole** (*Regulatory and Institutional Affairs Officer*), **Leonardo de Carvalho Capdeville** (*Chief Technology Officer*), **Pietro Labriola** (*Chief Operating Officer*), **Rogério Tostes Lima** (Diretor de Relações com Investidores) e **Jaques Horn** (Diretor Jurídico), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM Participações S.A., declaram, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que: reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia referente às Informações Trimestrais da Companhia relativas ao exercício encerrado em 30 de junho de 2016.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 2016.

STEFANO DE ANGELIS

Diretor Presidente

GUGLIELMO NOYA

Chief Financial Officer

MARIO GIRASOLE

Regulatory and Institutional Affairs Officer

LEONARDO DE CARVALHO

CAPDEVILLE

Chief Technology Officer

DANIEL JUNQUEIRA PINTO HERMETO

Purchasing & Supply Chain Officer

PIETRO LABRIOLA

Chief Operating Officer

ROGÉRIO TOSTES LIMA

Diretor de Relações com Investidores

JAQUES HORN

Diretor Jurídico